

**Raquel Wiggers**

**Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Oscar Calavia Saez

Ilha de Santa Catarina, agosto de 2000.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“FAMÍLIA EM CONFLITO: VIOLÊNCIA, ESPAÇO DOMÉSTICO  
E CATEGORIAS DE PARENTESCO EM GRUPOS POPULARES  
DE FLORIANÓPOLIS”**

RAQUEL WIGGERS

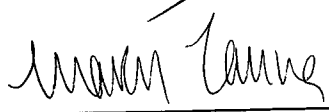
Orientador: Dr. Oscar Calavia Saez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



---

Dr. Oscar Calavia Saez (UFSC-Orientador)



---

Dr. Marcos Lanna (UFPR)



---

Dr. Theophilos Rifiotis (UFSC)

Florianópolis, 25 de setembro de 2000.

**Para minha família.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à CAPES pelo financiamento do meu curso de mestrado em forma de bolsa de estudo.

A Eva e Alinne pela colaboração durante os créditos e na discussão dos projetos. Cada uma delas sabe como foi importante nossa amizade, firmada por dificuldades e alegrias comuns durante todo o curso de mestrado. A Alinne por fazer me sentir normal. A Eva pela precisão de suas observações.

A Lis e Helô pela amizade construída.

Aos meus amigos Dilma e Paulo, pelo apoio.

A Myrnaia, pela amizade mesmo que distante.

A Danielle, pela amizade.

Aos meus professores das disciplinas do curso, Oscar Calavia Saez, Jean Langdon, Maria Amélia Dickie, Theophilos Rifiotis e Rafael Bastos.

Aos funcionários e bolsistas do Departamento e da Pós-graduação: Geralda, Luiz, Fátima, Andreia e James.

Agradeço a Cris, Chica, Dailva e Dodô por me introduzirem no mundo de seus trabalhos na comunidade. Aos moradores e frequentadores da Casa: Alcione, Fabrício, Cidinho, Wilson, Elsinho, Israel, Mariza, e tantos outros que fazem o lugar ser como é.

Agradeço ao Oscar, meu orientador, que com sua forma de orientar tornou o trabalho mais agradável de ser feito.

A Mirian Collares por me acompanhar nos momentos que não estava pensando muito em trabalho e colaborar naqueles que eu estava.

A minha família.

As minhas filhas, Natacha e Diana, por serem quem são e entenderem que para ser Mulher tem que ser forte.

A minha irmã Karina pela força.

A minha mãe Maria Emília, POR TUDO.

## **RESUMO**

Na análise de conflitos domésticos ocorridos em famílias de grupos populares de Florianópolis são trazidos a tona elementos importantes que devem ser considerados ao se tratar da questão da violência doméstica. O principal deles é a ampliação do quadro de protagonistas envolvidos nas situações de conflitos domésticos, demonstrando a necessidade de se deslocar a análise do eixo vítima/ agressor, geralmente privilegiado nos estudos de violência doméstica ou violência contra a mulher. No exercício de deslocamento do eixo vítima/ agressor a violência deixa de ser uma via de mão única em que vítimas e agressores tem perfis pré-definidos e passa a ser uma questão que diz respeito também aos parentes. Além disso, esta dissertação salienta os diferentes significados e concepções que têm os atos violentos e que precisam ser considerados nas atuações de agentes sociais junto a populações de grupos populares.

## **ABSTRACT**

The analysis of domestic conflicts in low income families of Florianópolis reveals important aspects that should be taken into account when discussing about domestic violence. The main aspect is the expansion in the focus when considering the cast involved in these situations, which shows the necessity to consider some aspects besides the victim/ agressor relationship, which is well reported in domestic violence studies and in violence against women studies too. When other aspects are considered, violence is no longer a one way relationship in which victims and agressors have well defined roles and it becomes a matter that involves relatives too. Moreover this study remarks the various meanings and concepts that violent acts have and that must be taken into account by the social agents who are working in these low income communities.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
VIOLÊNCIA: UM PROBLEMA GERAL.....	2
<i>A violência para alguns autores brasileiros</i> .....	3
<i>Violência doméstica</i> .....	6
<i>violência no “discurso oficial”</i> .....	8
<b>MINHA TRAJETÓRIA ATÉ O TEMA</b> .....	<b>11</b>
O OBJETO DA ETNOGRAFIA.....	13
<i>Dados sobre o lugar</i> .....	16
<i>Chico Mendes: favela ou comunidade?</i> .....	22
A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	24
<i>Minha inserção em campo</i> .....	26
QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	31
<i>O contato com o “outro”</i> .....	36
<b>FAMÍLIA E UNIDADE DOMÉSTICA</b> .....	<b>39</b>
AS CASAS.....	39
OS PAPEIS DE GÊNERO NOS GRUPOS POPULARES E NA CHICO MENDES.....	41
<i>Estabilidade das relações conjugais</i> .....	43
OS PARENTES.....	46
<i>Relação entre cunhados</i> .....	51
PARENTESCO X FAMÍLIA NUCLEAR: DICOTOMIA PÚBLICO X PRIVADO.....	53
<b>FAMÍLIA EM CONFLITO</b> .....	<b>57</b>
PRIMEIRO CASO: CREONICE.....	57
<i>A manifestação dos parentes</i> .....	61
<i>Parentesco e violência</i> .....	66
SEGUNDO CASO: LEA.....	68
<i>“Não é por que mora na favela que tem que ser bandido”</i> .....	73
<i>“Só batendo mesmo!”</i> .....	74
<i>As intervenções...</i> .....	76
<i>Moradores e Polícia: relação ambígua?</i> .....	79
TERCEIRO CASO: TALITA.....	83
<i>Mulher X Marido</i> .....	88
<i>“O QUE É VIOLÊNCIA?”</i> .....	91
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>94</b>
<i>Negativação da violência: utopia?</i> .....	94
<i>A ampliação do quadro de protagonistas</i> .....	95
<i>Eixo vítima / agressor e o seu sentido único</i> .....	97
<i>“Mulher apanha quieta”</i> .....	99
<i>Violência e desestruturação familiar</i> .....	100
<i>Violência e falta de recursos</i> .....	101
<i>Gênero e sexualidade</i> .....	102
<i>Violência: heterogeneidade das classificações</i> .....	104
<i>Por fim...</i> .....	107
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>108</b>

## **Índice de quadros e figuras**

Pg. 17 - Foto da Servidão

Pg. 18 - Foto da Casa de Talita.

Pg. 19 - Foto do Campinho.

Pg. 21 – Anexo as Figuras:

- I. Mapa do Bairro Monte Cristo
- II. Foto aérea do bairro Monte Cristo
- III. Foto aérea da comunidade Chico Mendes.
- IV. Foto aérea da comunidade Chico Mendes com a marcação aproximada dos locais de residência das famílias estudadas.

Pg. 36 - Quadro 1: As trinta famílias pesquisadas caracterizadas pelo nome fictício da mulher

Pg. 48 - Quadro 2: Categorias de referência de parentesco

Pg. 62 – Gráfico de parentesco da família de Creonice.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

“De início, é preciso dizer que a violência não é alguma coisa peculiar à nossa época ou à nossa sociedade. Em todas as sociedades, em todas as épocas ocorrem ações que se podem caracterizar como violentas já que apelam para o uso da força bruta, seja através de que instrumento for, ao invés de apelar para o consentimento. O que varia são as suas formas de manifestação e as regras sociais que as controlam.” (Zaluar, 1994).

### Introdução

Neste primeiro capítulo inicio uma breve revisão nos estudos sobre violência, fazendo um levantamento do tratamento dado pelos estudiosos ao assunto. Passo então a analisar algumas bibliografias brasileiras que tratam da violência, apontando formas diversas de percebê-la e ressaltando uma necessidade de pesquisas mais específica que considere o contexto em que estou inserindo os estudos sobre violência.

Analiso também os princípios que colaboram na formação da teoria sobre violência que rege os pensamentos de que partem os agentes sociais ao lidarem com os grupos atendidos pelas políticas de “contenção” da violência e que aparecem também nas produções acadêmicas que tratam do assunto.

Na seqüência esclareço a trajetória acadêmica, teórico e metodológica que me direcionou ao tema proposto nesta dissertação, onde pretendo uma análise de conflitos domésticos e suas formas de resolução, violentas ou não, com ênfase na ampliação do quadro dos protagonistas envolvidos. Para isso descrevo e defino neste capítulo a população e o lugar em que a pesquisa foi desenvolvida.



### ***Violência: um problema geral***

Embora a violência seja um tema que vem ocupando o ser humano desde muito tempo, nas últimas décadas ela passou a ser um símbolo da contemporaneidade. Hoje se está dando grande importância ao fenômeno, fazendo que ele esteja presente em diversos discursos sobre nossa sociedade. A violência supostamente invadiu todas as áreas da vida e da relação do indivíduo com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente (Freire e Costa, 1984:9). Assim, se configura como um grande problema social<sup>1</sup>, principalmente nas grandes cidades, onde diariamente são noticiados um elevado número de casos de assaltos, homicídios, estupros e acidentes de trânsito, entre outros. Esta enorme quantidade de situações violentas vividas e anunciadas provocam estudos em diferentes áreas do saber, áreas estas relacionadas com a saúde pública, com a criminalidade, com as favelas das grandes cidades, com a segurança pública.

Existe uma ampla discussão nos meios acadêmicos, na mídia e nos organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, sobre a violência. No Brasil o assunto tornou-se emergente no início dos anos 80, com o aumento de diferentes formas de violência, ocorridos principalmente nas grandes cidades como assaltos, assassinatos, estupros. A violência é, desta forma, associada ao urbano e à modernidade.

A história da sociedade brasileira foi constituída com recurso constante à força e à violência. Os conflitos decorrentes das diferenças de classe, etnia, gênero ou geração, foram muitas vezes solucionados com o uso da força. Basta lembrar a longa tradição de lutas populares, desde o século XIX, nas diferentes regiões do país, como a revolta Farroupilha, o Quilombo dos Palmares e a Cabanada<sup>2</sup>. E mesmo assim, a violência é recusada sistematicamente no nível ideológico, o que pode ser constatado na idéia de que o brasileiro tem uma índole pacífica herdada do português, que teria sabido promover a mistura de três raças, criando uma sociedade harmônica (Oliven, 1989).

O texto de Oliven (1989), escrito no fim da década de 80, aponta que o termo

---

<sup>1</sup> Ribeiro (1999) define “‘construção de um problema social’ como um processo pelo qual um determinado grupo (velhos, mulheres, crianças, índios, etc.) é distinguido e a situação em que se encontram seus integrantes é considerada, por alguma razão, socialmente problemática. A distinção do grupo se afirma pela discussão de concepções que os definem como sendo pessoas que ameaçam a paz pública ou que se devem ser especialmente protegidas ou que não devem ser discriminadas etc. A legislação é parte deste processo e constitui-se num dos principais instrumentos que atribui oficialidade a definições que não contam, necessariamente, com o consenso a seu respeito mas que num processo de lutas sociais são formalizadas como legítimas. A construção de um problema social envolve também sua transformação em objeto de mobilizações, disputas e alvo de políticas sociais”.

<sup>2</sup> Sobre este assunto ver Oliven (1989) e Adorno (1995)

"violência urbana" refere-se quase que somente à delinquência de classe baixa, que naquele momento deixou áreas pobres da cidade para atingir redutos das classes médias e altas. Vale comparar esta situação com aquela vivida no final dos anos 90, em que a preocupação passou a ser também o narcotráfico e a violência policial, tornando evidente que a violência é um fenômeno histórico e mutável.

### **A violência para alguns autores brasileiros**

Soares (1996) chama a atenção para o fato dos cientistas sociais tratarem da violência atribuindo à ela diferentes causas e significados. A violência pode ser pensada como uma expressão anômica que põe em risco a ordem social; como resistência à dominação de classe e à opressão política; como contra-face inevitável da ordem, ou ainda como a ausência de determinadas políticas públicas que tratem adequadamente a questão. Pode também ser associada à natureza, e desta forma ser uma expressão inextirpável do ser humano, ou ainda, como um recurso simbólico acionado por processos psico-sociais de identificação e/ou diferenciação. Estas diferentes formas de abordar o assunto "não esgota as teses à disposição do pesquisador, assim, como estas variam de acordo com os contextos em que ocorrem as violências, mas o inventário, mesmo breve e insuficiente, basta para sugerir uma hipótese meta-interpretativa: **nem todos estamos falando da mesma coisa quando nos referimos à violência**" (Soares, 1996:23 grifos meus).

Afirmar que o assunto violência permite diferentes significados e abordagens torna a tarefa do pesquisador do tema um tanto complicada, na medida que aumentam enormemente a variedade dos fenômenos considerados violentos.

Em uma breve revisão de autores brasileiros que tratam do assunto, podemos confirmar a afirmação de Soares. Existem, realmente, diversas formas de entender e analisar o assunto. E uma diferença entre duas formas de abordagem da violência pode ser expressa desta forma: a daqueles que tratam-na como *anomia*<sup>3</sup> e a daqueles que a consideram *constituidora*<sup>4</sup> de relações sociais.

Pensar na violência como anomia parte do princípio de que atitudes agressivas contra o ser humano e/ou contra a propriedade, provocam a quebra das relações e o caos social. Por outro lado, quando a violência é analisada como constituidora de relações sociais, parte-se do

---

<sup>3</sup> Entre estes autores podemos citar Arendt (1994), Freire Costa (1984), Adorno (1994, 1993, 1991), Silva (1988), Chauí (1985) e Felipe (1996).

<sup>4</sup> Entre os autores que assumem este tipo de abordagem temos Gregori (1993), Pereira (1996), Grossi (1996), Rifiotis (1996) e Diógenes (1998).

princípio de que, mais do que ser intrínseca a algumas formas de relação entre as pessoas, ela pode, em diversas situações, constituí-las.

O texto de Adorno (1995) é ilustrativo destas duas posturas. Nele é traçado um painel das formas que a violência assume em nossos dias, fazendo uma retrospectiva no passado brasileiro e apontando que, em muitos momentos, a violência foi usada para resolver conflitos de ordens diversas. Segundo o autor, é possível aí “entrever o caráter costumeiro, institucionalizado e de imperativo moral de que **ainda** se revestem as ações violentas na sociedade brasileira contemporânea” (Adorno,1995:304. Grifos meus). Acrescenta que a análise dos cenários distintos, porém interconectados, demonstra que fatos de natureza violenta não são episódicos, ocasionais ou conjunturais, pelo contrário, “apontam para uma conclusão inversa: trata-se de fatos rotineiros, cotidianos, com larga aceitação entre diferentes grupos da sociedade. Parece haver uma inclinação da sociedade para reconhecê-los como ‘normais’, como se fossem meios naturais de resolução de conflito seja nas relações entre classes sociais seja nas relações intersubjetivas” (Adorno,1995:321).

Neste texto Adorno ilustra o caráter constituidor que a violência muitas vezes assume em diversos segmentos sociais da sociedade brasileira. E aponta que em muitas situações ela é pensada como uma forma legítima de se resolver conflitos de ordens diversas. Seu esforço é no sentido de reforçar uma necessidade de explicar e desconstruir esta “naturalização”, ao defender que ela só acontece por causa das desigualdades sociais, pela má distribuição de renda, falta de escola para os jovens, o não acesso à justiça por todos indistintamente. Com isso retira dos atores a responsabilidade por seus atos e os explica como resposta a um estímulo externo. Com esta posição o autor torna *negativa* a concepção de violência, retirando dos atos violentos a possibilidade de configurarem-se como formas de resolução dos conflitos e remetendo esta função ao aparelho judiciário. Para este autor, é mediante a cultura política democrática que se torna possível desconstruir a linguagem que naturaliza e normaliza a violência.

Esta postura de tentar retirar dos atos violentos o caráter constituidor que eles possam ter também pode ser constatada no discurso oficial sobre violência doméstica. Como veremos a seguir, este vem sendo o hábito de diversos agentes sociais<sup>5</sup> que trabalham com a questão, como delegados de polícia, assistentes sociais ou conselheiras tutelares. E é

---

<sup>5</sup> No decorrer do texto será usada a categoria *agentes sociais*, que neste caso refere-se aos psicólogos, assistentes sociais, agentes censitários, entre outros, que trabalham em “comunidades carentes” sendo funcionários de órgãos governamentais, trabalham em ONGs, ou ainda em caráter voluntário. Estas pessoas intervêm no cotidiano das pessoas de formas diversas e geralmente compartilham da visão oficial sobre violência doméstica.

importante porque marca a crescente oficialização de uma forma de conceber a violência, predominante nestas últimas décadas, em que qualquer agressão é percebida como tal, mesmo não incluindo qualquer tipo de contato físico. A violência desta forma, deixa de ser apenas um ataque físico ao corpo do outro e passa a englobar também atitudes de outras ordens, como a violência simbólica ou psicológica.

Por sua vez, Diógenes (1998) em um exemplo de uma pesquisa recente que trata da violência, nos remete novamente a constatação de Soares de que ela é um fenômeno interpretado e vivenciado de diferentes maneiras por diferentes pessoas. Ao trabalhar com gangues em Fortaleza a autora centrou-se na pergunta: o que os jovens consideram violência? Ela percebeu que entre estes jovens havia uma idéia "esvaziada" da violência, como se não fosse lógico falar sobre ela. Isso ficou claro quando de seus informantes disse que "eles não vêem a violência, violência é rotina". Aos olhos da investigadora a violência é um acontecimento, para a experiência das gangues ela diluía-se até tornar-se imperceptível, entranhava-se no cotidiano até chegar a ser invisível. A autora sugere tratar da violência em termos de práticas e relações ensejadas no seu campo. Isso porque "nas gangues a violência não está simbolizada, é muda de significantes, ela não tem projeto e não aponta, intencionalmente, um outro código de conduta" (Diógenes, 1998:226).

Um outro exemplo de uma forma diferente de se pensar teoricamente sobre o tema é aquela proposta por Arendt (1984), que propõem a distinção entre os conceitos de poder, força e violência, conceitos estes que são retomados e trabalhados por Chauí (1985) e Felipe (1996), e a eles acrescentam o de agressão<sup>6</sup>. Baseados nesta distinção teórica podemos associar à agressão muitos atos que são considerados violência por outros autores, uma vez que, no caso destas autoras, ambos são definidos a partir do efeito que o ato violento tem sobre o agredido. Temos assim que enquanto os autores tratados até aqui reduzem todos estes conceitos a um, estas autoras desdobram o conceito de violência em outros, abrindo assim a possibilidade de se desmembrar o conceito em outros tantos que se mostrarem úteis para a análise.

---

<sup>6</sup> O poder é a capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à vida pública de uma coletividade, expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantias. A força é a ausência do poder. Na relação de força há ausência de poder e presença do desejo de mando e de opressão de uma classe sobre a outra, de um grupo social sobre o outro, de um indivíduo sobre o outro. Violência é uma realização determinada das relações de força. É a conversão de uma diferença ou uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. É também uma ação que trata um ser humano como não sujeito, mas como uma coisa, que se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. A agressão é um ato que envolve dois indivíduos em situações mais ou menos igualitárias, que brigam usando força física e ameaças verbais, sem que no entanto um aniquile o outro.

## Violência doméstica

A *violência doméstica* refere-se principalmente à violência ocorrida dentro do lar e entre pessoas que vivem relações familiares e afetivas. É um conceito que vem abrangendo outros dois: *violência contra mulheres* e *violência contra crianças e adolescentes*, mas que não pode ser completamente traduzido por eles, já que existem outras violências que podem ser aí incluídas.

Estes conceitos estão carregados de significado político, que são acionados na luta, perpetrada principalmente pelas integrantes do movimento feminista (Soares, 1999), pela quebra da hierarquia que coloca mulheres e crianças sob dominação masculina, e em defesa dos direitos destas minorias. A *violência doméstica* está sendo focalizada como um espaço privilegiado de encenação de um dos mais importantes debates sociais contemporâneos. E as mobilizações em torno deste tema estão gerando modificações profundas no comportamento social, na medida que passaram a representar e a expressar as disputas em torno dos direitos civis, dos direitos das chamadas minorias, das novas formas de relacionamento afetivo e sexual entre os gêneros<sup>7</sup>.

Estes conceitos de *violência contra mulher* e *violência contra crianças e adolescentes*, foram forjados no âmbito das discussões e reivindicações feministas, que iniciaram seus protestos mais enfáticos no fim dos anos 70 e início dos 80. Estas mobilizações colaboraram muito para o aumento da visibilidade dos casos em que mulheres eram assassinadas por seus companheiros e tomaram como ponto principal a impunidade dos assassinos, trazendo para a ordem do dia a denúncia de opressão da mulher na sociedade brasileira. Desta forma o movimento feminista tem grande responsabilidade na visualização crescente que teve a violência nas últimas décadas.

Os estudos sobre *violência doméstica*<sup>8</sup>, que centram-se principalmente nos temas da violência contra mulher, contra criança e, recentemente também contra idosos, têm em comum o fato de privilegiar o eixo vítima/ agressor. A postura analítica destes estudos tende a salientar a relação entre o agressor e o agredido, construindo, a partir do ato violento, um personagem que é o detentor do poder de agredir, e outro que é o receptor da agressão. Isto faz que estas posições sejam relativamente estanques, opostas e contraditórias. Nos casos de violência contra mulher, esta postura torna a mulher vítima e o homem agressor, muitas vezes

---

<sup>7</sup> Ver Soares (1999).

<sup>8</sup> Gregori, 1993; Grossi, 1996; Guerra, 1985; Safioti, 1988; Junvêncio e Batista, 1996; Azevedo e Guerra (1997); Silva (1988), entre outros.

sem considerar o papel de cada um na situação analisada<sup>9</sup>. Desta forma ela é comumente associada ao aspecto negativo ou anômico da violência, sendo considerado um fenômeno que deve ser banido, uma vez que contradiz o que seria, em nossa sociedade, a base da instituição familiar: amor e carinho. A família configura-se em nossa sociedade como um contexto muito sensível.

Uma tentativa de relativizar a fixidez destas posições é pensar na violência como constituidora de relações sociais, sexuais e sentimentais, e neste sentido Gregori e Grossi são autoras inovadoras. Ambas, cada uma a seu modo, argumentam que a violência contra mulher, que ocorre dentro da relação conjugal pode ter um aspecto relacional, ou seja, pode fazer parte do jogo conjugal, em que as regras são compartilhadas pelos parceiros. Desta forma, a violência pode ser uma das linguagens que expressa, entre outras coisas, os conflitos intrínsecos à própria relação. Neste contexto, não cabe à mulher apenas o papel de *vítima*<sup>10</sup> da violência mas, também o de uma parte atuante no jogo estabelecido entre marido e esposa.

Existem estudos que tratam de mulheres que foram denunciadas nas delegacias por terem assassinado seus filhos recém-nascidos ou se envolvido em discussões ou agressões com outras mulheres por motivos variados. Nestes trabalhos é comum ser esvaziado o papel agressor da mulher, dizendo-se delas que são vítimas do sistema que as oprime e as obriga a tais atitudes (Soihet, 1989; Pedro, 1994; Soares, 1999). É interessante o discurso diferenciado para homens e mulheres agressores, o que ressalta a posição ideal de vítima e agressor, ocupada respectivamente por mulheres e homens. Mesmo quando há a agressão por parte de uma mulher, a ela é remetido o papel de vítima, neste caso vítima do sistema que a obriga a agir daquela forma.

Discutir a violência doméstica traz a tona uma outra discussão sobre os limites da intervenção do Estado nas relações pertencentes ao universo privado, as relações familiares. Soares (1999) levanta que “trata-se agora de experiências e tentativas de regulação da vida privada em matéria pública, uma vez que se realizam em nome da igualdade de direitos e do combate à discriminação”.

---

<sup>9</sup> Em algumas vezes vai além, quando, em se tratando de violência simbólica, remete a todos os homens o papel de agressor e a todas as mulheres o papel de vítima em potencial da dominação masculina.

<sup>10</sup> Soares (1999) aponta para os diferentes caracteres que este termo está imbuído no Brasil e nos EUA. Enquanto que nos EUA há um movimento de se positivar a posição de vítima, concebendo-as como “sobreviventes” e fazendo-as assumirem o papel ativo de politizar o seu discurso; no Brasil as mulheres vítimas de violência doméstica não falam diretamente para o público e sua fala é intermediada por um narrador. Quando falam da violência sofrida ficam envergonhadas e constrangidas. No Brasil, a vítima traz consigo um estigma culposo e uma ambígua identificação com a criminalidade do ato que a vitimou.

## Violência no “discurso oficial”

Há uma tendência assumida principalmente nos últimos 25 anos, de desconsideração das formas violentas de resolução de conflitos. Passou a haver em influentes segmentos da sociedade uma negativização da violência. Postura esta que pode ser constatada hoje, em rápidas análises de notícias divulgadas nos meios de comunicação, na atuação de diferentes agentes sociais ou na produção acadêmica sobre violência. É este paradigma que rege neste fim de século a formação do que eu chamei de *discurso oficial* sobre a violência.

Como exemplo do *discurso oficial* sobre violência doméstica encontrei duas fontes que o sistematizam de forma exemplar. A primeira é a apostila<sup>11</sup> do curso de capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direitos de SC. Nesta apostila são explicitados diferentes conceitos sobre violência doméstica. A segunda fonte é a fala de uma delegada de polícia que entrevistei durante meu trabalho de campo. Nela explicita um discurso coerente sobre as causas da violência doméstica e o perfil dos agressores e das vítimas em potencial.

Na citada apostila (1999) a violência física é “caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que promove dano físico à criança ou ao adolescente, dano este causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte”<sup>12</sup>. E acrescentam que “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até um espancamento fatal, representam um ato contínuo de violência”.

Sobre o abuso sexual é utilizada na apostila uma citação do texto de Azevedo e Guerra (1995) “é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Na apostila há ainda a definição de violência psicológica e negligência. A primeira é de difícil visibilidade uma vez que não deixa marcas físicas e são: humilhação, tortura psicológica, exposição indevida da imagem da criança, ausência de limites, corromper, isolar, negligência afetiva. A negligência está relacionada, segundo a apostila, “com as condições estruturais da sociedade, que exclui grande camada da população das oportunidades de acesso ao conhecimento, à geração de renda e distribuição de riquezas” (pg53).

Estes conceitos são elaborados a partir de uma série de princípios: 1) em primeiro

---

<sup>11</sup> Esta apostila (1999) foi organizada pelo Centro Crescer sem Violência, que é ligado a UFSC. Recebendo o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família em convênio com o Ministério da Justiça.

lugar que **violência gera violência**; 2) depois, que dentro da família o amor, que é natural, pode ser solapado por diversos fatores, geralmente relacionados com o “caldo da cultura propício ao desenvolvimento do desamor” (pg17). Desta forma os laços de consangüinidade não são totalmente capazes de assegurar sentimentos como amor e carinho, uma vez que há momentos em que outros sentimentos “o esmagam no seio da família”; 3) e por fim, em função de tudo isso, a violência é algo que as pessoas tentam ocultar da sociedade. E dificilmente um pai ou uma mãe assumirá que agride seu filho, sabendo que pode pesar sobre si a culpa, a desaprovação social, além do risco de incorrer em sanção penal (pg21).

Podemos concluir disto que existem famílias em que a violência tem mais probabilidade de surgir, que são aquelas em que os pais vivenciaram situações de violência quando crianças e onde existem conflitos familiares que produzam sentimentos de desamor. Estes pressupostos são compartilhados por diferentes agentes sociais envolvidos na questão da violência doméstica, e têm como pano de fundo um modelo ideal de família “estruturada”, amorosa, sem conflitos, e onde a violência não teria motivos para acontecer.

Na entrevista com a delegada da polícia civil que atende a região obtive explicações sobre o que ela concebe por violência, suas causas e efeitos. Informada sobre o interesse de meu trabalho sobre violência doméstica na comunidade onde ela atua, fez uma careta, franzindo o nariz e entortando a boca, e disse, “isso aqui parece o programa do Ratinho<sup>13</sup>”. Ela argumentou que a maioria das mulheres é vítima, e a maioria dos homens é violento em função do álcool e da droga, e isso provoca a violência doméstica. E embasa sua posição no fato de ter anos de experiência na delegacia de mulher de São Paulo. Perguntada sobre quais os tipos de casos de violência doméstica que ela costuma atender, disse-me que é Lesão Corporal e Ameaça, e continuou discursando sobre o assunto sem que eu precisasse fazer qualquer comentário ou pergunta<sup>14</sup>:

“o homem é o patriarca que submete a mulher e as filhas. Molesta a filha e submete a mãe. O ambiente familiar é o seguinte: o homem é o superior e a mulher se submete e as filhas são criadas nessa situação doentia em que a mulher tem medo de se expor, de mudar uma situação. Por que tem medo de encarar a situação de ser mulher separada submetem-se durante anos à situações de

---

<sup>12</sup> A fonte citada é Deslandes (1994).

<sup>13</sup> Um programa de televisão transmitido durante o horário nobre, que traz para o cenário pessoas que tem alguma desavença, o que faz com que muitas vezes acabem se agredindo em frente às câmeras.

<sup>14</sup> Seu discurso foi transcrito praticamente na íntegra, tendo sido retirado apenas aquelas expressões usadas na fala que tornariam a leitura mais truncada. Minhas intervenções foram mínimas. O discurso da delegada me parece que estava pré-elaborado e foi pronunciado quando demonstrei interesse em saber sobre o assunto da violência doméstica, desconsiderando minhas perguntas.



violência” (18/08/1999).

A delegada acredita que

“no primeiro tapa acabou o respeito. No segundo acabou o amor, então, e não pode deixar acontecer o segundo. Tem que tomar uma decisão. No primeiro a mulher já tem que se posicionar. Se existe ainda amor de alguma das partes, ou de ambas as partes, tem que ser conversado. A violência doméstica independe de classe social, é uma questão da submissão do gênero mulher” (18/08/1999).

À minha pergunta sobre o caso registrado naquela delegacia, em que a mãe denunciou o filho que lhe agrediu e ameaçou (caso que será tratado mais adiante) ela respondeu com um discurso que nada dizia de um caso específico:

“Eu tenho uma tese: de um lar conflituoso o fruto desse lar já é problemático, concorda? Um menino ou uma menina que cresce em um ambiente que vê o pai todo dia embriagado dando porrada na mãe, onde ele vai extravasar a violência que ele vê dentro de casa? Onde ele vai extravasar toda essa violência? Na rua. Qual a primeira porta de entrada que ele vê? A droga, normal. A menina que foi molestada sexualmente, quando ela atinge uma certa idade, na primeira oferta o que ela vai fazer? Se prostituir. É a realidade que ela teve dentro de casa. Então, não se justifica o menor estar na rua se drogando, por que teve um lar conflituoso, mas se entende por que ele tá na rua. O que eu senti foi o seguinte, eu pegava essas meninas que estavam se prostituindo e invariavelmente elas tinham história de abuso sexual na infância e na adolescência passou a se prostituir. É quase regra, e aquele menino que está na rua se drogando, é quase regra que ele na infância presenciou muita violência. O filho de um lar conflituoso é uma isca muito fácil para o traficante. Não tem jovem mais fácil de ser aliciado para usar droga do que aquele que veio de conflitos, veio de violência. Um jovem que tem estrutura familiar sem conflito, mesmo que não seja aquela estrutura padrão, dificilmente vai chegar a esse tipo de envolvimento” (diário de campo, entrevista feita no dia 18/08/99).

Destes discursos podemos concluir que a violência seria um reflexo condicionado que se desencadeia ou não. É um sentimento que depois de ser desencadeado tem que ser descarregado em alguma coisa ou pessoa. Há um determinismo, um caminho de mão única que define que pessoas que vivem em famílias “desestruturadas” - ou seja, com problemas

financeiros, analfabetos, que não tem o pai vivendo na mesma casa com a mãe e os filhos ou quando vivem juntos estão em permanente conflito - são aquelas que serão protagonistas de cenas de violência doméstica. Fica determinado que o conflito leva necessariamente à violência, e não seria errado afirmar que violência e conflito mesclam-se em determinados momentos.

Parece haver uma pré-definição de que abuso sexual resulta em prostituição e surras na infância produzem um homem adulto violento. Nestes discursos percebe-se a definição da vítima: a criança, no primeiro caso e a mulher neste último. Partindo deste ponto de vista, definem o homem adulto com problemas de relacionamento familiar e que sofreu violência na infância como o agressor em potencial. As posições de vítima e agressor já estão dadas, faz-se necessário agora é resolver o problema. Relacionando a concepção de violência destes agentes sociais com o recorte elaborado das teorias sobre violência no Brasil, estas percepções fazem parte daquelas que entendem-na em sentido negativo.

## **Minha trajetória até o tema**

Durante o curso de graduação em Ciências Sociais na UFSC, participei entre outras de quatro pesquisas que tinham como enfoque o tema da violência. A partir destas pesquisas centrei-me na questão da violência doméstica para a realização desta dissertação, tendo como enfoque principal a influência das relações de parentesco postas em ação nos momentos de conflito.

Meu interesse inicial estava centrado nos casos de violência contra mulher dentro do contexto conjugal. Assim, participei de um trabalho de pesquisa e de análise de notícias sobre violência publicados em jornais impressos de circulação nacional durante o ano de 1995 – Folha de São Paulo, O Correio Brasiliense, e o Zero Hora. Este trabalho contou com a participação de outros pesquisadores, e foram levantadas as “tipologias” de violência acionadas pela mídia durante o período. Minha parte neste trabalho foi a análise de casos noticiados de violência contra mulher.

Em um segundo momento centrei minha atenção na análise de dois processos penais de crimes de parricídio que tiveram resolução jurídica diferentes em decorrência da aceitação ou não, pela família, do ato do agressor. Em ambos o filho matou o pai e foi julgado em uma instância pública de resolução de conflitos, respondendo a processo judicial. Os assassinatos aconteceram em casa e foram os parentes e vizinhos que forneceram os depoimentos que

compuseram os *autos* do processo. As pessoas que compunham as relações domésticas foram chamadas para opinar na resolução jurídica dos casos e a decisão do juiz foi baseada nestes testemunhos. Assim, o âmbito doméstico foi o *locus* do acontecimento e de onde partiram os discursos que resolveram judicialmente o processo.

Em um dos casos, o filho assassinou o pai e o esquartejou, jogando as partes do corpo em uma latrina nos fundos da casa. A família recusou-se a manifestar-se publicamente, deixando claro que condenava a atitude do rapaz. Durante o processo penal ele foi absolvido sob alegação de sofrer problemas psiquiátricos e internado no manicômio judiciário por tempo indeterminado. Depois de quatro anos houve uma nova perícia psiquiátrica que o considerou apto ao convívio social. Mas a libertação somente seria possível se a família se dispusesse a recebê-lo, o que não aconteceu. Os membros da família recusaram-se a aceitá-lo em casa, mantendo a condenação manifestada no decorrer do processo, que tornou sua liberdade impossível.

Em decorrência da forma como foi tratado no processo penal, que exigia da família que aceitasse o rapaz novamente no convívio doméstico depois da reclusão, busquei informações sobre a repercussão do caso em outros âmbitos da sociedade. Nos jornais da época, encontrei uma reportagem publicada no dia seguinte ao assassinato que descrevia o acontecimento. Nos dias subsequentes, porém, não houve mais manifestações no jornal sobre o assunto. Depois do laudo psiquiátrico que assegurava que o rapaz estava apto ao convívio social e a negativa da família em recebê-lo, procurei pessoas que trabalharam na pastoral carcerária e que entraram em contato com a família numa tentativa de reconciliação com o filho assassino. As alegações dos integrantes da pastoral carcerária eram de que o rapaz era um bom moço, muito simpático e que não merecia estar preso no manicômio por não sofrer doença psiquiátrica. Foi possível constatar que o caso não provocou repercussões negativas na sociedade. Acredito que a falta delas demonstra que este tipo de situação não ofendia demasiadamente a sensibilidade social. Podemos considerá-la exemplar na medida que indica a extrema e enorme diversidade de opções com que se percebe a violência em nossa sociedade.

No outro caso de parricídio analisado a atitude do filho não foi condenada pela mãe e pelos irmãos, fazendo que ele tenha sido libertado um ano e três meses após o crime. Neste segundo processo foi possível perceber que haviam depoimentos contraditórios narrando o mesmo fato, e que estes partiam de dois lugares diferentes nas relações de parentesco que a vítima estava incluída. Os *consangüíneos* da vítima (com exceção do filho que matou o pai) tendiam a defendê-lo, dizendo ser ele um bom homem, que sustentava a casa, e que tratava a

todos muito bem. Enquanto os *afins* criticavam-no dizendo ser um bêbado que não colaborava nas despesas da casa e batia na esposa.

Durante a pesquisa nos processos penais citada anteriormente, participei também da organização e elaboração do Mapa de Violência do Estado de Santa Catarina<sup>15</sup> e de um levantamento de dados da Delegacia da Mulher de Florianópolis<sup>16</sup> sobre mulheres vítimas de agressões registrados nos Boletins de Ocorrência dos últimos dez anos. Nesta pesquisa recolhi dados sobre vítimas e agressores, e da relação entre eles, e os tipos de agressões registradas.

Tanto na pesquisa na delegacia, quanto no caso do estudo de violência contra mulher foi possível constatar que a maior parte dos casos em que as mulheres sofreram algum ato violento, ocorreram dentro do lar e/ou o agressor fazia parte das relações afetivas daquela mulher (Wiggers, 1996a). É comum mulheres denunciarem nas delegacia agressões perpetradas por seus ex-maridos, maridos, amantes ou namorados. Este fato aponta para as violências que acontecem nas relações familiares, principalmente entre o casal.

O resultado da análise destes quatro trabalhos em que participei indicavam dois fatores a serem considerados em trabalhos posteriores: 1. Havia uma diferença de percepção da situação dependendo da posição na estrutura de parentesco que estavam os atores que se manifestavam no processo; 2. A família e a rede de parentesco tem um papel importante na resolução dos casos de violência doméstica, seja ela jurídica ou não (Wiggers, 1996b).

Estes trabalhos promoveram uma reflexão sobre situações de violência em que as pessoas envolvidas mantinham uma relação doméstico-familiar. Casos assim são denominados por muitos estudiosos e pelo senso comum de violência doméstica, e provocaram meu interesse em obter mais esclarecimentos sobre o assunto, principalmente com relação ao papel dos diferentes membros da família nas situações de violência. Centro-me desta forma em um ponto pouco desenvolvido nos estudos sobre o tema: as relações de parentesco permeadas pelas relações de violência.

### ***O objeto da etnografia***

Como meu interesse foi estudar formas de resolução de conflitos domésticos, busquei informação sobre situações em que famílias necessitam intervenção estatal em decorrência de

---

<sup>15</sup> Trabalho ainda não concluído e desenvolvido no Laboratório de Estudo das Violências (LEVIS) - UFSC, e que participei nas primeiras fases.

denúncias deste tipo de violência. Fazendo isso estaria englobando em minha pesquisa famílias que são consideradas, nos órgãos governamentais que atuam nas áreas de residência de *grupos populares*<sup>17</sup>, como o *locus* de maior propensão deste problema social. Pesquisando a população indicada por estes agentes sociais eu estaria me aproximando das famílias que provocam, com suas ações, as atuações destes agentes.

Depois de investigar nos diferentes órgãos a possibilidade de pesquisar estas famílias, cheguei ao Conselho Tutelar - um órgão municipal responsável pela proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Esta aproximação aconteceu ainda na fase de definição do objeto da pesquisa, quando procurei informações sobre violência doméstica no Conselho Tutelar de Florianópolis (Continente), na intenção de trabalhar com famílias atendidas por essa instituição. Obtive a informação de que os casos atendidos por eles são principalmente os de processo de reconhecimento de paternidade e de violência e/ou abusos cometidos contra crianças e adolescentes, denunciados na maior parte das vezes por parentes ou vizinhos. São atendidas principalmente famílias muito pobres moradoras das favelas da cidade, caracterizadas pelas conselheiras tutelares como “famílias carentes”. Uma conselheira tutelar me sugeriu que eu pesquisasse as famílias residentes na “comunidade” Chico Mendes. Por ser este lugar, segundo os registros do próprio órgão, extremamente *problemático* no que se refere a violência contra crianças, além de ser considerada pelos agentes uma grande fornecedora de meninos de rua para o centro de Florianópolis<sup>18</sup>. Acatei a sugestão e delimiti minha pesquisa às famílias desta comunidade.

A Chico Mendes é uma “comunidade” em que residem prioritariamente camadas da população urbana de baixíssima renda, que como define Fonseca (1987) em trabalho nas vilas de Porto Alegre, poderiam ser chamados de sub-proletariado. Diferem de grupos operários por viverem de biscates e de trabalhos esporádicos (os homens na construção civil e as mulheres como faxineiras), da mendicância, de juntar papelão e metais para reciclagem e da recuperação do lixo das casas mais abastadas. São principalmente pessoas que na maior parte do tempo não estão incluídas no mercado formal de trabalho. Geralmente recebem muito pouco pelo seu trabalho, o que colabora para viverem pobremente. Mas não é uma abordagem econômica que pretendo, uma vez que estou mais interessada no sistema

---

<sup>16</sup> Este trabalho foi encomendado pela professora Eleieth Safiotti.

<sup>17</sup> O termo *grupos populares* é usado para caracterizar uma população de baixíssima renda, que geralmente não está inserida no mercado formal de trabalho e que compartilha valores e significados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados (Thompson, 1998).

<sup>18</sup> Ver dissertação de Rita de Cácia Oenning da Silva, sobre “meninos de rua”, UFSC, dezembro de 1998, que indica a Chico Mendes como o local de residência da maior parte das famílias que tem filhos morando na rua.

simbólico que informa os modos de agir e pensar desta população.

Acredito que existe um perigo em se tratar destas populações justificando todas as formas de vida pela *falta* de condições econômicas, de educação, de saúde, ou ainda, de possibilidades de vida. Este determinismo cega-nos para elementos que tem relação com o poder aquisitivo mas que não são por ele determinados, uma vez que estão relacionados com outros valores compartilhados pelo grupo. Há uma tendência no uso da denominação “pobres” por autores como Zaluar (1989) e Sarti (1996) de positivar o termo defendendo a não generalização do aspecto da “falta” como definidor do grupo. Elas referem-se aos pobres considerando que há uma parcela da população que vive com recursos financeiros escassos, que lhes impõe condições de vida onde muitas vezes falta-lhes até mesmo o alimento diário, mas também que compartilham uma cultura própria, com valores e atitudes comuns. Desta forma, apesar de sofrerem privações materiais, não são apenas as faltas que merecem ser salientadas, já que o econômico não define por si só a cultura, e falta de dinheiro não significa falta de cultura.

Assim, esta população pode ser caracterizada como *grupos populares urbanos* porque existem em forma de grupo e se pode detectar aspectos de uma cultura própria que informa os comportamentos e estabelece uma rede de significados (Fonseca, 1995). O fato das famílias pobres residirem concentradas em uma localidade delimitada e formarem uma rede de relações estabelecidas, com uma socialização que ocorre também em espaço público da favela, possibilitou meu trabalho de campo semelhante a uma etnografia clássica, em que o pesquisador viaja até a “tribo” a ser estudada, convive com o grupo e faz uma descrição densa das atitudes e significados<sup>19</sup> (Geertz, 1989).

Existe uma especificidade do grupo por mim pesquisado que se distingue dos estudados por diferentes autores que tratam de populações de baixa renda<sup>20</sup>. A facilidade da conversa estabelecida na rua e nas casas com os moradores, que é citada em diversos trabalhos, não ocorre na Chico Mendes. Muitas pessoas recusam-se a manter uma conversação com pessoas que não são moradores do lugar, seja na rua ou na porta de sua

---

<sup>19</sup> Geertz distingue os conceitos “próximos da experiência” e “distantes da experiência”, sendo que com os primeiros é que se pode chegar às concepções nativas, deixando as nossas de lado. Marcus e Fischer (1986) questionam o método desta antropologia interpretativa defendida por Geertz, dizendo que ainda é uma interpretação do antropólogo. Sugerem uma nova maneira de relatar os escritos etnográficos, tirando o antropólogo do centro da questão. Clifford (1988), também preocupado com a autoridade do etnógrafo, propõem uma postura dialógica no trabalho de campo, que consiste em dar “ouvidos” às diversas vozes que se apresentam quando o pesquisador faz seu trabalho, tirando das mãos do etnólogo a “autoria” do trabalho. Quero deixar claro que neste trabalho, apesar de conhecer as questões colocadas por Marcus, Fischer e Clifford, optei por me basear em Geertz.

casa. Mas as conversas entre os moradores do bairro são comuns e freqüentemente acontecem nas casas e nos becos e às portas abertas. Estas conversas, mesmo que sejam na maior parte das vezes restritas aos conhecidos, remetem a um reconhecimento pelos moradores do lugar de uma maneira de viver recheada de um conjunto de valores, que não é aquele do modelo dominante, mas que é compartilhado pelo grupo.

Ao definir esta população como *grupos populares urbanos* não pretendo uma homogeneização e muito menos um isolamento dos sistemas simbólicos destes grupos. É perceptível que as pessoas moradoras da Chico Mendes compartilham elementos simbólicos com as pessoas do lugar onde moram<sup>21</sup>, e ao mesmo tempo estão em contato com os referenciais da sociedade complexa. Eles transitam entre o tradicional e o moderno e destes dois universos buscam elementos para significar seu próprio universo<sup>22</sup>. Assim, falar em *grupos populares* nos remete à uma idéia mais abrangente do que classe ou camada, uma vez que estas fazem referência a um estrato social particular definido ou em relação ao mundo do trabalho ou pela categorização determinada por uma lógica social hegemônica.

E por fim, é importante lembrar que o fato do conceito *grupos populares* estar no plural remete-nos à heterogeneidade das diferentes combinações de valores que compõe os recortes dos grupos e implica pensarmos na existência de aspectos políticos, econômicos e de crenças informados por valores específicos. Ao mesmo tempo que estes grupos não se encontram isolados do contexto social mais amplo, também não estão dissolvidos nele.

### Dados sobre o lugar

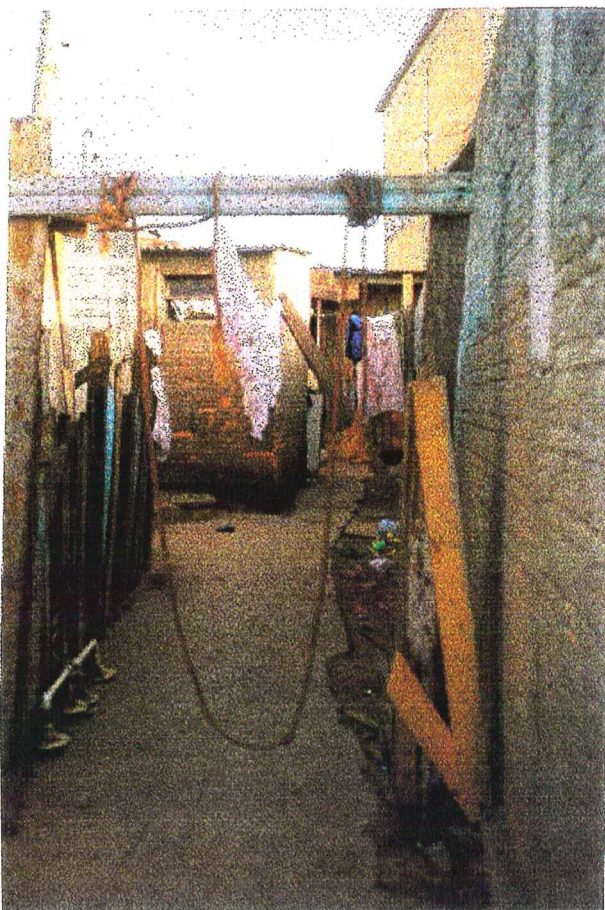
Definida conceitualmente a população em que ocorreu esta pesquisa, sigo apresentando o lugar onde ela reside: no bairro Monte Cristo, em Florianópolis (SC), mais especificamente nas “comunidades” Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo horizonte.

---

<sup>20</sup> Para maiores esclarecimentos ver Landes (1967), Fonseca (1989,1995), Zaluar (1994), Sarti (1996), Víctora (1998), Jardim (1998), Paim (1998).

<sup>21</sup> Que poderia ser comparado ao conceito de *pedaço* elaborado por Magnani, 1998.

<sup>22</sup> Ver Magnani, “Na Metrópole”, 1996.



*Foto: Servidão.*<sup>24</sup>

a outra dá acesso à rua da escola América Dutra, que é calçada e bem larga. Em contraste com as outras três que são de barro.

Em minhas entradas no lugar eu descia do ônibus Monte Cristo no penúltimo ponto e fazia o trajeto no sentido leste-oeste. No início do trajeto a rua é larga e pavimentada, e fica mais estreita no decorrer do caminho, passando apenas um carro de cada vez. Logo em seguida as passagens deixam de comportar veículos e ficam cada vez mais estreitas, permitindo a passagem, em alguns lugares, de apenas uma pessoa. Estes caminhos são chamadas pelos moradores de “beco” ou “servidão”. São estas passagens estreitas que cortam o terreno principalmente no sentido leste-oeste e que dão acesso a todas as residências. Estas servidões foram cimentadas na mesma obra que levou água e esgoto até as casas.

<sup>23</sup> Ver anexo o mapa da região e fotos aéreas referentes a este espaço nas pg. I a IV, após a pg. 21.

<sup>24</sup> Todas as fotos utilizadas neste trabalho foram tiradas por mim durante meu trabalho de campo. Eu estava relutando em usar uma foto assim, que identificasse a residência da família que pesquisei, mas em uma visita ao lugar no fim do ano passado descobri que estas casas já não existem mais. Foram demolidas e as famílias mudaram-se para o prédio construído perto.

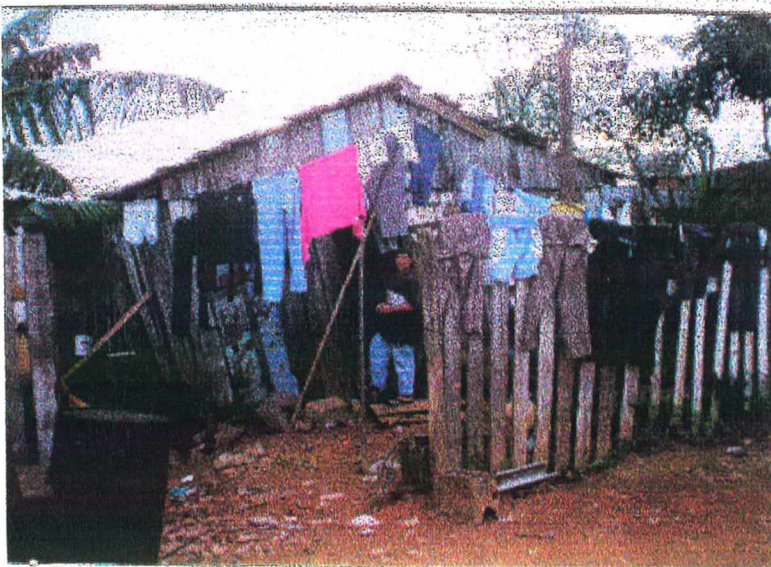
Este lugar fica na parte continental da cidade de Florianópolis, à margem direita da BR-282 sentido Florianópolis / São José<sup>23</sup>. O acesso é fácil, seja de carro ou ônibus. Diversas linhas de ônibus passam por perto da “comunidade”, entre elas o Monte Cristo, Pró-Morar, Ceasa, Bairro de Fátima, mas nenhuma delas a atravessa. O trajeto do ônibus Monte Cristo do centro até o bairro demora no máximo 20 minutos.

O terreno tem um ligeiro acive no sentido leste-oeste e no sentido sul-norte, mas não se configura em um morro. As três ruas que cortam a “comunidade” são no sentido sul-norte, e duas delas dão acesso de carro até o “campinho”(vou explicar mais adiante),



O terreno é relativamente plano, com algumas inclinações em determinados lugares, e foi dividido em pequenos lotes onde foram construídas casas de diferentes materiais. Na maioria das casas há uma pequena área de terreno onde não há nada construído. É uma espécie de quintal onde são estendidas as roupas e onde são guardados os materiais recolhidos nas ruas para serem vendidos, como ferros, papelão, latinhas. Em uma conversa com uma adolescente ela me explicou uma outra utilidade destes quintais. Disse que quando há “batida policial” na “favela” as pessoas correm para dentro dos quintais, por que as agressões ou morte sofridas pelos policiais dentro da residência - e os quintais estão incluídos - são, ou podem ser, consideradas legítima defesa, principalmente se estas “batidas” acontecerem durante a noite. Assim, segundo ela, a polícia não entra nos quintais por medo de sofrerem agressões físicas. Eles servem assim, como uma proteção para os moradores contra a polícia.

Os lotes servem, algumas vezes, a mais de uma família nuclear tornando os parentes, principalmente os irmãos, vizinhos. Mas o proprietário da casa tem toda liberdade de vendê-la. Assim, podemos encontrar imóveis que foram inicialmente divididos entre os irmãos casados e com filhos, estarem sendo habitados por pessoas sem relação de parentesco. Estes imóveis são casas em que foram fechadas as portas internas e abertas portas para a rua, formando-se assim uma nova residência. Segundo uma informante, moram na Chico Mendes aproximadamente 3000 mil famílias.



*Foto da cas da Talita*

Existem muitas casas construídas com restos de madeira, plástico e material recolhido no lixo, e algumas delas muito mal alicerçadas, com perigo de caírem a qualquer momento, por estarem podres as madeiras que as sustentam.

Podemos encontrar casas de alvenaria de dois andares, concluídas e pintadas, ao lado de outras de madeira muito velhas e quase caindo. Todas as casas que eu conheci tinham

banheiro com um vaso sanitário e uma pia. Em muitas casas há apenas um buraco na parede onde deverá ser, um dia, instalado um chuveiro. Acredito que estes banheiros foram construídos durante a obra de instalação de esgoto. A CASAN<sup>25</sup> além do esgoto levou água tratada às casas da Chico Mendes. Outra característica da comunidade é o fato de haver energia elétrica em todas as casas, providas pela CELESC<sup>26</sup>, não se fazendo necessário o uso de ligações clandestinas. Apesar das casas contarem com energia elétrica, os caminhos não foram iluminados.

Para uma tentativa de descrição da Chico Mendes não é possível deixar de lado o “campinho”. Este é o lugar onde as “coisas” acontecem e poderia ser considerado *o pedaço* (Magnani, 1998). É um espaço no meio da comunidade onde não foram construídas casas. Construíram, com ajuda financeira da prefeitura dois campos de futebol com chão de areia, um ao lado do outro, cercados cada um, com um muro de aproximadamente um metro de altura e com duas entradas laterais. Ele marca a fronteira entre a comunidade Nossa Senhora da Glória e a Chico Mendes, a primeira fica ao norte do “campinho” e num nível mais elevado do terreno. Assim, em um dos lados há um barranco de aproximadamente 3 metros, e deste podemos ter uma visão ampla do lugar.



*Foto do campinho*

O chão em volta do campinho é de barro como o das ruas que ligam o meio da comunidade Chico Mendes com o asfalto da BR 282. Quando chove, o lugar fica muito enlameado, por ser completamente plano e a água não ter para onde escorrer. Este lugar ou tem cheiro de terra molhada ou de poeira levantada pelo vento.

<sup>25</sup> Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina.

Neste lugar as crianças brincam, jogam bola, correm soltas. É ali também que foi colocado um *container* da COMCAP<sup>27</sup>, o qual é recolhido três vezes por semana todo o lixo jogado pelos moradores. Algumas vezes a diversão da criançada é revirar o enorme latão de lixo, e por duas vezes eu vi que jogaram neste lugar roupas e sapatos velhos, que foram recolhidos pelas crianças em meio a muitos risos.

É neste espaço que em certos dias os traficantes aglomeram-se e é possível ver carros subindo pelas ruas que dão acesso ao “campinho”. São compradores das drogas vendidas e muitas vezes consumidas abertamente nos becos. Também é ali que durante a noite os adolescentes reúnem-se para tocar violão e cantar. E nos dias de sol as mulheres conversam sentadas no muro. Foi graças a este espaço apropriado para a prática de esporte, que as moças do lugar resolveram fazer um time de futebol feminino, que no ano de 1999 estava treinando com empolgação.

Este é um espaço de socialização da comunidade além de marcar fronteiras internas. Laura, uma adolescente moradora do lugar, me disse que os meninos ficam brincando por ali todos juntos, “quando crescem não se largam mais, se depois de crescidos um vai ser bandido todos vão ser também”.

---

<sup>26</sup> Companhia de Energia Elétrica de SC.

<sup>27</sup> COMCAP é a companhia de recolhimento de lixo e saneamento da Capital.

## **ANEXOS**

Mapa em que consta a localização do bairro Monte Cristo. A Chico Mendes faz parte deste bairro.

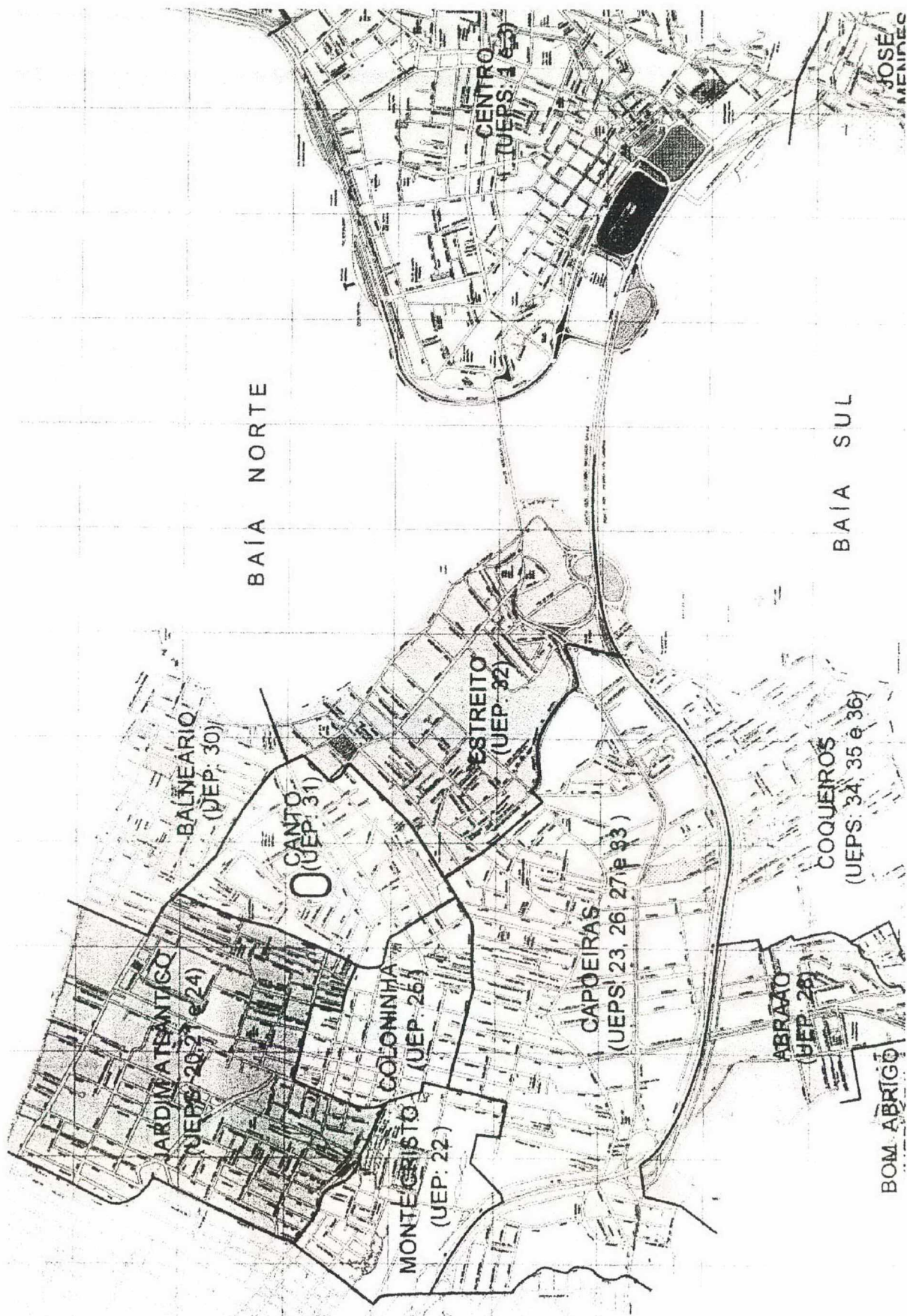


Foto aérea do bairro Monte Cristo.  
*Fonte: Arquivos do IPUF*



Foto aérea da comunidade Chico Mendes  
*Fonte: Arquivos do IPUF*



Foto aérea da Chico Mendes com marcação aproximada dos locais de residência das famílias estudadas  
(Fonte: IPUF)





### **Chico Mendes: favela ou comunidade?**

Na descrição feita até agora percebe-se que para referir-se ao lugar com termos outros que não o próprio nome “Chico Mendes”, foram usados dois termos: comunidade e favela. De acordo com o Dicionário Aurélio da língua portuguesa comunidade é

“qualidade ou estado do que é comum, comunhão; o corpo social; a sociedade; qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica; qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns ou ainda um agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos; concordância, conformidade, identidade” (Aurélio, 1986).

Segundo a mesma fonte, o termo favela significa: “conjunto de habitações populares toscamente construídas e desprovidas de recursos higiênicos”. Na opinião de Zaluar e Alvito (1998)

“a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgoto, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade” (Zaluar e Alvito, 1998:7).

O termo favela é usado informalmente pelos adolescentes e alguns outros moradores, quando remetem-se negativamente ao lugar onde moram ou à sua posição social, quando dizem serem “favelados”.

Falam em “comunidade” os moradores que participam ativamente de reivindicações políticas que interferem na vida daquela população. O sentido de comunidade que mobiliza as ações políticas destas pessoas está relacionado com uma possibilidade de se pensar nos moradores da Chico Mendes como um conjunto que compartilha modos de vida. Também referem-se ao lugar em termos de “comunidade” os diferentes agentes sociais que atuam na área, entre estes estão os conselheiros tutelares e as assistentes sociais da prefeitura. Este

mesmo termo pode ser encontrado também no relatório feito pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) em 1993, do “Perfil das Comunidade Carentes de Florianópolis” que, como o próprio nome diz, referem-se às comunidades carentes do município. Neste podemos perceber noção de que no lugar todos são mais ou menos iguais na carência geral de diversos bens materiais, e esta noção é geralmente compartilhada por agentes sociais que intervêm na região.

Nos dados contidos no relatório do IPUF é possível apontar para uma percepção dos limites espaciais diferente daquele que vigora entre a população estudada: os limites espaciais reconhecidos pelo órgão estatal são aqueles com as ruas da cidade, enquanto que para o grupo de moradores existem limites internos que definem comunidades diferentes. É possível dizer que houve por parte dos responsáveis pela elaboração do relatório do IPUF um interesse em definir e delimitar a área de habitação da população pobre à um território específico<sup>28</sup>. Definir o lugar de residência desta população poderia tornar mais fácil para ações governamentais de “combate a pobreza” direcionadas a um espaço físico definido. O fato dos limites internos da favela não serem explicitados me leva a pensar em dois pontos com relação ao trabalho de levantamento de dados que resultou no relatório. Em primeiro lugar acredito não ter havido contato prolongado com a população do lugar para se perceber os limites internos. Segundo, estes limites não importam realmente, na medida que são agrupados como pertencentes a mesma categoria: população carente.

Podemos concluir disto que estes agentes sociais estão “construindo” um foco de problema social delimitado territorialmente, e este caracteriza-se por ser um discurso legítimo que define a pobreza pelas faltas, entre elas a falta de organização espacial das residências. Podemos tomar esta atitude como uma continuidade ao movimento que iniciou-se no Brasil, já no século passado de higienização das cidades e a transferência da população pobre para áreas distantes das áreas centrais, formando as periferias.

Soihet (1997; 1989)<sup>29</sup> demarca os anos de 1890-1920 como aqueles em que despontaram a modernização e higienização do país pelos grupos ascendentes, preocupados que estavam em tornar civilizados os hábitos das metrópoles. A autora aponta como a causa deste movimento a passagem do trabalho compulsório para o trabalho livre, quando fez-se necessário tomar medidas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado das coisas. Hoje este exercício de delimitar territorialmente o lugar da população mais

---

<sup>28</sup> Ver anexo na foto aérea do bairro como a organização das construções na Chico Mendes diferenciam-no das outras residências próximas.

<sup>29</sup> Douzelot, em *Polícia das Famílias* levanta a mesma questão, tratando da França.

miserável da nossa sociedade pode ser percebido no tratamento dispensado pelos órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano, que fazem os problemas sociais relacionados a este grupo específico, como o tráfico, a sujeira, a miséria, a violência, ficarem restritos a esta população e ao local onde moram. Ao menos no imaginário do senso comum é a “favela” que detém o estigma da pobreza-miséria-violência<sup>30</sup>.

### ***A construção do problema da pesquisa***

As conselheiras tutelares de Florianópolis são principalmente mulheres (em 1999 havia apenas um homem no cargo de conselheiro tutelar) com formação universitária em Psicologia ou Serviço Social. Elas partem de um lugar bem específico no trato dos problemas sociais advindos de situação de violência. Fazem parte da população que recebeu instrução de terceiro grau e cursos de especialização na área da violência contra crianças, e desta forma compartilham valores desenvolvidos na classe média<sup>31</sup>. Estes valores estão relacionados com aqueles caracterizados como o discurso oficial sobre violência.

Existe uma diferença de valores que informam a percepção do que seja violência entre outras coisas, para estes agentes sociais e para os grupos populares urbanos, e talvez isto seja um fator determinante da dificuldade expressada por uma delas, e que me incitaram algumas questões que vinham ao encontro de meus estudos anteriores sobre violência. Foi-me explicado que a maior dificuldade que as conselheiras tutelares vinham se deparando era a de conscientizar as famílias das “comunidades” mais “carentes” da região de que muitas de suas atitudes são **violência**, sendo necessário que fossem ministrados cursos e palestras sobre o assunto. Nesta afirmação ficou claro que as pessoas destas “comunidades carentes” não compartilham com as conselheiras tutelares do mesmo entendimento do conceito de violência, partindo de pontos de vista, de vivências, de famílias, de vida, diferentes.

Ao expressarem a dificuldade em fazer as famílias carentes entenderem que suas atitudes são violência, percebi que as conselheiras tutelares consideravam que estes grupos populares tinham uma percepção *errada* dos seus próprios atos. Elas partiam do princípio de que lhes faltava discernimento para perceberem suas próprias atitudes como violência. Estas idéias me levaram a procurar compreender melhor as populações alvo de programas de

---

<sup>30</sup> Ver Cunha (1996) em texto que a autora levanta cinco formas de se perceber as favelas do Rio.

<sup>31</sup> Ver Ribeiro 1999, que trabalhou com o Conselho Tutelar de Porto Alegre e nos mostra que as conselheiras daquela cidade são escolhidas dentro das comunidades segundo sua atuação política comunitária, diferentemente das Conselheiras Tutelares de Florianópolis.

combate à violência doméstica, principalmente no que se refere às suas formas de resolução de conflito, sejam elas violentas ou não. Porque se muitas de suas atitudes não são entendidas, por eles próprios, como violência (da mesma forma como as conselheiras tutelares a entendem), o que é violência para estas famílias carentes de Florianópolis? Por que existem diferentes entendimentos do que seja violência? Qual a lógica que está informando os comportamentos destes grupos?

Desta forma, o que pretendo com este trabalho está relacionado com dois pontos já levantados: família/ parentesco e entendimentos diferenciados do que seja violência. A proposta é de ampliar as fronteiras das relações homem/ mulher, geralmente estabelecida nos estudos de violência contra mulher, e nas de pais/ filhos nos estudos de violência contra crianças e adolescentes, e centrar a atenção nas outras relações presentes e atuantes nos conflitos domésticos. Pretendo, assim, com a análise das relações de parentesco, ampliar o foco dos atores sociais em cena nos momentos de conflito, abrindo a possibilidade de ressaltar os aspectos constituidores da própria relação. Neste caso, cada posição no sistema de parentesco define uma atribuição na promoção e na resolução do conflito. Não é minha intenção discutir ou minimizar os efeitos pessoais e sociais das situações de violência, mas sim, propor uma forma outra de perceber o problema que não aquela já amplamente divulgada e que é carregada de valores, ou é bom ou ruim.

Nesta dissertação objetivo analisar o papel dos elos de parentesco no conjunto de relações de violência doméstica vivenciadas por um grupo de famílias da comunidade Chico Mendes. E para isso recorro à descrição de uma série de processos de tensão e conflito através do relato de seus protagonistas, delimitando dentro destes relatos o que é considerado violência doméstica. Neste sentido são trazidos a tona as categorias relativas a parentesco colocadas em cena nos relatos e delimitado qual o papel destas relações na geração do conflito e/ou na sua resolução.

Apesar dos trabalhos com grupos urbanos privilegiarem os estudos de família, eu optei neste trabalho por uma abordagem das relações de parentesco ao estudar as famílias da Chico Mendes. Isto porque o parentesco caracteriza-se basicamente pela forma de combinação das relações, e durante os conflitos domésticos diferentes relações de parentesco foram acionadas, extrapolando o universo daquilo que se considera família. Durhan (1983) explica a distinção entre os estudos de família e de parentesco, argumentando que o sistema de parentesco é considerado fundamentalmente um artefato intelectual e cultural, na medida que não é uma estrutura sólida, material, mas é comum a todas as sociedades.

“O que caracteriza basicamente um sistema de parentesco não é o conteúdo

das relações que se estabelecem através dele, mas a forma da combinação dessas relações. Neste sentido os sistemas de parentesco constituem propriamente uma linguagem, e sistemas semelhantes podem ser encontrados em sociedades economicamente muito diversas e, inclusive em tipos de famílias diferentes” (Durhan, 1983:22-23).

Por isso, o parentesco não pode ser concebido como uma extensão dos laços familiares, sendo, ao contrário, um pressuposto, que é manipulado na constituição dos grupos que podemos denominar famílias. A família, por sua vez, é pensada como um sistema real, concreto, palpável, em que as propriedades materiais e as relações de poder entre seus membros servem para defini-la. Minha pesquisa de campo levou-me muito mais às formas como as relações se combinavam, e assim, optei pelo parentesco.

Para que esta análise fosse possível foi necessário um convívio cotidiano junto a algumas famílias da Chico Mendes. Para tal, fui recomendada por uma conselheira tutelar a procurar um morador da comunidade, envolvido em ações comunitárias, que poderia me ajudar, apresentando-me algumas famílias.

### **Minha inserção em campo**

As conselheiras tutelares que procurei inicialmente me indicaram Dário<sup>32</sup>, um morador da comunidade que se dedica a trabalhos sociais, como um possível contato para o início de meu trabalho. Ele reside em uma casa comunitária chamada “Centro de Atividades Comunitárias Chico Mendes”, em que residem outras cinco pessoas e por onde circulam outros tantos moradores da comunidade, principalmente adolescentes. É neste local que são desenvolvidas atividades como aula de teatro, artesanato, tapeçaria, pintura, bem como os encontros da catequese e da crisma.

Além disto, esta casa é sede de uma ONG que tem como atividade principal o projeto Tecendo Vida. Dário é o coordenador deste projeto que trabalha com 30 famílias da comunidade. Três educadoras fazem visitas domiciliares diárias, além de serem promovidos encontros quinzenais com as famílias atendidas para conversar sobre diversos temas, entre eles a família, os problemas com as crianças, trabalho, lixo e violência doméstica. Nas visitas as educadoras conversam muito com as famílias, procuram ouvir os problemas vivenciados e

---

<sup>32</sup> Todos os informantes tiveram seus nomes trocados, passando a serem tratados por nomes fictícios.

buscam fazê-las assumirem os cuidados e responsabilidades com relação a si próprios e principalmente com as crianças e adolescentes da família. Além disso, há a distribuição mensal de uma cesta básica para cada família atendida pelo projeto.

Em março, no início do meu trabalho de campo, encontrei-me com Dário na casa dele e apresentei a minha proposta de trabalho no mestrado, pedindo ajuda a ele para iniciar a pesquisa. Ele ouviu sem comentar e me convidou para caminharmos pela comunidade. Durante o trajeto Dário conversou com muita gente, apresentando-me as pessoas. Muitas crianças o abordavam, falavam sobre a escola e a família. Eu falei pouco, observei as coisas e as pessoas e sorri muito. Estava procurando ficar à vontade.

Neste mesmo dia encontramos uma professora da UFSC que havia levado sete de suas alunas para uma visita à comunidade. Duas delas entraram no quintal de uma casa em que havia uma jovem senhora com hepatite e fizeram muitas perguntas sobre ervas que ela tinha no quintal, enquanto as outras ficaram esperando na servidão, olhando. Franziam o cenho ao verem suas colegas mexerem nas plantas e objetos jogados pelo quintal, comiam e ofereciam bolachas às pessoas. Alguns rapazes que estavam sentados em uma escada próxima, gritavam que elas precisavam ir na casa deles e lhes faziam propostas sexuais, dizendo: “não quero comer bolacha, quero o teu biscoito. Vem cá que eu vou te comer. Vocês tão precisando de pau”. Eu e Dário seguimos o caminho e quando passei por eles eu sorri e fiz um gesto com a cabeça em forma de cumprimento, sem me intimidar com as palavras proferidas, todos me olharam e um deles riu para mim, cumprimentando-me.

Depois, quando já estávamos voltando Dário comentou o comportamento das “moças da universidade”, e justificou as palavras usadas pelos moços do caminho dizendo que eles faziam isso para intimidá-las “porque ficavam muito brabos com a forma que elas se aproximavam: parecia que tinham nojo”. Senti que a forma como me portei naquela situação e depois junto das famílias, foi observado, e de certa forma foi *aprovado*. Passei assim, por uma espécie de rito de passagem em que recebi aprovação do Dário, e quando voltamos para sua casa disse para eu voltar em dois dias para ser apresentada às educadoras do projeto e, também, aos moradores do lugar. Foi Dário quem me apresentou algumas mulheres moradoras do lugar, entre elas Franci, Dalva e Cleo, as educadoras do projeto Tecendo Vida, que me acompanharam em minhas primeiras visitas ao lugar da pesquisa.

Não seria exagerado dizer que a forma de contato que estabeleci com as famílias pesquisadas foi marcada por este rito de passagem. Durante minha pesquisa de campo, em minhas conversas com as pessoas, pertencentes ao universo de minha pesquisa, eu sentava no chão do “beco” se todos estivessem ali reunidos, entrava nas casas, tomava café e chimarrão

se me ofereciam. Sentava nas camas, muitas vezes úmidas com a urina das crianças que dormiam ali amontoadas, por ser geralmente este o único lugar para sentar.

Em minhas visitas iniciais eu fiquei muito tempo calada. Entrava nas casas, cumprimentava a dona da casa e deixava que Dalva fizesse as perguntas que queria, ou conversasse com elas. Limitava-me a sorrir e observar tudo em torno de mim, algumas vezes fazia uma pergunta sobre as crianças e os parentes, já que em pouco tempo eu teria que fazer minhas visitas sozinha e seria preciso identificar as crianças e outros moradores de cada casa.

Depois de já mais familiarizada com as pessoas passei a fazer sozinha meu trabalho de chegar nas casas ou nos grupos reunidos na rua e puxar conversa, ou algumas vezes só ouvir aquela que já estava acontecendo. Meu contato com os homens das casas foi restrito e intermediado pelas esposas. Somente depois de muita conversa com elas é que, em algumas casas, pude conversar também com os maridos, e principalmente entrar nas casas quando estes também lá estavam. Porque a minha conversa acontecia geralmente com as mulheres, em primeiro lugar porque referir-se às famílias da Chico Mendes requer necessariamente que se fale das/com as mulheres. São os seus primeiros nomes que são usados para caracterizar uma família nuclear. E além disso, eu era uma pesquisadora mulher, e o universo a qual eu tive acesso mais facilitado foi o feminino<sup>33</sup>.

A pesquisa foi feita principalmente no período vespertino por que durante a manhã, principalmente no inverno, a maioria das pessoas (os que podem por não terem trabalho com hora marcada) dormem até tarde. Logo depois de acordar os homens saem para trabalhar e as mulheres, ou saem para providenciar a refeição do dia, ou estão muito ocupadas nos afazeres domésticos. Assim, quando minha visita era neste período, elas evitavam me dar atenção, demonstrando algumas vezes que eu estava atrapalhando.

Durante as tardes, algumas vezes os maridos continuam na rua trabalhando, que pode ser na própria comunidade, algumas vezes ficam pelos becos conversando em grupo de homens, jogando bolica, ou ainda, sentam-se nos bares para tomar cachaça. As mulheres aproveitam o tempo para lavar a roupa, buscar lenha, mendigar, conversar com as vizinhas, ou visitar os parentes. Foi durante estes períodos que pude chegar nas casas, sentar na roda de conversa, escutá-las e fazer minhas perguntas sobre diversos assuntos cotidianos. Buscava

---

<sup>33</sup> Os integrantes do projeto Tecendo Vida durante meu trabalho de campo estavam discutindo em uma reunião sobre a escolha de outra educadora, já que uma delas saiu do projeto. Franci propôs que se escolhesse um homem, já que elas como mulheres tinham difícil acesso aos homens das famílias estudadas. Franci alega que homem pode falar melhor com homem. Assim, penso que minha dificuldade em conversar com os homens não é uma exclusividade da minha pesquisa, que foi feita em apenas sete meses, mas uma característica da divisão de papéis de gênero.

saber principalmente sobre suas relações de parentesco, a história de suas vidas, quantos irmãos tinham, há quanto tempo eram casados, quantos filhos, bem como sobre os conflitos familiares, agressões entre parentes e entre vizinhos.

É bastante recorrente o fato de marido e mulher freqüentarem a casa em momentos diferentes do dia, com exceção do período noturno, mas depois de quase um mês de minhas primeiras visitas tive acesso a uma roda de conversa no beco onde mora a família de Creonice, em que os maridos participavam. Neste dia eu fui “testada”, já que o marido de Creonice resolveu se insinuar para mim. Sorrindo com a boca faltando dentes na frente, ele dizia que sua mulher estava muito velha e que estava na hora de trocá-la por outra, ao mesmo tempo que me convidava para ficar toda a noite ali sentada conversando com ele. Eu sorri da mesma forma que estava sorrindo antes, evitei mudar minha expressão, e disse que minhas filhas estavam me esperando em casa, e este era um motivo muito forte para não continuar conversando também durante a noite. Senti muito medo de Creonice ficar enciumada e cortar minhas visitas à sua casa, mas acho que ela gostou de minha resposta, porque sorriu para mim e continuou a conversa, e não me vetou nos encontros subsequentes.

Este comportamento não foi exclusivo do marido de Creonice, outros homens de outras casas e nas ruas também me “cantavam” insinuando propostas sexuais, chamando de “gostosa”, olhando nos olhos com um sorriso de canto de lábios passavam a mão no pênis, convidavam-me para entrar em suas casas. Depois de dois meses visitando as famílias isto deixou de acontecer, e meu contato com os maridos foi maior, mas sempre com a presença da esposa. Quando elas não estavam eu evitava ficar, para que não houvesse ciúmes por parte delas com relação à minha presença, e conseqüentemente, minhas visitas fossem proibidas, o que felizmente não aconteceu.

Sobre a minha relação com a população masculina da comunidade há um ponto que merece ser ressaltado por apontar especificidade do lugar e remeter a alguns elementos importantes a serem considerados na entrada em campo. Diz respeito aos adolescentes homens, mas também a aceitação da minha presença pelos moradores da Chico Mendes.

Desde o início da pesquisa eu intuía que a aceitação dos adolescentes homens do lugar era muito importante. Eles aglomeram-se em pontos estratégicos do caminho, fumando e conversando. Olham com olhar de desafio, que muitas vezes me provocava medo. E minha estratégia de passar por eles era não olhar nos olhos de nenhum, a menos que eu já tivesse sido apresentada a algum deles em alguma casa, aí sim, olhava para este rapaz e o cumprimentava. Isto me dava uma sensação de segurança.

Este *medo* não é infundado. Um certo dia duas irmãs de sete e dez anos, filhas de uma



das minhas informante, resolveram andar pela comunidade comigo. Fomos em um lugar que elas não costumavam circular. A mulher que eu procurava não estava em casa, bem como suas vizinhas, resolvi voltar e as meninas voltaram comigo. Quando estávamos passando em uma parte do beco em que há casas dos dois lados do caminho dois homens jovens vieram andando atrás de nós. Quando as meninas sentiram a presença dos homens, olharam para trás e quando viram que não eram conhecidos, aproximaram-se de mim. A mais moça chegou a agarrar-se ao meu casaco, ficando com o corpo colado ao meu. Fiquei com medo. Comecei a andar mais devagar para obrigá-los a passar por nós. Quando eles se aproximaram nos retraímos, dando espaço no caminho para permitir a passagem. Eles foram embora e nós relaxamos e nos espalhamos na passagem do beco, ocupando todo o espaço e respirando aliviadas. A menina soltou minha blusa.

Como já foi colocado, no início eu apenas intuía o perigo que estes meninos podiam representar. Só bem mais tarde em uma conversa com uma moradora do lugar, foi-me dada uma informação explícita do papel que estes moços desempenham na “comunidade”. Em uma reunião da associação de moradores uma das participantes falava das suas visitas que haviam acabado de ir embora, dizia que sua cunhada sentia medo de lhe visitar, porque ela morava em uma favela. Seu pai e uma outra mulher, Carina, que estavam na reunião comentaram que isso era “uma bobagem, por que se não mexer com eles, eles não mexem com a gente”. Eu perguntei: “eles quem?” ao qual me responderam: “os meninos da maconha”. Como minhas perguntas quebravam o ritmo da conversa, fiquei calada ouvindo. Continuaram dizendo que “perigoso é se tem alguém de fora”. Carina contou que outro dia ela voltava do trabalho por volta das 22:00 horas e entrou por um beco que nunca utilizava como caminho para casa. Disse que vinha andando e sentiu uma presença de uns moços atrás dela. Não virou para olhar mas percebeu que eram três, apertou o passo e eles também andaram mais rápido. Continuou dizendo que ficou com medo, principalmente porque havia recebido seu salário que estava todo dentro da bolsa. Ela contou que entrou em uma entrada do beco e lá estavam uns rapazes do lugar e um deles colocou os moços que a seguiam para correr dizendo: “não mexe com a mulher que ela é da nossa área”. Carina dizia que “quem defendeu era um dos nossos daqui”. A conversa continuou sobre olhar ou não para trás quando se percebe estar sendo seguida, e eles tinham opiniões diferentes. Concluí que o pertencimento ao grupo evita maiores problemas com os rapazes.

Em uma conversa com um adolescente morador do lugar obtive mais explicações sobre o papel que estes adolescentes desempenham na comunidade. Walter contou que o seu tio vai morar em uma casa onde tem uma escada que é um ponto em que os meninos fumam

maconha. O comentário de Walter foi: “ele vai ficar chapado só com o cheiro”. Eu perguntei: os meninos sempre fumam maconha lá. Porque?

W: “por que lá polícia não vai”.

Eu: “porque?”

W: “por que lá é perigoso para a polícia. No beco a polícia nunca entra”

Eu: “porque?”

W.: “os meninos ficam lá e sempre tem uns na entrada, cuidando. Se a polícia entrar leva pedra ou chumbo. Outro dia eu tava de noite no campinho sem documento, a polícia chegou, eu corri pro buraco – lá é chamado de buraco por que quando a gente olha de fora, lá faz bem um buraco, assim, óh! – a polícia veio até um pedaço, mas lá ela não entra. Nunca.”

Eu: “mas eu não tenho medo de ir lá. Por que?”

W.: “mas tu não é polícia”.

Neste momento me foi explicitado que os moços controlam os acessos aos diferentes espaços da “comunidade”, eles cumprem assim função de polícia. São eles que julgam quem entra ou não nos becos e em que horários isto é possível. Entendi que meu acesso irrestrito aos diferentes espaços do lugar foi aprovado por estes moços<sup>34</sup>. E isto está relacionado com o comportamento e a postura que assumi ao fazê-lo. Entrar nos becos sem o aval dos moradores, principalmente dos adolescentes homens, é, senão, impossível, ao menos, muito difícil. Ter sido *aprovada* pelos integrantes do projeto Tecendo Vida e pelos moradores possibilitou, além de minha rápida entrada em campo, um sentimento de segurança quando transito pelas servidões do lugar. Depois desta conversa com Walter passei a pensar no privilégio que eles me dão em deixar que eu transite pelo seu espaço.

### **Questões metodológicas**

Trabalhei durante sete meses - de abril a outubro de 1999 - com aproximadamente trinta famílias. Muitas delas eram atendidas pelo Tecendo Vida, mas não me ative à estas, já que com as visitas constantes fui conhecendo outras pessoas e incluindo-as em meu trabalho. Centrei minhas atenções em metade delas, trabalhando sistematicamente. Com a outra metade eu tive contatos esporádicos, seja na *reunião de mulheres* promovida pelo Tecendo Vida, seja em suas casas ou quando as encontrava na rua.

Quando a dona da casa estava sozinha eu chegava e perguntava: “e daí? O que me

---

<sup>34</sup> Sobre este assunto ver Fonseca (1995) e Zaluar (1994).

contas de novo?” e procurava um lugar para me sentar ou encostar, tentando demonstrar que estava com bastante tempo para o que eles chamavam de “prosa fiada”. Normalmente elas respondiam: “de novo nada!” e começavam a conversa sobre o assunto que lhes interessava. Não foram poucas as vezes que a conversa não se desenvolvia, tornando o ambiente um pouco desconfortável. Com o tempo aprendi que nestes momentos é melhor calar-se ou ir embora, por que fazer muitas perguntas os faziam calar e até ficarem irritados comigo. Quando minha opção era ir embora, fazia-se necessário voltar nos dias seguintes para manter certa constância em minha presença. Porque para se saber das coisas cotidianas é preciso que sejam comentadas enquanto estavam acontecendo, depois que passou algum tempo é mais difícil fazer as pessoas falarem sobre o assunto. Depois de certo tempo de pesquisa minhas informantes perceberam que eu gostava de saber sobre as brigas entre os parentes, e assim, a primeira coisa que me contavam era das novidades de quem tinha brigado com quem nos últimos dias.

Muitas vezes, quando algumas pessoas estavam reunidas eu chegava e ficava calada durante muito tempo, deixando que a conversa fluísse, sempre com meu bloco de notas na mão e minha bolsa enorme a tiracolo com a alça larga atravessada no peito. Fazia anotações sobre tudo que me chamasse a atenção, e aperfeiçoei a técnica de escrever olhando para a pessoa que falava. No início eu era um figura que causava curiosidade, queriam saber o que eu escrevia e o que eu tinha na bolsa. Depois que eu mostrei algumas vezes o que estava escrito no bloco e as bugigangas que carregava na bolsa, tornando-a excessivamente pesada, eles perderam a curiosidade com relação a minha pessoa.

Em um dia de reunião no beco, uma mulher sentou-se ao meu lado lendo o que eu escrevia. Começou a me contar mentiras para que eu escrevesse, como ela dizia, “coisas erradas”. Mas todos rapidamente desmentiam. Ela perguntou se me pagavam para ficar escrevendo “prosa fiada”. Eu disse que meu trabalho era escrever, e que eu ia escrever um livro<sup>35</sup>, por isso escrevia rápido e durante a conversa. Ela espantou-se por eu escrever sem olhar no papel. Eu disse que fazia outras coisas também além de escrever prosa fiada, e ela ficou mais tranqüila por eu produzir algo mais que aquelas “bobagens”.

No início do trabalho eu me apresentava como sendo estudante da universidade, mas isso não lhes significava a mesma coisa que significava para mim, perguntavam-me então se

---

<sup>35</sup> O fato de eu estar escrevendo um livro sobre suas vidas tornava minhas anotações mais legítimas. Acreditavam que suas histórias eram muito interessantes e a vida de cada um daria para escrever um livro em separado. Uma das minhas informantes me disse claramente que havia vivido “muita coisa que dava para escrever uma novela”. Conversando com algumas colegas de turma do curso de mestrado sobre nossos trabalhos de campo, este foi um aspecto recorrente.

eu era assistente social. Depois de muito tentar explicar que eu estava fazendo uma pesquisa sobre as famílias da Chico Mendes, resolvi dizer que estava escrevendo um livro sobre as famílias da Chico Mendes e para isso eu precisava conversar muitas vezes com diversas pessoas. O termo Universidade não lhes dizia nada, perguntavam o que era isso, o que foi muito difícil explicar porque exigia que tivessem certo conhecimento sobre a diferença entre a escolaridade de primeiro e segundo grau, o que não era recorrente. Algumas pessoas associavam-no ao Hospital Universitário, local a que recorriam nos momentos em que era preciso internação hospitalar gratuita.

Dizer que estava escrevendo um livro me tornou, ao seus olhos, diferente das assistentes sociais que lá atuavam. Não foi a única forma de distinção que marcou minha presença. A minha postura com relação às suas necessidades materiais também era diferente. No início da pesquisa de campo todos me pediam coisas como roupa, café, cobertores, apesar de sentir uma enorme vontade de providenciar algumas coisas que lhes eram necessárias, principalmente gêneros alimentícios, pensei que isto poderia prejudicar meu trabalho, por haver a possibilidade de eu ser identificada com os agentes sociais que atuam na área. Assim, eu sorria e dizia “vou ver” ou “tem que pedir para a Dalva”, e não providenciava<sup>36</sup>. Uma situação que demonstra que esta minha atitude colaborou para o estabelecimento de uma relação diferente daquela que as assistentes sociais estabelecem com a população local está em meu diário de campo de 01/07/99:

“André acordou e estava todo mijado, pedi e insisti para que Rose desse um banho nele, já que o menino está todo assado na bundinha. Ela deu, o guri berrou todo o tempo, e o banho foi muito rápido. Eu ajudei jogando a água do banho no meio da servidão. O talco que Rose usava e que foi receitado pelo médico havia acabado. Fiquei com pena do menino e no dia seguinte fui fazer uma outra visita e levei um talco para o André. Dei, mas ela recebeu de forma meio displicente, Parecia que não esperava isso de mim. Rose me atendeu muito mal depois que eu lhe entreguei o talco. Parecia ter ficado brava comigo e eu fui embora logo depois por que ela recusou-se a conversar mais. Senti que quebrei uma regra implícita no estabelecimento de nossa relação”.

Uma interpretação possível para esta situação é que para conversarmos da forma

<sup>36</sup> Ao menos não diretamente, muitas vezes levei roupas e cobertores, lãs e linhas para trabalhos manuais, e brinquedos que entreguei no Centro Comunitário para que eles fizessem a distribuição segundo a necessidade das pessoas que eles conheciam.

como fazíamos - em que eu tentava evitar um julgamento dos seus valores morais segundo o meu próprio - não era possível estar explicitada a diferença social existente entre nós. Isto não quer dizer que elas não tinham consciência desta diferença, mas ela não marcava a forma que estava estabelecida a relação.

Eu não me sentia proibida de levar coisas para eles, ou dar pequenos presentes. Algumas vezes eu dei para as crianças, páginas com desenhos de peixes coloridos de meu bloco de anotações enquanto conversava com as mães, dava 10 centavos para as crianças comprarem balas, ou levava pó de café para tomar em alguma casa que eu havia freqüentado muito nos últimos dias. Geralmente eram pequenas quantidades que eram recebidos e logo servidos com muito prazer.

Já no mês de julho, quase no fim da pesquisa, descobri como as fotos eram objeto de desejo. Fotografei as crianças, os jovens, os adultos, as casas e as ruas, e saí pela comunidade mostrando e distribuindo as tais fotografias. Com elas “comprei” a “boa vontade” de algumas pessoas que ainda olhavam para mim com desconfiança. Eles passaram a aproximar-se de mim para conversar, seja sobre as fotos, seja sobre outros assuntos que estivessem interessados. Consegui comentários muito ricos sobre os “outros” moradores da “comunidade”. Esta experiência assemelha-se àquela vivida por Zaluar no estudo de um bloco carnavalesco do Rio de Janeiro, que guardadas as devidas proporções, assemelham-se às condições sócio-econômicas desta população. A autora diz ter aprendido “muita coisa a seu respeito fotografando-os (...) Não gostam de ser flagrados. Preocupam-se em não parecerem ridículos ou de alguma maneira que os faça sentirem-se envergonhados” (1994:21).

Dizer que eu tive acesso à todas as casas que eu tentei pesquisar seria muito otimismo. Algumas famílias literalmente *me escolheram*, para pesquisá-las, outras mantinham-se reservados e uma delas negou-se terminantemente a qualquer colaboração. Ao argumentar que fui *escolhida* pelas famílias quero dizer que algumas mostraram-se mais dispostas a conversar comigo, a abrirem suas portas e me aceitarem como presença constante, uma vez que ao menos três vezes por semana eu freqüentava suas casa. Esta aceitação está relacionada com simpatizarem comigo ou não, e também com uma carga simbólica que marcava minha presença constante junto de algumas famílias. Eu explico: durante minha pesquisa uma informante, Creonice, tendo brigado com os vizinhos e com medo que eles se vingassem em sua única filha de nove anos, aplicando-lhe uma surra quando a menina saísse da escola, ameaçou-lhes dizendo que eu já sabia de tudo e se acontecesse alguma coisa com a menina eu iria na delegacia dar depoimentos. Minha presença foi

manipulada por Creonice, que sabia que eu não iria na delegacia dar o tal depoimento, uma vez que não era este tipo de atitude que caracterizava minha atuação, mas, como ela mesma me disse, “Eles não sabem. Eles sabem que nós temos alguém por nós”.

Entre aquelas famílias que se mantinham reservadas nos momentos que eu estava presente, acredito que seria necessário mais tempo de trabalho de campo para que houvesse possibilidade de um contato mais profundo. Mas, além disso, estas famílias eram marcadas por algum tipo de situação específica que as faziam evitar o contato com pessoas *de fora*. Numa delas, a dona da casa recusava-se a olhar nos meus olhos e respondia minhas perguntas com monossílabos. Perguntei para as educadoras do Tecendo Vida o motivo de tal recusa, e elas me explicaram que esta mãe tem dois de seus três filhos morando na rua, e segundo elas, não gosta da situação mas não consegue manter os meninos em casa. Assim, ela recusa-se a ouvir qualquer pessoa que vá em sua casa falar sobre o assunto. Eu não tive oportunidade de ser ouvida por esta mulher, nem mesmo para dizer que este não era o assunto que me levava a conversar com ela.

Além das casas dos moradores eu freqüentei a Centro Comunitário, onde muitas vezes conversei com adolescentes moradores no lugar. Também neste local foram feitas as reuniões de mulheres do projeto Tecendo Vida, que depois tornou-se Reunião das Famílias do Projeto Tecendo Vida, em que os homens foram chamados para participarem. Tive a oportunidade de freqüentar estas reuniões e muitas vezes fui chamada para colaborar na organização e preparo do lanche servido ao final de cada uma.

Também compareci a três reuniões da Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora da Glória, e duas festas na escola básica América Dutra. As reuniões da associação de moradores ocorreram para organizarem a festa junina, e lá eu tive oportunidade de ouvir sobre a segurança na favela. As festas na escola me possibilitaram conversar com diversas crianças e adolescentes e perceber a forma de relação que estabelecem entre si. Além disso fiz uma entrevista com a delegada de polícia e com uma conselheira tutelar.

Em campo eu usava um bloco de anotações que, logo que chegava em casa, serviam de base para os diários de campo escritos com os detalhes ainda na memória. Foi com base nestes diários que sistematizei os dados analisados nesta dissertação. Eu também tive acesso às fichas feitas no Tecendo Vida, referentes às famílias atendidas pelo projeto. Estas fichas ajudaram a organizar o quadro das famílias estudadas.

Quadro 1: As trinta famílias pesquisadas caracterizadas pelo nome fictício da mulher

Lista das famílias pesquisadas		
Alex	Creonice	Irma
Ione	Rose	Tete
Cássia	Melissa	Felicia
Talita	Jana	Janete
Lea	Misa	Selene
Sofia	Lorena	Marialva
Ingrid	Lourdes	Zande
Sandra	Vivinha	Suelen
Mara	Carmem	Izolda
Zu	Nina	Daiane

Obs: Alex é uma exceção por ser viúvo e continuar cuidando dos filhos pequenos.

### O contato com o “outro”

Fonseca (1995) fazendo uma crítica a alguns autores que foram excepcionais no trato com sociedades distantes da sua, mas que ao analisar seus próprios grupos pecaram por falta de distanciamento, nos diz que é certo que “quanto mais perto de casa, em termos geográficos e temporais mais difícil é de estranhar a realidade que estudamos, mais difícil é de procurar a especificidade da lógica cultural em termos outros que não os da modernidade”.

O exercício de estranhamento neste trabalho foi constante, apesar de muitas vezes não ser suficiente. A constância do exercício não era necessária apenas porque “o objeto antropológico é da mesma natureza que o sujeito” (Laplantine, 1988:91), mas principalmente por que no caso da antropologia urbana, ele é aquele que eu encontro na rua, meu vizinho, aquele que compartilha comigo diversos códigos de conduta.

Mas um outro exercício também se faz necessário no trabalho antropológico, que é o movimento inverso de tornar o exótico familiar. Este *exótico* em minha pesquisa estava relacionado principalmente com as dificuldades financeiras vivenciadas pelas pessoas que pesquisei<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Geertz (1999) nos ensina que no pensar antropológico deve haver um esforço em tornar o exótico familiar, e para isso o primeiro passo é um estranhamento do nós. Para isso é preciso uma certa dose de etnocentrismo, mas este não deve ser moral – que nos impossibilitaria de penetrarmos na sensibilidade do outro – mas sim, epistemológico.

Durante minhas visitas ao lugar algumas vezes fui embora “abalada”. Em alguns momentos foi difícil manter a postura profissional, e as emoções insurgiram com força. Sofri ao me deparar a primeira vez com casa que Ione<sup>38</sup> morou durante as primeiras duas semanas de minha pesquisa de campo. Nela havia espaço para a cama e os pouco móveis existentes. Quando entramos eu, a Franci e a Dalva, encontramos Ione na cama por causa de seu último parto, em que o bebê morreu, com duas meninas com menos de três anos deitadas com ela, algumas crianças correndo pelo quintal molhado da chuva, e mais duas dentro de casa. O cheiro era muito forte e misturava terra molhada, cocô de cachorro, urina das crianças, comida em cima da pia. Não havia espaço para mais nada dentro da casa. Não sei como dormiam ali dois adultos e nove crianças entre 1 e 13 anos de idade.

Logo depois desta visita ela se mudou com a família para uma outra casa, no segundo piso da casa do cunhado. Nesta casa havia um pouco mais de espaço, mas não havia paredes, ou melhor, haviam duas paredes, as outras duas eram cobertores pregados nas ripas do teto. Neste lugar o cheiro não era tão forte, mas os primeiros frios do inverno estavam chegando e durante a noite a casa ficava gelada. Passei noites em minha casa pensando no frio que estariam sentindo as crianças de Ione.

Outra situação que me fez, por uns dias, querer desistir da minha pesquisa foi aquilo que denominei “a divisão do cachorro-quente na família da Creonice”. Em um sábado de julho de 1999, ao anoitecer, passei na casa de Creonice, que é de uma das famílias que trabalhei sistematicamente. Ela falava em tom muito baixo e reclamava que “só tinha açúcar em casa”, dizia também estar se sentindo “meio zonha” e mostrou os braços marcados por hematomas, explicando que sofreu uma crise epilética e se bateu nos móveis da casa.

Enquanto conversávamos sentadas na cama da casa de Rose, chegou um menino de uns sete anos, muito falante, dizendo que estava voltando da escola. Neste dia havia lá um “Balcão da Cidadania” – obra assistencial promovida pela atual administração da Prefeitura, e que estavam fazendo documentos de Identidade, carteiras de trabalho, certidões de nascimento rapidamente e sem custos, inclusive fornecendo as fotos necessárias para tais documentos. Também estavam passando flúor nos dentes e ensinando as crianças a escová-los, distribuindo alimentos e venenos para ratos, tudo gratuitamente. O menino disse que lhe passaram “aquela coisa (flúor) nos dentes mas disseram que era preciso ficar duas horas sem comer, mas eu não aguentei. Eu estava sem comer e deram cachorro-quente. Comi uns sete e ainda trouxe dois”. Creonice que estava sentada ao meu lado, falou baixinho para o menino,

---

<sup>38</sup> No decorrer do texto serão feitas outras referências a todas as mulheres que cito aqui.



que se ele já tinha comido tanto, que desse os dois cachorro-quentes para elas<sup>39</sup> que não tinham comido ainda naquele dia. O menino rapidamente puxou da sacola os pães e deu um para cada mulher, que dividiram entre elas e as crianças que estavam na casa e me ofereceram um pedaço. Agradei e fiquei observando como se deu a divisão: de forma igualitária entre as quatro crianças e as duas mulheres. Esta situação mexeu comigo pela miséria presenciada, e fez que eu relutasse em voltar a campo, mas na quarta-feira seguinte fiz um esforço e voltei à comunidade.

Acrescento ainda a história de Talita e seus filhos. Ela, uma mulher de 44 anos contou-me que casou aos 14 com um militar do exército, e que aos 22 separou-se alegando que ele tinha amantes. Pegou os filhos, dois meninos de 4 e 5 anos e voltou para a casa de sua mãe. Depois de algum tempo deixou as crianças com ela e foi para outra cidade trabalhar, quando juntou-se com outro homem e começou a fazer “programas com velhos”, segundo ela a mando dele. O marido foi até a casa da mãe de Talita e levou as crianças pra morar com ele. Ela tentou de todas as formas resgatá-los, diz que vendeu tudo o que tinha para pagar o advogado, mas não teve direito nem a uma sessão com o juiz. O juiz decidiu tudo sem uma audiência em que ela estivesse presente. Depois disso ela nunca mais viu os filhos. Quando Talita conta a história as lágrimas escorrem, diz que gostaria de ao menos saber como eles estão, e acredita que eles nem devem saber que está viva, pois o pai deve ter-lhes dito que a mãe morreu.

Estes casos foram escolhidos para ilustrar esta parte da dissertação porque, acredito, colaboram a caracterizar o universo desta pesquisa. Além disso eles tem em comum o fato de me fazer deparar com condições de vida muito diferentes da minha, seja pela privação material, seja pela forma de tratamento que recebem dos mecanismos do Estado, que não compreende a lógica que informa o comportamento desta população.

Estas diferenças resultam em uma enorme dificuldade de tornar o exótico familiar uma vez que esse exercício era, pra mim, carregado de sofrimento. Grossi (1992) ajuda a definir esse processo levantando que “no contato com o ‘outro’, o antropólogo se pergunta ‘afinal quem sou eu mesmo?, o que significa a minha própria cultura?’”. E nesse caso, minha cultura tem profunda relação com a deles, na medida que ambas fazem parte da chamada sociedade complexa.

---

<sup>39</sup> Estavam na casa Creonice sua cunhada Rose e mais quatro crianças, filhos e primos de Rose.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### Família e unidade doméstica

Após a descrição do grupo pesquisado e uma contextualização teórica sobre violência, apresentada no primeiro capítulo da dissertação, neste segundo capítulo apresento as formas de organização das famílias, como dividem a unidade doméstica, o estabelecimento das relações de parentesco, e os papéis desempenhados por homens e mulheres moradores da Chico Mendes.

#### As Casas

Para se falar em família na comunidade estudada é necessário fazer uma breve referência à casa, posto que é um conceito fundamental na definição espacial da família nuclear. É comum cada novo casal morar em uma casa separada com seus filhos, mesmo sendo apenas um cômodo da antiga residência dos pais. Nestes casos o imóvel inicial é dividido segundo a necessidade das novas famílias que vão se formando, e geralmente só ocorre quando o casal tem seu primeiro filho. O nascimento do primeiro filho é um marco importante porque faz a “comunidade” considerar o novo casal como uma família.

Quando o imóvel a ser dividido entre os filhos casados tem mais de um cômodo, um deles é separado do resto da residência fechando-se a porta interna e abrindo-se outra para a rua. Algo semelhante ocorre quando o imóvel inicial tem apenas um cômodo, mesmo assim ele pode ser dividido quando os filhos formam outra família. Nestes casos uma parede é erguida no meio do único cômodo que compõem a casa e abre-se uma porta para a rua, fez-se uma nova residência onde geralmente moram os pais com seus filhos solteiros.

Em algumas situações os pais saem da casa e vão morar em outro lugar, deixando-a dividida para os filhos casados e com filhos. Estas novas casas são consideradas propriedades dos novos moradores, podendo eles venderem ou negociarem segundo seus interesses. Assim, algumas vezes encontramos um imóvel dividido em diversas casas e nelas morando famílias aparentadas ou não.

A maior parte das casas foi construída ou comprada pelo casal quando este

chegou do interior para a capital. Nos poucos casos que as casas foram herdadas a beneficiária foi preferencialmente uma filha mulher, e em apenas um caso pude constatar a divisão da residência original entre duas filhas mulheres e um filho homem, todos casados. Neste caso é interessante acrescentar que a esposa deste filho não tem nenhum tipo de parente consanguíneo morando na cidade, o que talvez tenha colaborado no estabelecimento deste tipo de divisão da residência original.

Segundo Woortmann (1982) a casa é onde se realiza o projeto de ter uma família, permitindo a realização dos papéis centrais na organização familiar, o de pai de família e o de mãe dona-de-casa. Este padrão ideal pressupõe o papel masculino de prover teto e alimentos do qual se orgulham os homens. Por sua vez, Sarti (1996) também percebeu, entre a população que estudou nos bairros residenciais pobres de São Paulo, que a moradia é fundamental para formação de uma nova família, e esta necessidade é expressa pelo ditado: “quem casa quer casa”. Na Chico Mendes é possível perceber a necessidade da casa para a constituição da família, esta podendo ser apenas um cômodo separado da casa dos pais separado por paredes de lençóis.

Um outro ponto que resgato do texto de Sarti (1996:42) é sua menção à divisão entre casa e família, em que cada uma é remetida à gêneros diferentes: ao homem cabe a família; e a casa é identificada com a mulher. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar mas hierárquico, no que refere-se a autoridade dentro de casa e, automaticamente, dentro da família nuclear. A família compreende a casa e que está, portanto contida na família, mas o poder é hierarquizado e ao homem cabe maior poder de intervenção (Sarti, 1996). Na comunidade estudada não pude constatar a divisão estabelecida pela autora entre a casa e família. Acredito que isto ocorreu porque meu estudo centrou-se nas situações de conflitos domésticos e na interferência dos parentes na sua formação e resolução. Nos momentos de conflito as “autoridades” dentro da família são deslocadas para a parentela. Assim, o modelo constatado por Sarti não funciona nestes casos por haver uma ampliação no número de personagens que tem permissão de interferir, e com isso há um rearranjo, as vezes temporário, das hierarquias existentes quotidianamente na família nuclear.

### ***Os papéis de gênero nos grupos populares e na Chico Mendes***

A relação conjugal é baseada em uma rígida divisão de papéis masculinos e femininos, que são complementares e assumem graus de importância hierarquicamente determinados. Sarti (1989, 1996) nos diz que “o fundamento nas relações de gênero está na noção de reciprocidade, como um princípio de organização social”. E desta forma “os lados feminino e masculino tem papéis a desempenhar no mundo social. O desempenho recíproco é o que dá sentido às relações de gênero tal como são estruturadas” (1989:39). Este mundo social é dividido de forma que a casa e a rua<sup>40</sup>, representando os mundos privado e público, são espaços vividos diferentemente pelo homem e pela mulher, na medida que são identificados diferentemente com relação ao gênero.

Segundo esta autora ao homem cabe o espaço público e o papel de atender às necessidades básicas da família, provendo os recursos materiais e também está relacionado à presença moral e afetiva do homem, como pai e marido, trazendo respeito para a família. A rua, como um espaço reservado ao homem, não é apenas o espaço de trabalho, mas do exercício de uma forma de sexualidade fora do casamento, que é proibida à mulher dentro deste padrão de moralidade familiar. A mulher está associada ao espaço privado, a casa, e sua sexualidade também está restrita a este espaço. “A mulher não pode ser infiel, por que a infidelidade feminina, ao contrário da masculina, ‘deixa marcas’, pela eventualidade de resultar numa gravidez” (1989:41). Além da sexualidade reservada ao privado, o trabalho circunscrito à este espaço é de responsabilidade feminina, mas é possível constatar que na comunidade Chico Mendes, não são apenas os trabalhos domésticos que cabem às mulheres.

Nas famílias estudadas esta lógica relacional pode ser constatada, ao menos no nível ideal. A complementaridade dos papéis de gênero muitas vezes realizam-se na família em termos de tarefas masculinas e femininas. Observei durante a pesquisa de campo que ao homem cabe trabalhar “fora” e trazer alimento e bens materiais que supram a necessidade da família, embora isto nem sempre aconteça. Também espera-se do homem controle sobre a sexualidade da esposa, e por fim, que ele defenda seus filhos pequenos das agressões dos vizinhos adultos e/ou crianças. Neste sentido, uma

---

<sup>40</sup> Da Matta (1989) refere-se a casa e a rua como pares complementares associados ao espaço público e privado. Apesar de utilizar esta classificação, neste trabalho minha preocupação não é definir e especificar estes espaços, mas definir as diferenças entre os gêneros.

informante alegou, muito irritada com seu marido, que quando o homem bebe ele deixa de perceber as agressões que seus filhos sofrem dos “estranhos”<sup>41</sup>, com isso tornando-os mais vulneráveis. À mulher cabe fazer as tarefas de limpeza da casa, da roupa, fazer a comida, o cuidado com as crianças e buscar madeira para queimar nos fogões a lenha. Elas costumam percorrer as construções dos bairros próximos, com carrinhos de mão, geralmente em grupos de duas ou três, em busca de restos de construções para serem queimadas nos fogões a lenha. O trabalho remunerado da mulher “fora de casa” é chamado de “ajuda” ao marido, e facilmente elas “largam” do emprego formal nas situações de pressão familiar. Mas lhes é legítimo colaborar com a alimentação da família mendigando nas casas próximas da comunidade ou pedindo para as parentes próximas, principalmente para as irmãs, quando o dinheiro do marido não é suficiente para o sustento da família.

Situação semelhante é descrita por Perrot em que mulheres donas-de-casa na França do final do século XVIII, não contam com trabalho remunerado, no entanto desdobram-se com engenhosidade para encontrar nos comércios da cidade, recursos complementares que empregam para completar o orçamento da família. “Em tempos de crise ou de guerra, essa contribuição marginal se torna essencial. As mulheres então se ativam em todos os sentidos. Nunca trabalham tanto como quando o homem está desempregado. Há uma vivência das crises e das guerras diferente para cada um dos sexos. Um tempo econômico diferente”(1992:190). Na Chico Mendes, onde muitos homens nunca contaram com um trabalho remunerado sistematicamente, vivendo de “catar papel” nas ruas da cidade, há, o que se poderia considerar um tempo de crise, recaindo sobre as mulheres a responsabilidade de manter a família.

Apesar dos casais deste relato terem os papéis bem definidos e complementares, pode-se verificar este trânsito entre as posições, uma vez que a atividade feminina muitas vezes é responsável pelo sustento de toda a família durante vários meses, porque o homem está desempregado, ou porque seu ganho não é suficiente, ou ainda, quando o homem usa seu dinheiro para comprar bebida ou drogas. Mais adiante veremos uma briga de família que teve como motivo alegado a falta de colaboração masculina no sustento da casa. Mas em muitos casos é necessário se evitar os conflitos domésticos por ser impensável uma mulher viver sozinha na Chico Mendes e muito menos não tornar-se mãe e esposa. É através da maternidade que uma mulher passa para a vida adulta, e é

---

<sup>41</sup> Este conceito, que vai ser tratado mais adiante, diz respeito aos conhecidos não parentes.

através do casamento que ela realiza sua feminilidade.

### **Estabilidade das relações conjugais**

Fonseca em seus trabalhos nas vilas de Porto Alegre aponta para a instabilidade das relações conjugais; é muito comum o casamento durar pouco tempo e depois da separação os parceiros, se são jovens, colocarem-se à disposição para o estabelecimento de uma nova relação conjugal. Decorrente deste fenômeno é comum nas vilas portalegrenses encontrar o que costuma-se designar mulher-chefe-de-família<sup>42</sup>, mas este conceito descreve principalmente um tipo de organização residencial, nada diz sobre a estrutura interna dessa unidade, nem sobre sua origem, nem sobre seus ciclos e dinâmicas internas. Na realidade o conceito capta um momento fixo de um processo amplo.

Entre as famílias pesquisadas por mim pude observar casos similares, e o de Cássia é exemplar. Durante a pesquisa ela morava com três de seus cinco filhos e seu último companheiro havia ido morar em uma casa próxima. Seus filhos tem quatro pais diferentes, assim, apenas dois deles são irmãos paternos. Na ocasião de seu último casamento Cássia distribuiu os filhos de leitos anteriores por pressão do marido que se recusava a sustentar filhos de outros homens, e com ele teve um menino, que na época da pesquisa estava com um ano e seis meses de idade. No início da pesquisa ela estava recém-separando e reavendo os filhos que haviam sido distribuídos anteriormente, e tentava junto aos pais deles algum tipo de ajuda material para seus sustentos. Esta situação é semelhante àquela analisada por Fonseca (1995) que chamou-a de *circulação de crianças*.

Desta forma, Cássia vivia sozinha com seus filhos, sem uma presença masculina em casa. Mas não se pode dizer que a presença masculina estava ausente de suas relações familiares, uma vez que logo após sua separação, um irmão foi alojar-se com a mulher e filhos em uma casa construída nos fundos do terreno de sua casa.

Cássia fez de tudo para evitar a separação, ou seja, permitiu que seu filho pequeno fosse levado pela sogra para morar na casa dela, intensificou as visitas à igreja, colocou-se de saia longa como recomendava a religião dos sogros, e por fim, evitou sair de casa para bailes e festas por um certo tempo. De certa forma, fazendo isso, ela estava

---

<sup>42</sup> Sobre este tema ver Fonseca (1987) onde a autora traça um histórico do conceito e por quem ele é resgatado e apropriado em diferentes momentos históricos.

buscando o apoio da família do marido, que tinha alguma autoridade sobre ele, e que poderiam fazê-lo mudar de idéia.

Quando a separação aconteceu, diversas vezes demonstrou abertamente seu desejo de voltar a viver com ele, falando mal dele para as vizinhas, jogando pedras na janela da casa, e por fim, bêbada foi fazer declarações de amor em frente a casa do ex-marido aos berros, ato que resultou em uns socos recebidos e percebidos como indícios de que ele ainda gostava dela. Ao falar mal dele para as vizinhas ela acreditava desmanchar o “olho gordo que umas e outras” lhe colocaram, já que segundo ela: “eu casei com um moço solteiro que é bom para mim, mesmo eu sendo mãe solteira”. Ao jogar pedras em sua janela Cássia mantinha-se presente, explicava-me sua atitude: “outro dia ele me denunciou (por ter jogado pedras na casa dele). Meu marido me apronta. Ele sabe que eu tenho ciúme e fica aí. Eu ainda gosto dele”, eu perguntei se ele tinha outra mulher, e ela respondeu que “Não. Mas outro dia ele levou duas sem-vergonha prá lá”.

Depois de um certo tempo tentando reatar o casamento ela começou a desistir e colocou-se disponível para novo parceiro, o faz freqüentando bailes, saindo da igreja freqüentada por sua sogra, voltando a usar calças e circulando pela comunidade em diferentes horários. Cássia demonstrava desta forma que estava sozinha e procurava novo parceiro. Esta situação vivenciada por Cássia é muito particular de um período de sua vida, em que ela vive sem uma companhia masculina, mas isso não quer dizer que é o modelo idealizado por ela. Nem mesmo que vai viver descasada por muito tempo, uma vez que colocou-se a disposição para casar-se novamente.

Como Cássia, vivendo só com os filhos em plena idade fértil há ainda Carmem e Janete, que ficou viúva durante meu trabalho de campo. Se considerarmos que a situação de mulher-sozinha é provisória, podemos pensar em Ione e Talita da mesma forma. Durante o trabalho de campo a primeira estava casada com Renato de quem tem duas filhas pequenas, e teve mais uma gravidez em que o bebê morreu recentemente, os outros sete filhos são de quatro leitões anteriores.

Há uma outra situação de mulheres que vivem sozinhas, mas distinguem-se destas por que já não estão em idade fértil. Por estarem na menopausa tem outro *status* que a mulher em idade de ter filhos, que deve ter a sua sexualidade controlada por um parceiro. São viúvas e moram com seus filhos adultos, elas próprias não tendo mais companheiros fixos. Sua sexualidade não é mais considerada “perigosa” (Heritier, 1989).

Este tipo de situação - da mulher viver sozinha com os filhos pequenos -, apesar de presente entre as famílias estudadas, não é a mais recorrente. No total das 30 famílias

pesquisadas oito delas podem de alguma forma, seja pela viuvez ou pela troca regular de parceiros, ser enquadradas nesta categoria. As outras 22 fazem parte de um tipo de organização familiar, em que é muito comum encontrarmos casais que vivem juntos há anos, sendo este o primeiro casamento de ambos, e as crianças serem filhos “de um mesmo pai e uma mesma mãe”, como me disse uma informante, orgulhosa de seus oito filhos.

Casar é algo desejado pelos jovens em diferentes momentos da vida. Walter, de 18 anos, me dizia que não iria casar, mas não se imaginava vivendo solteiro para sempre. Disse que quando se casar a esposa não vai trabalhar fora, por que vai ter que cuidar da casa e dos filhos, e ele “vai dar tudo para ela”. Uma referência minha de que é bom que a mulher trabalhe fora ele respondeu: “o que os meus amigos vão dizer? Vão dizer que eu tirei ela de casa para botar para trabalhar para mim, que eu sou um vagabundo que não faz nada e põe a mulher para trabalhar”. Termina dizendo que com seus pais foi assim, e quer que seu casamento e sua família seja organizado da mesma forma. Alison com 19 anos considera-se passando da idade de casar e quer uma moça para “fazer um filho nela” e viverem juntos para sempre. No ideal destes jovens o casamento deve durar para sempre e os papéis atribuídos a cada um deve ser bem definido, embora não seja isso que aconteça nas práticas cotidianas.

Quando passamos juntas na frente da casa de um casal que estava brigando, Laura, de 15 anos, disse-me que o motivo daquela briga é que “o marido arrumou outra, o marido se juntou com a vizinha e ainda disse que traiu ela e ela não fez nada”, e acrescenta que se ela estivesse vivendo uma situação destas separava: “Ah! Se fosse comigo eu dava um pé na bunda”. O ideal do casamento ser “para sempre” convive com a intransigência com respeito à infidelidade.

A distinção entre dois tipos de organização familiar é importante neste trabalho por que ter um casamento *estável* ou ter tido durante sua vida diferentes parceiros, e com eles filhos de pais diferentes tornam as famílias vulneráveis a conflitos de ordem diferentes. É comum entre as famílias *estáveis* brigas pela manutenção do laço conjugal, quando um dos conjuges deixa de cumprir o papel que lhe cabe. Entre as outras famílias um dos principais motivos dos conflitos é o fato de o atual companheiro da mulher ser responsável pelo sustento de filhos de leitões anteriores da esposa, ou ainda por desavenças entre enteados e padrasto/madrasta. Um exemplo é o caso de Ione, que tem nove filhos de cinco homens diferentes. Perguntei para Bela de cinco anos, se o padrasto é bom para ela, a menina respondeu-me que não é bom porque “bate na gente”. Sua irmã



de nove anos, filha de um pai diferente do de Bela, diz que “ele só bate em Bela, e mesmo assim só quando ela ‘intica’ com ele”. Ou seja, quando ela responde de forma malcriada. E eu perguntei para Bela se ela é sempre malcriada para ele, ao qual ela sorrindo faz com a cabeça que sim.

### ***Os Parentes***

Como já foi colocado anteriormente, os estudos sobre grupos populares urbanos tendem a centrar-se nos estudos de família<sup>43</sup>, ao invés de privilegiar os estudos de parentesco. Além disso, Abreu Filho (1982) chama a atenção para o fato de que a maior parte destes estudos não se preocupa com uma investigação da família como uma instituição contida num sistema de relações de parentesco. Nestes estudos busca-se, privilegiadamente, construir modelos que aproximem-se das formas como as famílias na prática se organizam. O termo família segundo Durhan (1993) é usado para caracterizar um grupo doméstico que pode ou não constituir uma unidade de parentesco. Ela é pensada como um sistema real, concreto, palpável, em que as propriedades materiais e as relações de poder entre seus membros servem para defini-la.

Por sua vez, o sistema de parentesco é considerado fundamentalmente um artefato intelectual e cultural, na medida que é uma estrutura estabelecida ao nível cognitivo e na maior parte das vezes não se expressa claramente nas relações cotidianas das famílias. O parentesco não se caracteriza como uma extensão dos laços familiares, pelo contrário, é um pressuposto que é manipulado na constituição dos grupos que são denominados família (Durhan, 1983).

Na pesquisa de campo entre as famílias moradoras da Chico Mendes, as informações sobre parentesco foram-me de difícil acesso. Foi necessário que eu fizesse perguntas referentes ao assunto em situações especiais. Em uma destas inquisições eu perguntei para as pessoas reunidas na casa de uma informante quem era parente, minhas questões foram ignoradas e a conversa continuava sobre outros assuntos. Parecia ser um assunto desinteressante para o grupo. Como estavam todos contentes e eu me dispus a tirar-lhes fotos, foi-me permitido continuar perguntando como se eu não tivesse entendido que aquilo não os estava interessando. Assim, para que eu parasse de perguntar e tirasse logo as fotos como queriam, respondiam-me como se estivessem

---

<sup>43</sup> Ver Abreu Filho, 1982; Corrêa, 1994; Sarti, 1996; Victora, 1998.

dando uma informação óbvia, uma vez que consideravam que eu sabia perfeitamente o grau de parentesco entre eles. Realmente eu sabia de quem eram filhos, mas o que eu buscava nestes momentos era saber como eles próprios se consideravam.

Destas inquisições foi-me possível chegar a alguns pontos importantes a serem considerados nas questões de parentesco do grupo estudado. Foi possível perceber, em primeiro lugar, que o **conceito de parentes é pouco mapeado por eles próprios**, o que não deve ser confundido com falta de estrutura de parentesco. Explicando melhor, há uma densa rede de alianças e trocas, que acontecem a partir de uma estrutura implícita, em que as relações não são necessariamente nomeadas. A vida social neste universo é fundamentada por trocas: econômicas, de cuidados e proteção, ou ainda, de alguns pequenos trabalhos entre as mulheres. Parece importante ressaltar que a sexualidade não pode ser listada entre as trocas privilegiadas de promoverem o estabelecimento de relações sociais. O sexo parece não ser capaz de criar elos, como veremos no terceiro capítulo no caso Talita.

O segundo ponto que ora levanto diz respeito ao **parentesco espiritual**, geralmente muito importante nos grupos de imigrantes de zonas rurais (Woortman, 1995). O grupo estudado é oriundo de Lages, uma cidade do interior do Estado que tem uma longa tradição pecuarista. Nas conversas a relevância no estabelecimento de relações de parentesco pelo compadrio não pôde ser constatada, ou ao menos não fazem comumente referência a isso quando questionados sobre os parentes que moram perto. Perguntados sobre os compadres eles apontam para a direção onde moram e dizem: ali, ali, e ali, não entram em detalhes. Em nenhum caso de conflito doméstico pude perceber a intervenção de alguém que se colocava em cena em nome do papel de compadrio. Acredito ser muito mais importante a relação com a vizinha que tem uma filha que “gosta muito da minha menina de 5 anos e cuida dela como se fosse mãe”. É mais provável que com esta vizinha sejam estabelecidos laços de confiança e ajuda mútua, do que com os compadres.

Um outro ponto, diz respeito a categorias que não ficam dentro do foco quando se visualiza os parentes, segundo as categorias nativas. Em uma conversa com uma informante perguntei-lhe se seus parentes moravam por perto, ao qual ela respondeu prontamente que não. Logo depois ela me apontou a casa com porta ao lado da sua como a de sua filha mais velha, já casada. Este fato levou-me a desconfiar de que não estávamos tratando das mesmas coisas pelo termo parentes, uma vez que para ela filhos não eram parentes e para mim eram. Depois desta constatação perguntei para algumas

peçoas se filho é parente, ao qual foi respondido por uma de minhas informantes: “é, né? É mais do que parente”. Frente a resposta insisti e ela complementou: “é tudo na vida da gente”. De outra informante obtive uma resposta mais vacilante, em que ela diz “eu acho que sim. De certa forma eu acredito que sim. Filho é irmão, é amigo, é ... é parente”. Para Lea os filhos são mais do que parentes, e ela não tem um outro termo para defini-los. Perguntei a um homem se filho é parente, ele me respondeu que “não, filho é filho. Pai cria o filho para ... É filho da gente”.

Perguntado por mim se “mulher” era parente, Álvaro disse olhando para a sua esposa que “Não. Mulher não é parente”. Ao dizer isso ele não a estava descartando das relações importantes de sua vida, e sorria para ela de forma carinhosa, eu costumava vê-los juntos, conversando e rindo. Rose respondeu da mesma forma, dizendo que seu marido não é parente. Esta última ao contrário de Álvaro, tem uma relação conflituosa com seu marido, já que a ouvi reclamar que ele não traz comida suficiente para casa e de tê-la agredido, sendo que nunca os vi juntos ou conversando. O curioso é que ambos responderam que o cônjuge não é parente independentemente de darem-se bem ou não.

Estas falas além de apontarem relações domésticas que ficam fora do foco quando se trata dos parentes, ilustram a falta de mapeamento que a estrutura de parentesco têm no grupo estudado, bem como a falta de nomeação de algumas posições neste sistema.

O parentesco, desta forma, configura-se entre a população estudada como um tema de “baixo rendimento”, mas apesar da fluidez das classificações nativas, foi-me possível traçar um quadro que esclarece os papéis que integram três categorias diferentes.

Quadro 2: Categorias de referência de parentesco.

“Mais do que parentes”	“Parentes”	“Estranhos”	
Filhos, irmãos, cônjuges, mãe, pai. (desde que morando na mesma casa)	Tios(as), primos(as), irmãos casados(as), cunhados(as), sogros. E entre as mulheres: as concunhadas.	“Vizinhos”: pessoas não parentes que moram nas casas próximas.	Pessoas conhecidas que moram na comunidade.

A categoria “mais do que parente”, como já foi comentada antes, engloba geralmente os habitantes da casa, que basicamente são os membros da família nuclear.

Esta categoria é composta pelos papéis familiares de filhos, mãe, pai, esposa e marido. Foram raras as casas que os moradores eram outros que não o casal com os filhos, as exceções eram uma família que alugava quartos para homens sozinhos em caráter temporário, duas casas em que moravam também o pai da esposa e o irmão solteiro da esposa, e por fim, uma última casa em que a dona era viúva moravam alguns netos dela e um filho casado com sua esposa. Mesmo nestas casas os “mais do que parentes” continuavam a ser aqueles já citados no quadro 2.

Para caracterizar os “parentes” é necessário inicialmente uma referência a proximidade de moradia. Os parentes que residem próximos da unidade doméstica são os mais facilmente lembrados quando se pergunta sobre parentesco. Ser “da família” é definido em primeiro lugar pelos membros residentes na casa, logo depois fazem referência aos parentes que moram próximos e por fim, quando perguntados, “lembram” de pais e irmãos que moram em outra cidade. Victora (1998) constatou o mesmo fenômeno entre a população que estudou em uma vila portoalegrense. Esta autora acrescenta ainda que em seu estudo percebeu que o grupo familiar não permanece junto apenas por motivos materiais, em que a parentela socorre-se mutuamente nos momentos de necessidade, mas é recorrente o grande valor que tem a família e a rede de reciprocidade.

Assim, os parentes consangüíneos são: os irmãos casados, tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas, e avós.

Entre os afins é preciso ressaltar que nem todos com quem são estabelecidos laços de afinidade e nem todos os consangüíneos do cônjuge são considerados parentes. Em meu diário de campo registro uma ocorrência ilustrativa: “Uma vez chegou um menino de uns nove anos junto com as crianças de Rose e Franci perguntou se aquele era dela também, ao qual ela respondeu que NÃO de forma enfática”. Disse que tem uns parentes do marido que moram perto e o menino é um primo dele. A referência a considerar os parentes do marido como “seus” foi repudiada com vigor”. Em outro caso perguntei a Olímpia, se ela tinha parentes morando perto e ela disse que não. Eu perguntei: e o teu marido, tem? Ela me respondeu que ele tinha umas primas morando ali em cima. Neste caso elas eram parentes apenas do marido. Embasada nesta fala e em dados etnográficos concluí que são considerados parentes por afinidade os cunhados e os sogros, e no caso feminino as concunhadas.

E por fim há uma terceira categoria usada quando se pergunta sobre parentesco: os “estranhos”. Ela não classifica diretamente quem são os parentes, mas deixa claro quem não

é, e desta forma define pela negativa algumas posições que ficam excluídas das combinações possíveis nas relações de parentesco. Esta é uma categoria usada por diferentes pessoas do local para designar quando uma pessoa não é considerada parente, e que com ela não são estabelecidas relações como as de parentesco. Por sua vez, não são pessoas desconhecidas e sim seus vizinhos e pessoas que se encontram nas ruas, nas reuniões do Tecendo Vidas, nos postos de saúde, na escola ou em outros lugares públicos da “comunidade”.

Obtive esclarecimentos sobre esta categoria durante uma conversa no beco em que participavam quatro mulheres e eu, quando perguntei: “Aqui mora parente?” - fazendo referência a uma casa em que estávamos encostados, já que ficamos na rua todo o tempo. Responderam: “não, aqui não mora parente, aqui mora estranho”. Eu olhei como se não tivesse entendido e Creonice me esclareceu: “É! São vizinhos, e vizinhos não são estranhos, mas não são parentes”. A vizinha em questão era dona Maribel, uma mulher forte, um pouco gorda, que logo veio juntar-se a nós, pegou um banquinho para sentar-se ao meu lado e ficou tentando ler o que eu escrevia. Ela foi casada com o pai do marido de Rosê (cunhada de Creonice), mas isto não a fez parente, ela é “estranha”.

No quadro 2 é possível perceber que a categoria “estranhos” foi dividida em duas outras, na primeira estão os vizinhos e na segunda outras pessoas conhecidas que moram na comunidade. Fez-se relevante esta distinção porque nos casos de conflitos domésticos, como já foi colocado, há a possibilidade de intervenção da parentela, porém muitas das famílias estudadas não contam com parentes morando por perto, por terem vindo de outra cidade. Nestes casos, que não se faz possível a intervenção direta dos parentes, há a recorrência a outras instâncias. Geralmente são os vizinhos os primeiros a obterem permissão para a intervenção. Esta não se configura da mesma forma como aquela dos parentes, mas dá um respaldo social, ou não, às queixas públicas advindas do conflito doméstico.

Temos assim que as relações de parentesco são definidas por “laços de sangue” prioritariamente, e por alguns laços de afinidade, principalmente entre mulheres. Acredito que seja senão impossível ao menos muito raro tornar-se parente por relações de “amizade”, ou por arranjos domésticos alternativos. No caso de Renata, uma moça criada desde menina por uma família do local, ela chama a mulher que a criou de madrinha e diz ser como uma filha para ela, mas continua considerando sua “família de sangue” como o estabelecedor de suas relações de parentesco e os filhos de sua madrinha não são considerados seus irmãos.

Como já foi colocado no primeiro capítulo, nesta dissertação estou privilegiando as relações de parentesco ao invés de me restringir à análise da família nuclear. Mas por que usar parentesco e não família, se o conceito de “parente” não é definido rigorosamente entre a

população estudada?

Em primeiro lugar porque se minha análise fosse centrada na família, não haveria a possibilidade de consideração das formas de combinações das relações de parentesco geralmente manifestadas nas situações de conflito doméstico. Em segundo lugar, porque é nos momentos de conflitos domésticos que as relações de parentesco são atualizadas. Nestes momentos há o posicionamento dos parentes em defesa de um ou outro, dependendo de sua posição no sistema de parentesco. E por fim, de outra forma não seria possível perceber como o poder quotidianamente restrito ao âmbito doméstico (Sarti, 1996) é relocado, no caso das famílias estudadas, entre algumas mulheres da parentela.

### **Relação entre cunhados**

Entre os irmãos é comum se estabelecer uma colaboração mútua, materializada em ajudas nos momentos de necessidade de algum bem material, proteção nos casos de possibilidade de sofrerem agressões de outros, ou ainda, nos cuidados com as crianças. Esta colaboração não considera o gênero dos irmãos, sendo oferecida aos homens e às mulheres indistintamente. Entre os cunhados a aliança se estabelece a partir do gênero dos envolvidos, e a indiferenciação presente na relação entre os irmãos não existe aqui.

Os cunhados são os irmãos do cônjuge e os cônjuges dos irmãos. Eles são considerados parentes, e as relações são mais ou menos estreitas de acordo com a distância que separa as residências e com o gênero dos envolvidos.

Numa ocasião pude ouvir uma conversa no beco entre um grupo de dois irmãos, uma irmã, uma prima e a esposa de um deles. Os irmãos falavam mal do cunhado, marido da irmã que estava presente, ela ria e não respondia. Eu lhe disse que tinha uma cunhada que eu não gostava, e ela me respondeu: “qual é a mulher que vai gostar de outra mulher? E que homem vai gostar de outro homem?” E eu provoquei: “Ah! Mas eu gosto de minha mãe e de minhas filhas”. Ao qual ela respondeu como se fosse óbvio: “É diferente, né?” Esta afirmação além de marcar a diferença entre consangüíneos e afins - uma vez que o sentimento do qual ela estava se referindo era especialmente direcionado aos “estranhos” -, ressalta o tipo de comportamento recomendado socialmente para marcar a relação entre homens e mulheres.

Apesar do comentário de que o homem não vai gostar dos homens de sua rede de parentesco por afinidade, e mulher não vai gostar das mulheres suas afins pude constatar que esta afirmação só corresponde a situações concretas no caso masculino. Entre os cunhados

homens a relação geralmente é marcada pela evitação, ou até mesmo pela hostilidade. Eles raramente reúnem-se para conversar, ou ajudam-se mutuamente nas tarefas masculinas. E, assim como não há colaboração entre eles, também raramente brigam ou se batem.

Entre as mulheres percebi uma aceitação, marcada por relações amigáveis e cooperação entre as parentes do marido. As relações de cunhadagem são marcadas pela colaboração, sendo comum encontrá-las reunidas conversando, para juntar lenha nas construções ou fazer outros trabalhos femininos, é comum também recorrer-se às cunhadas para cuidar das crianças quando se precisa sair. E assim como há a possibilidade de se recorrer à ajuda das cunhadas nos momentos de necessidade, nas situações de conflitos domésticos que são levados a público, também há a possibilidade de interação entre elas, seja brigando ou se agredindo mutuamente. A relação entre irmãos tem prioridade sobre aquela entre as cunhadas. Desta forma são a estes que primeiro se recorre quando há algum tipo de necessidade, e também são destes que se pode esperar apoio incondicional.

A relação dos homens e das mulheres com os maridos das irmãs do seus cônjuges - o que chamaríamos de concunhados - é marcada pela tensão, pela rivalidade e pela evitação. Referem-se a eles como “o marido da Fulana”, o que pode ser interpretado como um esforço de, conceitualmente, mantê-los distantes dos que são considerados parentes. O mesmo não ocorre com as *concunhadas*, ou as esposas do irmão do marido. Elas são consideradas e chamadas pelo termo de “cunhadas”, e participam das relações de parentesco da mesma forma que as irmãs do marido e esposas dos irmãos.

O que se pode depreender deste quadro é que se trata de um sistema em que, para falar em termos levis-straussianos, são as mulheres que trocam homens, e não o contrário (Levi-Straus, 1969; 1989). Os matrimônios estabelecem alianças entre mulheres, isolando os homens entre si. Os homens a rigor, trocam com os “mais que parentes” ou com os “estranhos”<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Ao se perceber a evitação entre cunhados é preciso lembrar que esta é uma das opções possíveis no universo do parentesco. A idéia de que o conflito ocorre prioritariamente nas relações de aliança não é universal. Em outras sociedades ele pode existir também em outros eixos do sistema de parentesco. Existem sociedades, por exemplo, em que as relações entre irmãos é muito formal.

***Parentesco x Família Nuclear: dicotomia público x privado***

Hita (1998), fazendo uma revisão do modelo parsoniano de família nuclear dos anos 50 nos EUA, colabora na elucidação e identificação de elementos dos modelos tidos no Brasil como o da família hierárquica de classes trabalhadoras. O modelo de família nuclear, elaborado por Parsons, é um "tipo ideal" construído teoricamente para representar a estrutura familiar que melhor se adapta às exigências de alta competitividade e possibilidade de mobilidade feitas pela sociedade industrial aos indivíduos. Ao mesmo tempo que é adaptada à sociedade industrial, garante a reprodução deste tipo de sociedade por meio da socialização que engendra.

Este tipo de família caracteriza-se por se um modelo tido como hegemônico para os lares populares brasileiros. É altamente hierarquizado na divisão de tarefas no interior do lar, em que ao homem recairia a responsabilidade do sustento da família e a manutenção do respeito tanto interior como exterior à família. Ao homem caberia o espaço público da rua, do trabalho, do bar, onde se atualizaria e afirmaria sua masculinidade. À mulher caberia o cuidado da família, do marido e da casa, e a esta estaria reservado o espaço doméstico. Aos filhos caberia a obediência, a escola e o respeito aos mais velhos, principalmente aos pais (HITA, 1998)<sup>45</sup>. Bilac (1991) acrescenta que

"este modelo de família caracteriza-se por constituir-se em um subsistema social altamente especializado que, por suas funções claramente definidas, mantém relações múltiplas com os demais subsistemas e com o sistema social em sua totalidade. Estas funções, no plano macrossociológico seriam: a procriação e a identificação social da criança; no plano microssociológico, a socialização primária e a estabilização da personalidade adulta. A estas funções corresponderia uma determinada estrutura: um grupo de residência nuclear e neolocal, relativamente isolado do parentesco extenso, baseada no reconhecimento do parentesco bilateral (o que permite a herança igualitária de ambos os lados), repousando no casamento e na forte diferenciação dos papéis sexuais e de geração" (Bilac, 1991).

Contrária a esta posição, Fonseca (1995) argumenta que, para se pensar na família de grupos populares em Porto Alegre, não se pode pensar em termos de família nuclear ou

---

<sup>45</sup>Hita mais adiante no mesmo texto faz uma reflexão sobre as fraquezas do uso de modelos hegemônicos, argumenta que diversos autores demonstram empiricamente que muitas famílias operárias vivem muito próximas de sua parentela (Hita, 1998:14).



conjugal como referente básico, uma vez que a parentela geralmente está presente nestas relações familiares. A parentela tem grande influência na vida cotidiana das famílias destes grupos urbanos, seja na colaboração mútua no cuidado com as crianças ou no *poder contar* do dia-a-dia, ou ainda na autoridade em resolver conflitos estabelecidos por interesses contraditórios dentro do núcleo doméstico. A autora centra sua análise na socialização das crianças em que a parentela tem grande influência. Uma vez que, nos casos dos grupos populares, a escola não é um elemento disciplinador importante e a criança, muitas vezes, circula entre as casas dos parentes, vizinhos e compadres. Deste modo, nestes casos não se pode falar em família conjugal como um modelo de referência da organização familiar nas vilas e favelas. Temos assim que a intervenção dos parentes nas questões cotidianas da família conjugal torna a hierarquia menos rígida do que a existente no modelo parsoniano de família, uma vez que não cabe apenas ao homem o papel de mando dentro de casa, principalmente nas situações de conflito doméstico.

O estudo de Fortes (1974) propõe uma distinção analítica entre o que ele chama de “família elementar” e “grupo doméstico”. A composição real de uma ou de outra pode ser idêntica, sendo que a distinção se estabelece no nível das atribuições a elas associadas. Enquanto a primeira é o núcleo responsável pela reprodução física e social do grupo, a segunda integra este núcleo reprodutivo à estrutura da sociedade<sup>46</sup>. Fortes levanta que nos casos por ele estudados a organização do grupo doméstico respeita uma hierarquia que geralmente concede o poder decisório às gerações mais velhas.

Nas famílias por mim estudadas também se pode reconhecer o papel fundamental que tem o grupo doméstico na vida cotidiana, papel este que possibilita a sua integração com a estrutura social abrangente, a comunidade. O grupo doméstico, neste caso, seria a família nuclear acrescentada dos parentes que moram perto. Estas relações de parentesco é que são responsáveis pela inclusão da “família elementar” nas relações políticas da sociedade, além de concentrarem as relações de poder na família. Assim, podemos dizer que os conflitos ocorridos nas relações entre os que denominei anteriormente “mais do que parentes”, muitas vezes são remetidos ao domínio dos “parentes”, uma vez que é neste domínio que estão as forças políticas que poderiam colaborar para sua resolução.

---

<sup>46</sup> A família elementar “consiste em duas, e somente duas, gerações sucessivas ligadas pela dependência fundamental que a criança tem dos pais,(...) e o que os pais têm da criança, como elo entre eles e o cumprimento de sua tarefa reprodutora” (Fortes, 1974:12). Por sua vez o “grupo doméstico inclui geralmente três gerações sucessivas, assim como membros ligados ao núcleo do grupo por colateralidade ou por outras formas. Neste domínio, entram na constituição do grupo, parentesco, descendência e outros laços jurídicos e afetivos” (Fortes, 1974:12).

Estando os parentes imbuídos de poder para resolver as questões fora do núcleo conjugal, porque é importante pensar em termos de unidade doméstica? Porque além de ser esta uma unidade econômica e de reprodução há um aspecto essencial para que neste trabalho eu faça esta distinção, e está relacionada com situações de conflito resolvidas dentro do espaço da casa, onde residem os “mais que parentes”. Foi constatado em campo que em alguns casos as agressões físicas ocorridas entre esposos, pais e filhos, são mantidos no espaço da casa, ou segundo termo usado por Fortes: na “família elementar”, ou, para seguir a denominação utilizada anteriormente, entre “os mais que parentes”.

A informação sobre estes casos é preservada até mesmo dos parentes, restando apenas a fofoca dos vizinhos, que dizem: esta noite eles brigaram, ou me contaram que Fulando bateu em Beltrano. As pessoas da casa escondem como podem alguns casos em que há agressão física, tapas, socos, abuso sexual. Mesmo que apenas durante o período que está acontecendo o conflito. Um exemplo é o caso de Cássia, que não falava das surras que o marido lhe dava enquanto estavam vivendo juntos. Depois dele ter saído da casa onde moravam, ela durante algum tempo esperou que ele voltasse, como isto não aconteceu ela colocou-se a disposição para um novo parceiro. Somente depois de considerar que seu marido não iria mais voltar a viver com ela, Cássia falou dos tapas trocados com ele durante o tempo em que viviam juntos.

Em oposição, existem situações que os conflitos que pertencem ao casal (e aos filhos) são levados para fora da família conjugal, envolvendo toda a rede de parentesco na sua resolução. Podemos pensar na dicotomia público x privado para expressar estes casos, e desta forma relacionar o público com os parentes e vizinhos. Temos assim que se o conflito é levado para esta instância, para a instância pública dos parentes, do beco, da rua, ele torna-se público bem como sua resolução. Isto não quer dizer que cabe a qualquer um o papel interventor no conflito doméstico, estes são bem definidos e conhecidos pelos moradores da Chico Mendes. Quer dizer sim que o problema tornar-se-á do conhecimento geral.

Por outro lado, a instância privada pode ser relacionada com a casa em que residem os “mais do que parentes”. Se o conflito não sair desta instância levado pelos próprios envolvidos na busca de apoio para a resolução, as pessoas da parentela, ou vizinhos, podem até ficar sabendo e comentarem, mas não lhes compete intervir.

Não acredito que os “mais do que parentes” deixem de levar alguns conflitos domésticos ao âmbito público da parentela e dos vizinhos por receio de que recaia sobre si a culpa e a desaprovação social, como é colocado na apostila de capacitação de conselheiros tutelares, citada no primeiro capítulo. É mais provável que esta recusa esteja intrinsecamente

relacionada com a possibilidade de haver ou não respaldo social para as queixas tornadas públicas.

Passo agora a descrever e analisar algumas situações observadas em campo em que os envolvidos trocaram agressões físicas. Em algumas destas situações as resoluções ficaram restritas ao grupo doméstico, outras tornaram-se abertas trocas de acusações, socos e pontapés, em que participam diversos protagonistas, sendo publicamente discutidas.

## TERCEIRO CAPÍTULO

### Família em conflito

Neste capítulo busco nas falas e atitudes de meus informantes subsídios para formular uma reflexão sobre a percepção que eles têm do que é violência. Inicialmente narro três situações de conflito doméstico percebidas durante o trabalho de campo, que produzem atitudes que podem (ou não) ser pensadas como violência, dependendo do ângulo que se aborda. No último item serão apresentadas as respostas dadas pelos meus informantes à pergunta: o que é violência?

Como estratégia de descrição das observações de campo optei por relatar meus dados relacionados com três casos exemplares de conflitos domésticos e suas tentativas de resolução. A estes casos foram associadas outras situações que se aproximam, se distinguem ou ainda complementam o assunto tratado. Eles, com certeza, não resumem toda a variedade de situações que poderiam ser discutidas com o tema da violência doméstica e também não pretendem ter uma validade estatística, mas são exemplares das diferentes formas de se pensar a questão na comunidade.

Nomeei estes casos pelo primeiro nome das mulheres donas das casas onde eles ocorreram. Ao fazer isto estou me apropriando de um costume de meus informantes que é de caracterizar as famílias moradoras do lugar pelo nome das mulheres. Foi assim que aprendi a diferenciar cada uma das famílias que trabalhei e é com esta denominação que as tratei aqui.

#### ***Primeiro caso: Creonice***

Esta família, composta por pai, mãe e uma filha de nove anos, mora em uma casa separada de outras duas por paredes internas. A casa desta família é composta por um cômodo grande que serve de sala e quarto, uma cozinha e um banheiro. Além disso, tem uma pequena área de aproximadamente dois metros quadrados que faz as vezes de quintal. Ela é muito úmida e tem um cheiro característico de umidade, urina, resto de comida. Esta residência faz parte de um imóvel deixado pela mãe para três filhas casadas quando se mudou para um terreno de ocupação em Forquilha /SC. Uma das irmãs foi morar perto da mãe

pouco tempo depois, deixando sua casa para um irmão, Álvaro.

Creonice, esposa de Álvaro, tem 32 anos, é uma mulher magra e tem problemas de saúde. Sofre ataques epiléticos desde seus 14 anos. Em nossos primeiros contatos afirmou não ter parentes morando por perto e nem em sua cidade natal. Depois de algum tempo contou-me que tem dois irmãos que ainda moram em Lages, mas ela não tem mais contato com eles. Esta mulher tem uma relação estreita com suas cunhadas, irmãs do marido, traduzida, entre outras coisas, em pequenas ajudas cotidianas, como por exemplo o cuidado com as crianças. Por sua vez a parentela de Álvaro mora perto.

Em uma terça-feira à tarde do mês de junho, durante meu trabalho de campo, cheguei em frente a sua casa e estavam reunidos no “beco” oito pessoas adultas e algumas crianças, todos com alguma relação de parentesco.

Assim que cheguei, Creonice voltou-se para mim e começou a reclamar de seu marido Álvaro, dizendo que haviam brigado durante toda a noite por que ela tinha fome e fazia três dias que não tinham comida em casa. No sábado anterior eu havia passado em sua casa e ela falava muito baixo, dizendo que “só tinha açúcar em casa”. Creonice alegava que o motivo da desavença era o fato de Álvaro não colaborar com as despesas de alimentação da família, fazendo com que ela e a filha passassem fome. Também dizia que seu marido vendeu ao marido da irmã, Melissa, o seu butijão de gás, fazendo que ela não tivesse como cozinhar para sua família. Assim, reclamava de Álvaro dizendo que era impossível viver com um homem que além de não trazer “nada para dentro de casa”, ainda tirava as coisas que ela tinha. Da cunhada Melissa e o marido, reclamava que eram “zóiúdos”, ou seja, desejavam tudo que ela tinha. Perguntada sobre quem começou a briga, Creonice disse “fui eu, por que não podia mais passar fome”. Dizia que sua cunhada ofereceu-lhe arroz cozido e trigo, mas ela jogou fora, uma vez que queria comida comprada por Álvaro.

Creonice, durante a noite anterior, depois de brigar com seu marido e gritar muito que tinha fome, foi até a casa de Melissa, e chamou a cunhada para brigar no beco. Alegava que ela tinha culpa pela sua situação, uma vez que deixou o marido comprar de Álvaro o butijão de gás que lhe pertencia. Segundo Rose, elas discutiram e trocaram arranhões, socos e pontapés, tendo Melissa arrastado Creonice pelos cabelos pelo “beco”. Melissa, por sua vez tinha uma outra explicação para a irritação de Creonice. Alegava que ela ficou com ciúmes do marido porque ele insinuou-se para uma moça que esteve na comunidade no dia anterior. A tal moça estava vestida com uma minissaia e entrou na casa de Melissa, que a recebeu muito bem, fazendo Creonice ficar com raiva da cunhada.

Alba, mãe de Álvaro interveio na briga entre a nora e a filha durante a noite, e

também recebeu alguns golpes. As três mulheres mostravam-me os arranhões e hematomas pelo corpo, resultado de unhas e tapas. Alba tentava apaziguar os ânimos e falava para que todos tivessem calma.

As suas alegações eram que Álvaro estava pagando um carro que comprou com o consentimento da esposa, e que esta aceitou colaborar com a alimentação da família enquanto Álvaro direcionava todo seu salário<sup>47</sup> para o pagamento do veículo. Defendia o filho, dizendo que ele era um bom marido e um “bom menino”. Alegava que o casal tinha em casa um fogão a lenha e que Creonice não devia reclamar por não ter gás para cozinhar, uma vez que concordou com a compra do carro e conseqüentemente com a falta de provisão providenciada por Álvaro. Sobre o embate físico que envolveu Creonice e Melissa, dizia que foi a nora quem provocou.

A briga no beco, que começou na noite anterior, continuou todo o dia. Naquela tarde os envolvidos me falaram sobre o desentendimento entre o casal, e as diferentes versões dos motivos da briga. Pude também presenciar parte de um embate físico entre Creonice e Mirtes, uma outra irmã de Álvaro. Elas trocaram palavrões, pontapés e arranhões.

As irmãs de Álvaro tomaram sua defesa durante a briga. Falavam mal de Creonice, dizendo que ela não era uma boa dona de casa, que deixava as roupas apodrecerem no tanque e recusava-se a cozinhar o trigo que tinha em casa, mostrando-me a farinha de trigo espalhado no quintal acusando-a de tê-la jogado fora.

Álvaro chegou no beco mais tarde e o casal discutiu porque ele queria a chave da casa para poder entrar e trocar de roupas para ir trabalhar. A esposa recusava-se a entregar a chave dizendo que ele iria roubar as suas coisas de dentro de casa. Álvaro ficou muito irritado e foi em direção da mulher de forma que parecia que ia lhe bater. Ela enfiou a chave da casa no soutien, o que irritou muito Álvaro. Sua mãe gritou para que ele tivesse calma e o agarrou para evitar que ele batesse na esposa. Em retribuição Creonice gritou palavrões para o marido e para a sogra. E enquanto Alba agarrava Álvaro e o puxava para outro lado, Mirtes, que estava grávida, ficou ofendida com os xingamentos contra sua mãe e seu irmão e partiu na direção de Creonice dando-lhe pontapés e tapas, gritando que ela não podia tratar sua mãe daquela forma. Depois disso, Creonice retirou-se do local, indo sentar-se um pouco mais adiante no caminho de saída do “beco”. Só quando ela saiu é que Melissa disse que seu marido comprou o botijão de gás pertencente a Álvaro há três meses, e ninguém entende porque Creonice “agora veio com essa”.

---

<sup>47</sup> Álvaro recebe um salário mensal de 200 reais, trabalhando como vigia noturno.

Podemos analisar as acusações feitas durante a briga, com base nos papéis de gênero já tratados anteriormente. Fica claro que todas as acusações recaíam sobre o não cumprimento das obrigações socialmente estabelecidas na família e na comunidade. A desqualificação do “outro”, seja Álvaro ou Creonice, está na alegação do não cumprimento de suas obrigações. Os discursos em defesa de Álvaro não desconsideram que ele tenha obrigações com relação à Creonice e à filha do casal, mas defendem que ele está em falta com estas obrigações temporariamente em nome de uma causa maior, a compra de um carro<sup>48</sup>.

Faz-se necessário trazer para a análise elementos essenciais para um melhor entendimento da situação. Creonice, até duas semanas antes da briga, vinha articulando aquilo que chamei de suas *estratégias de sobrevivência*, ou seja, além de cumprir com as tarefas consideradas femininas, de cuidado com a filha e limpeza da casa, ela pedia alimentos e outros objetos nas casas dos “ricos” da vizinhança, pedia marmitta na igreja e catava latas de alumínio para vender. Com isso ela garantia a alimentação do marido, da filha e a dela própria. Em nenhum outro momento antes do conflito se estabelecer ela comentou o fato de Álvaro ter comprado e estar pagando um carro e não colaborar com o sustento da família, o que parece que não se configurava como problema.

Mas o que aconteceu para que isto começasse a ser um problema? Uma das respostas possíveis é que Creonice começou a sentir-se em “perigo” na sua posição de esposa. Estava se aproximando a data do pagamento da última prestação do carro, e ela corria o risco de continuar desobrigando o marido de seu papel de provedor de alimentos para a família, uma vez que ela o estava cumprindo. Com isso ele estaria com seu salário livre para gastar com outras mulheres. Segundo Creonice, em outra época ele já havia “arranjado outra”, para a qual “dava de tudo”. Enquanto o salário dele estava sendo empregado para a compra do veículo ela não se opôs a suprir as necessidades alimentares da família, mas como a situação em breve iria mudar, ela tinha que torná-lo novamente essencial para o sustento da casa.

De certa forma, acredito poder dizer que a intervenção das mulheres da família colaborou para o restabelecimento dos padrões socialmente aceitos de relacionamento do casal. Ao levar a briga para fora da família nuclear, Creonice faz suas cunhadas falarem e se posicionarem sobre suas relações de parentesco. Fazendo isso as irmãs de Álvaro colocaram-se em defesa do irmão e ao defendê-lo diziam ser ele um bom homem que cumpre com suas obrigações de marido. Não negavam as obrigações dele com a esposa e com a filha,

---

<sup>48</sup> Este carro é um signo de status e tem valor simbólico mas não de uso, uma vez que Álvaro não sabe dirigir. Além disso, o carro foi retido pelo DETRAN por estar em péssimas condições de uso e as

reforçando a necessidade de Álvaro voltar a sustentar a família. Álvaro passou a pagar a alimentação da mulher e da filha, e o casal passou a viver bem novamente<sup>49</sup>. Com o salário de junho de 1999, o primeiro depois do último pagamento do carro, toda a família fez uma viagem para Lages.

### A manifestação dos parentes

O conflito tratado aqui teve participação ativa de diversos personagens. A atuação de alguns deles já foi descrita anteriormente. É o caso do casal, Creonice e Álvaro, Alba, Melissa e Mirtes, a meia-irmã solteira de Álvaro. Mas outras pessoas também estiveram envolvidas, tendo inclusive participado da cena presenciada por mim, seja de forma direta ou indireta. É sobre a posição destes personagens que passo agora a discorrer<sup>50</sup>.

Rose, que é irmã de Álvaro, dizia não querer intrometer-se na briga porque seu marido havia lhe proibido e iria brigar caso ela interferisse, mas participava do falatório que se instituiu no beco. Alegava que deu comida para a família do irmão e a cunhada recusou, dizendo que queria comida que o marido trouxesse para dentro de casa e não doada pelos "outros". Sua fala centrava-se principalmente no fato de que tanto Creonice quanto a irmã, Melissa, tinham filhos para cuidar, por isso não deviam ficar brigando. Mas intervinha em favor do irmão em alguns momentos, evitando colocar-se abertamente contra a cunhada.

Maria, prima de Álvaro, pouco se manifestou, ficou presente durante todo o tempo da discussão no beco, mas não emitiu sua opinião. As vezes ria, estava achando aquilo tudo muito divertido. Quando cansou, entrou para fazer café e cuidar de sua filha.

Altamiro, meio-irmão materno de Álvaro também pouco se manifestou durante a discussão, apesar de também estar presente durante todo o tempo. Mas sua postura era diferente da de Maria, na medida que ela demonstrava curiosidade sobre o que estava acontecendo, e ele estava visivelmente agitado com a situação. Ele ficou especialmente nervoso quando a irmã Mirtes resolveu partir para cima de Creonice, dando-lhe chutes. Argumentava que a moça estava grávida e precisava se cuidar. Em alguns momentos eu achei que ele iria intervir, mas isto não aconteceu.

---

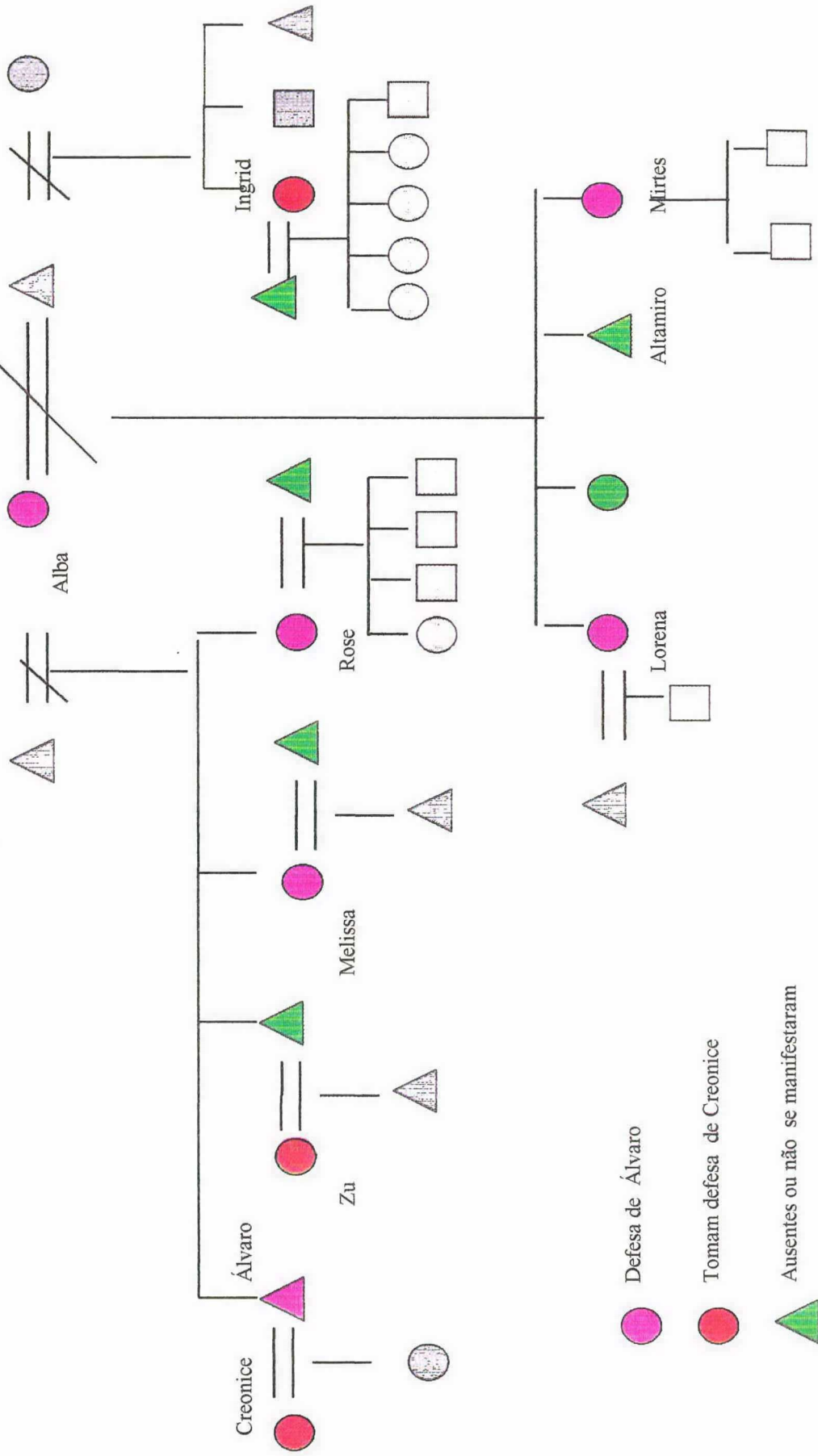
possibilidades de Álvaro conseguir retirá-lo do pátio do DETRAN são remotas, por ser muito caro e haver muita burocracia.

<sup>49</sup> Uns 20 dias depois deste caso acontecer, visitei-os novamente e eles estavam muito contentes. Creonice demonstrava rindo ter ciúme do marido e ele tentava lhe roubar beijos na boca.

<sup>50</sup> Ver gráfico de parentesco na página 59.



Gráfico de parentesco referente ao caso Creonice



O marido de Rose ficou o tempo todo dentro de casa, saindo uma vez para comprar cigarro e voltando para não sair mais. Ele não participou da discussão em momento algum. Ficou bem longe de toda a conversa que aconteceu quase em frente a sua porta. Sua única interferência foi através da influência que tem sobre a esposa, na medida que a proibiu de interferir. Não posso dizer que ela deixou de interferir por causa da recomendação do marido, mas o fez de forma mais amena, disfarçava suas acusações à cunhada em conselhos que “seriam melhor para todos”.

Constata-se que houve uma associação dos parentes consangüíneos maternos contra uma parente por afinidade: a mãe, as irmãs e meio-irmãs maternos uniram-se na briga contra a cunhada. A posição de defesa de Álvaro foi manifestada no falatório que se estabeleceu no beco durante toda a tarde. Também foi manifestada por tapas e pontapés que Mirtes e Melissa desferiram contra Creonice. Estas consangüíneas de Álvaro também manifestavam abertamente sua posição, falando da cunhada, inclusive na frente dela.

Uma interpretação possível para estas mulheres tomarem para si o papel de defendê-lo é o fato de que pertencem ao universo feminino as queixas elaboradas por Creonice, de que o marido não sustenta a família. Assim, só uma mulher entenderia perfeitamente o que está em jogo com as reclamações, e apenas elas poderiam responder, como o fizeram, que *é momentânea a falta de provisão sob responsabilidade dele*, e que assim que ele pagar o carro, voltará a pagar as contas da família, voltando assim a assumir seu papel de provedor. Elas diziam com certeza que Álvaro iria cumprir com suas obrigações, uma vez que era um “bom menino”.

Além disso, baseada na observação da relação entre as cunhadas, é possível argumentar que há quotidianamente uma colaboração entre elas, e são elas também que brigam entre si. Brigam para (re)estabelecer uma aliança que estava em perigo de se desfazer.

É observável que não cabe aos homens intervir nestas situações. Mas podemos ir mais longe traçar uma distinção entre a atitude possível dos homens consangüíneos e afins. Aos afins não é permitido opinarem diretamente sobre a questão, e muito menos intervir abertamente. Por exemplo, o marido de Rose não participou da briga, mas interferiu na forma com que ela atuou. Ele não a queria envolvida, e apesar dela estar presente todo o tempo e muitas vezes falando sobre os acontecimentos, cuidou da forma como se colocou para não desagradar o marido.

Aos consangüíneos homens abre-se a possibilidade da assistência, mas ainda sem a interferência direta. Altamiro fica visivelmente nervoso com a troca de pontapés entre a irmã e a cunhada, manifesta por gestos e resmungos que dá razão à irmã, mas não intervêm. Fala

apenas que ela deve se cuidar por estar grávida de quatro meses, e mais nada.

O fato de Creonice não ter seus consangüíneos morando perto, fazia sentir-se insegura quando envolvia-se em conflitos que participavam os parentes do seu marido. Ela dizia: “eu não tenho ninguém por mim. Eles podem me matar e jogar por aí que ninguém vai me reclamar”. Mas nem por isso ela estava sozinha na briga. Ela conta com certo apoio de Ingrid, irmã paterna dos irmãos maternos de seu marido (que não são parentes dele), de Zu, mulher do irmão do marido (parente dele por afinidade) e das vizinhas. O apoio que estas pessoas lhe davam não era aberto como aquele fornecido ao Álvaro. Tratava-se de um apoio velado, às escondidas, em forma de conselhos e fofocas, como veremos mais adiante.

Ingrid, filha do padrasto de Álvaro, durante todo o tempo da discussão (aproximadamente duas horas), ficou com o filho de Rose no colo, brincando com o menino. Não emitiu opinião alguma, reservou-as a um momento que ficou a sós com Creonice, aí sim tomando sua defesa. Aconselhou-a a não sair de casa, pois se isso acontecesse, Álvaro poderia colocar uma outra mulher lá dentro, fazendo Creonice perder seus direitos de “dona da casa”. Acredito que estas recomendações fizeram Creonice pensar no assunto, uma vez que ela não abandonou o lar nos dias subseqüentes, contrário à decisão tomada anteriormente.

Ingrid apesar de ficar calada durante a briga, associa-se a Creonice quando fica a sós com ela, e não aos irmãos paternos, mais especificamente à Melissa, que participou ativamente do embate físico, trocando tapas com Creonice.

Perguntados sobre qual o grau de parentesco entre Ingrid e suas irmãs-paternas e entre Ingrid e os filhos do casamento anterior de sua madrasta, responderam que, no primeiro caso, as meio-irmãs dizem que ela é irmã, mas dão a esta resposta uma conotação negativa, dizendo nas entrelinhas que não é irmã da mesma forma que os meio-irmãos maternos. A relação foi esclarecida pela própria Ingrid, que disse serem estes meio-irmãos, “irmãos apenas no papel, mas na verdade mesmo não são nada meus”. No segundo caso, os filhos da madrasta de Ingrid dizem que sua mãe a criou como filha, mas não a reconhecem como parente, e seus filhos não são considerados primos de seus próprios filhos. Acredito que não ser parente permite (ou obriga) a assumir a defesa de Creonice e não da meio-irmã.

Dois dias depois encontrei uma vizinha lavando roupa no beco e ela me disse que no dia da briga ficou o dia inteiro “arrumando a casa”, por que não queria se meter. Mas demonstrou que tomou partido de Creonice, dizendo que “o que fizeram com ela não estava

certo”, era uma injustiça eles unirem-se contra uma mulher tão magra e doente e baterem nela, “assim eles sabem ser corajosos, mas quando foi para vingar a surra que o pai deles levou, a coragem faltou<sup>51</sup>”.

Houve por parte de Creonice queixa na delegacia na manhã seguinte à briga, e Melissa e Alba foram também contar as suas versões e mostrar as marcas em seus corpos, provocadas pelos arranhões e socos trocados durante a noite. Mas segundo a percepção delas não houve da parte da delegacia “nenhuma” intervenção na situação, uma vez que “a delegada só chamou para conversar, e não fez mais nada”.

A queixa na delegacia ocorreu com o intuito de resolverem imediatamente os problemas que originaram a briga, e não como forma de acabar o que se poderia chamar de “atos violentos”. Como a delegada apenas registrou a “ocorrência” e conversou com elas, não tendo intervindo imediatamente para a resolução da questão, sua atuação não foi percebida como uma forma eficiente de resolução do conflito.

Há entre as duas lógicas postas aqui, a da delegacia e a da família, uma diferença de entendimento do que seja esta resolução do conflito, bem como percepções diferentes do tempo necessário para que isto ocorra. É de se esperar que quando a delegada chame novamente as partes envolvidas para ouvi-las e continuar o processo legal (se o registro resultar em Inquérito Policial), o conflito já esteja resolvido e a denúncia já não tenha mais sentido.

As cunhadas recriminavam Creonice por ela procurar a polícia, acreditavam ser um assunto a ser resolvido entre elas. E não seria exagerado dizer que a própria Creonice apoiou-se na polícia como uma forma de preservar sua segurança, uma vez que disse não ter ninguém por si, e a polícia seria a instância de resolução se ela por acaso sofresse algum tipo de agressão que resultasse em ferimentos mais graves ou morte. Não foi a primeira vez que Creonice recorreu à polícia para resolver problemas pessoais e familiares. Uma outra situação, chamada por Creonice de “rebuliço”, ela chamou a polícia por que o marido da sua cunhada (seu concunhado) bateu em sua filha. A polícia não apareceu, como de costume, mas ela continua recorrendo à eles mesmo sabendo que os policiais não costumam atendê-la - ou quem sabe justamente por isso. Suas cunhadas diziam: “essa mulher adora chamar a polícia, qualquer coisa é isso”. Assim, ela fica “responsável” em correr até o orelhão e chama-los cada vez que ela ou a família considera importante. Os casos em que a família deseja chamar a polícia são aqueles de briga entre vizinhos não parentes.

---

<sup>51</sup> Este foi um outro caso, que o Velho, sogro de Creonice, levou uma surra de uns vizinhos que o

## Parentesco e violência

Fonseca (1987) analisando famílias de uma vila portoalegrense, aponta para o privilégio da solidariedade dos laços de sangue, em oposição à precariedade dos laços conjugais nas mesmas famílias. Perdura a idéia de solidariedade institucionalizada entre consangüíneos. Na ótica local, os laços entre parentes afins são tão efêmeros quanto aqueles entre os consangüíneos são duradouros. Assim a camaradagem pouco institucionalizada entre os esposos, floresce entre irmão e irmã. A explicação a esta ocorrência advém do fato destes últimos não morarem juntos, o que faz com que o desgaste das tarefas cotidianas não os atinja. Também por que a honra do homem depende da sexualidade da mulher e não das irmãs, fazendo que o irmão não tenha que vigiar cada momento dela. Além disso, as obrigações materiais que os unem não são bem definidas, e não há cobranças por parte dessas. A irmã não precisa preocupar-se que outra mulher tome seu lugar, o que os une é imutável.

A situação aqui analisada, em diversos aspectos, assemelha-se àquela vivida na vila portoalegrense, principalmente no que se refere à solidariedade dos laços de sangue. Mas percebo uma especificidade nos laços de sangue estabelecidos na família aqui analisada: há uma preferência pelos laços estabelecidos a partir da linha materna<sup>52</sup>.

Em uma situação de conflito familiar apareceram na cena o casal onde este se originou e os parentes consangüíneos do marido, uma vez que a esposa não tem os seus morando perto. A mãe, os irmãos e meio-irmãos maternos do marido mobilizam-se para defendê-lo, sendo que às mulheres é permitido a expressão em alto e bom tom de sua posição. Apesar da esposa não ter parentes por perto, recebe apoio da vizinha, das concunhadas e da filha do padrasto de seu marido. Sobre esta última, sua posição no sistema de parentesco não a obriga a tomar a defesa da meio-irmã. Aos homens cabe calar-se e acompanhar a resolução do conflito, que é um assunto de mulheres.

Sobre a idéia da *cena* armada no beco faz-se necessário uma referência ao texto de Gregori (1993), *Cenas e Queixas*, que trata de situações de conflito doméstico entre esposos. Neste trabalho as cenas analisadas acontecem entre marido e mulher, sem manifestação de outros protagonistas, diferentemente das cenas aqui analisadas. Mas apesar desta diferença, acredito ser possível uma comparação dos dois casos, na medida que a autora faz uma leitura

---

acusavam de abusar sexualmente de duas meninas moradoras do lugar.

que também pode ser interessante aqui. A autora refere-se ao texto *Fragments de um discurso amoroso*, de Barthes (1985), quando este autor argumenta que antes de agressões físicas e verbais nas brigas de casais geralmente há o que ele chamou de “fazer uma cena”. E continua argumentando que é um equívoco “ler estas cenas como expressões de busca de entendimento, como diálogos cujo significado está ancorado em um objeto/motivo em todo o seu transcorrer” (Gregori, 1993:178). Nestes casos o motivo alegado para a disputa atua no sentido de produzir e originar as réplicas verbais. E desta forma o motivo se perde no trajeto ou na encenação. O objetivo da cena, para Gregori, é fazer o outro calar-se, é dar a última palavra. No caso da cena aqui analisada o objetivo é obter a manifestação da parentela e o posicionamento de cada uma das relações estabelecidas.

Considero importante ressaltar como cada personagem envolvido no conflito sabia sobre a sua posição possível, seja na promoção ou na resolução dele. Acredito que salientando a influência destas posições na resolução de uma briga conjugal, trago para a cena diferentes atores nela envolvidos, e com isso abro a possibilidade de pensarmos nos diferentes significados que têm para os atores a situação vivenciada. Diferentemente do que é geralmente feito nas análises que se centram apenas no eixo marido/esposa - vítima/agressor.

E pensando nos significados que o conflito teve para seus envolvidos, posso sugerir que os embates físicos, ocorridos nas situações aqui relatadas, não são percebidos pelas pessoas que a vivenciaram como violência. Ao menos não como é comumente entendida, rotulada e categorizada pelos estudiosos da questão. São percebidas como resolução de conflito e não tem o valor negativo que *violência* tem para os diferentes discursos sociais que tratam da questão.

Quando as pessoas que se envolveram no embate físico faziam queixas para mim, não centravam seus discursos nas agressões sofridas, apesar de mostrarem as marcas das pancadas, mas alegavam os diferentes motivos que os levaram a se surrarem. Não queriam uma intervenção no sentido de acabar com a possibilidade de se baterem mutuamente, mas sim, falarem sobre suas posições no conflito e sobre como o estavam resolvendo. O que a violência faz é ativar determinadas relações dentro da rede de parentesco e alinhar as pessoas de um lado e outro. Ela não é eficiente em si, uma vez que não se dirige aos motivos reais e não é ela que produz mudanças na situação.

---

<sup>52</sup> Esta questão merece mais atenção, porém em meus diários de campo não há dados suficientes sobre o assunto. Fica aqui uma sugestão para ser desenvolvida em uma próxima pesquisa: perceber qual o papel da descendência materna na definição da rede de parentesco.

**Segundo caso: Lea**

Lea contou que teve uma infância muito sofrida e com muitas privações. Moravam juntos o pai, a mãe e seus seis irmãos. O pai morreu quando ela tinha oito anos e logo depois a mãe foi internada em um sanatório, tendo ficado “louca” por se ver com sete filhos para criar - sendo 4 menores de oito anos - não tendo renda para sustentar a família já que não trabalhava fora. Não via possibilidade de “manter” a família, não apenas financeiramente mas também emocionalmente. Com a internação da mãe, os três irmãos mais velhos buscaram outros caminhos deixando a casa, ficando ela responsável pela “criação” dos irmãos menores. Eram muito pobres e dependiam do fruto do trabalho dela na lavoura. Disse com orgulho que criou sozinha os irmãos e que foram “criados e muito bem!”.

A mãe saiu do sanatório quando o filho mais moço já completara oito anos de idade e voltou a morar com eles. Lea continuou a trabalhar para colaborar no sustento da família. Por volta dos vinte anos de idade casou-se com o atual marido. Hoje tem aproximadamente 42 anos e seis filhos. O casal vive junto há vinte anos. Vieram morar em Florianópolis há aproximadamente doze anos, provenientes do interior do Estado de Santa Catarina.

Ela e o marido têm emprego fixo em um mesmo condomínio residencial, ele como zelador e ela como faxineira. Isto não é comum na comunidade em que moram, onde as mulheres costumam não trabalhar fora por muito tempo.

Por ambos possuírem renda fixa mensal, conseguem manter a família com um padrão de vida elevado em relação as famílias da comunidade em que vivem. Os filhos estão sempre, na medida do possível, vestidos e calçados acompanhando a moda. E todos, com exceção do mais velho, freqüentam a escola, uniformizados e com material escolar. Nas conversas que Lea tem com os filhos ressalta sempre que ela não teve as facilidades que eles tem, e que deveriam ficar agradecidos por tudo que os pais lhes dão e aproveitar as oportunidades.

A casa onde moram é de madeira, fica distante da rua três metros e um muro faz a divisa entre o quintal e a rua. A casa tem uma pequena cozinha, de onde entramos em uma espécie de sala onde estão colocadas uma estante que apoia uma televisão, um jogo de xícaras e alguns livros. Na sala tem também uma cama, um beliche e a geladeira. Neste cômodo tem duas portas: uma delas leva ao quarto do casal, em que um guarda-roupa faz as vezes de parede; e a outra leva a um pequeno quarto onde tem a cama em que dorme o filho mais velho. O banheiro fica nos fundos do quintal.

É muito comum encontrar a família conversando sentada na pequena cozinha.

Participam principalmente os pais e os três filhos mais velhos: uma menina de quatorze anos, outra de quinze e o mais velho de dezenove. As duas meninas, de dez e doze e o caçula de sete quase não se interessam em participar.

Discutem assuntos variados e os pais comentam muito sobre o que acontece durante o dia no trabalho. Sempre fui muito bem recebida nestas conversas, apesar do caráter particular (dentro de casa) e do fato de o marido estar presente, o que em outras famílias não me era permitido.

Nestas conversas eu soube que Lea recebeu uma proposta de trabalho em que iria receber mensalmente 1.800 reais, mas não aceitou por que iria ter que passar toda a semana em outra cidade, ficando em casa com a família apenas nos fins de semana. Achou que seria muito sacrifício e o dinheiro não compensaria ter que morar distante da família. Uma situação semelhante foi vivida por Alison, o filho mais velho, que também recebeu uma proposta de trabalho em que teria de mudar-se para Recife, rejeitou-a por não querer ir morar tão longe da família.

Discutiam frequentemente as atribuições do trabalho doméstico e a forma que deveria ser feito. Por muitas vezes, Lea chegava em casa do trabalho no fim da tarde e o serviço da casa não havia sido feito. Ela então passava a fazer as coisas, brigando e falando sempre muito alto que já considerava os filhos capazes e responsáveis por aqueles trabalhos, como lavar as roupas e sapatos, fazer a comida e lavar a louça.

Lea usava destes longos discursos como forma de descarregar a raiva, porque se um dos filhos nestas horas ficasse de bobo por perto ela acabava batendo, então eles aprenderam a se comportar de tal forma que não provocasse ainda mais a ira da mãe durante estes acessos.

Em outras situações, Lea elogiava muito Alison dizendo que ele sabia fazer todo o trabalho de dentro de casa, que cuidava dos irmãos menores melhor que ela própria. Mas reclamava que depois que as meninas cresceram ele não queria mais fazer nenhum dos trabalhos domésticos, em parte porque elas também não os faziam. O pai participava destas conversas, mas geralmente não intervinha nos falatórios de Lea. Algumas vezes em que ela batia nos filhos ele defendia.

Outro assunto comum era casamento. Falavam do casamento de Lea e seus sentimentos com relação ao marido, e do futuro dos filhos. Diziam que Alison está passando da idade de casar, e deve procurar uma moça para fazer um filho nela. Quando o rapaz disse que iria engravidar uma moça para que seu filho nascesse na mesma data do aniversário de Lea, ela ficou muito contente. Rimos muito com este assunto por que o rapaz não havia feito



as contas direito e faltavam menos de nove meses para o aniversário de sua mãe, e assim ele já estava atrasado para o nascimento de seu próprio filho. A relação de Lea com o marido é marcada por ela com uma característica: não sentir ciúme dele. Ela diz que ele teve vários filhos com outras mulheres depois de casado. Um destes filhos ele fez na própria irmã de Lea, que foi embora grávida e ela nunca mais viu. Ela conta as histórias das traições do marido com uma certa mágoa, mas não se importa demais com a questão, e não rompeu o casamento por isso. A vida da família transcorria com seus altos e baixos, em alguns momentos de calma e grandes demonstrações de união familiar, e outros com brigas domésticas centradas principalmente na falta de vontade dos filhos de colaborarem com a mãe nos afazeres da casa.

Mesmo quando havia conflito doméstico em que a mãe estava muito irritada com os filhos, ela os defendia quando havia a possibilidade de algum estranho falar com eles de forma ríspida ou agredi-los. Em uma situação de grande crise doméstica a mãe estava muito irritada com sua filha Laura, quando a menina jogou em um buraco no meio da rua um carrinho de mão cheio de lixo. A vizinha, de sua janela, gritou com a menina por não ter gostado de ver todo aquele lixo em frente a sua casa. A mãe rapidamente defendeu a filha do ataque verbal da vizinha, dizendo que ela mesma limparia a sujeira, fazendo a vizinha calar-se.

Lea começa a dar pistas de que existe um conflito acontecendo em sua casa em uma reunião do Tecendo Vidas em que uma psicóloga ministrou uma palestra para as mulheres do projeto sobre educação de filhos. A psicóloga centrou sua fala no papel da família na vida da criança e do adolescente, frisando que cabe aos pais educar os filhos através de muita conversa, demonstração de carinho e preocupação. A psicóloga recriminou o uso da agressão física contra os filhos e disse que o amor é fundamental para se criar uma família “sadia”. Argumentou que se uma criança apanha deixa de fazer errado apenas na frente dos pais, e por isso bater não é a melhor saída, porque se bater adiantasse, eles já teriam resolvido todos os seus problemas com os filhos. E sugeriu que o “respeito e o carinho devem ser a base da relação, por que se a criança sabe que alguma coisa que ela faz magoa o pai ou a mãe, ou a pessoa que ela ama, deixará de fazer para não magoá-los”.

Durante a fala da psicóloga, Lea algumas vezes retruca dizendo que não é fácil educá-los hoje em dia, uma vez que o Conselho Tutelar tira a autoridade dos pais. Pergunta

“como educar filhos se a gente não pode bater? Se eu pegar uma marmanja dessa (aponta para a filha de 14 anos) eu não vou dar uns tapas, vou arrebentar. Porque hoje nós somos gente? Por que tinha um outro tipo de educação. Por que apanhava, vê se vai fazer de novo. Surra é bom. Hoje não pode bater, se bater quem vai pra cadeia são os pais”. Várias mulheres concordaram com a cabeça. E

Lea continuou: “se apanha não fazem de novo. Governo botou lei para criar marginal. Uma amiga minha bateu no filho de 13 anos por que ele era ‘laranja’ (vendedor do tráfico) e cheirava, e foi presa por um ano. Tá lá, presa, e o guri solto”.

O diálogo entre as duas tornou-se impossível, uma vez que nenhuma delas abria mão de sua posição. Eu anotei as falas, e só depois relendo-as diversas vezes percebi a importância daquela colocação. Falando aquilo Lea demonstrava que em sua casa existiam conflitos domésticos dessa ordem e sondava as opiniões sobre o assunto dando um exemplo que não a envolvia, da prisão da mãe do vendedor de drogas.

Comecei a acentuar a frequência de minhas visitas na casa da família intuindo que a mãe estava começando a querer falar sobre o assunto. E numa destas visitas encontrei a filha de 15 anos, Laura, reunida na rua, em frente da casa, com a vizinha, Cássia, mais duas moças, um rapaz e algumas crianças. As mulheres trabalhavam catando piolhos e fazendo tranças nas meninas e conversavam. Cássia disse que Lea, aproximadamente duas horas antes, havia ido até o Conselho Tutelar denunciar a filha Laura. E que logo depois iria até a delegacia de polícia civil denunciar seu filho Alison. Eu quis saber porque e logo me explicaram que estes dois filhos de Lea a estavam incomodando muito por causa da “maconha e cocaína”. Cássia disse que Alison chega em casa durante a noite e quer bater na mãe, chegando a ameaça-la de morte.

Comentavam que Laura e Alison não tem respeito pela mãe e diversas vezes “levantaram a mão para ela”, ou seja, tentaram lhe bater. Esta foi a informação que me foi passada, mas deve ser associada a uma outra, de que Lea como estratégia de resolução de conflitos domésticos, costuma bater nos filhos. Assim, os filhos tentam bater na mãe, geralmente em momentos em que ela os surra. Mas isso não é considerado relevante pela vizinha que conta o caso, pela mãe e nem mesmo por Laura, que me diz que algumas vezes falta com respeito à mãe.

Lea não concorda com os métodos usados pelo Conselho Tutelar para resolver os problemas decorrentes da falta de comportamento da menina. Diz que na instituição eles não tomam atitudes concretas centrando sua atuação em conversas, ou quando o caso é mais grave, encaminham para o Juizado de Menores. E este também não resolve o problema de forma eficiente, uma vez que o máximo que fazem é “internar na agrônômica”(referência a uma casa de abrigo de menores do bairro Agrônômica). Mas apesar de pensar desta forma, Lea busca ajuda no Conselho Tutelar para resolver os problemas decorrentes daquilo que ela considera desvios de conduta de sua filha. Estes “desvios” expressam-se no uso de drogas, no

envolvimento da menina em brigas - em uma destas brigas Laura quebrou o braço da diretora do colégio onde estudava com uma cadeirada -, e nas diversas tentativas de bater na mãe. O faz como um último recurso na tentativa de manter a autoridade sobre a filha e afastá-la das “más influências”, uma vez que as surras que dava na menina com esta finalidade não estavam mais surtindo efeito. Mas antes de sair para denunciar Laura, Lea discursou na rua, expôs seu problema para os vizinhos, gritou com os filhos, e contou, para todos que passaram em frente a sua casa naquela tarde, o que estava acontecendo. Todos que ouviram suas reclamações ficaram calados, uma vizinha dispôs-se a ir junto na delegacia para fazer-lhe companhia, mas não interveio no caso. Na realidade nenhuma das pessoas que souberam da situação teriam permissão para intervir. Depois de algumas semanas a menina continuava a comportar-se da mesma forma e Lea concluía dizendo que “não adiantou nada ir no Conselho Tutelar”.

Ao filho Alison cabe a denúncia na delegacia por ser ele maior de 18 anos. A mãe acusou-o formalmente de ameaça-la de morte. Estava furiosa e dizia que “não é por que mora na favela que tem que ser bandido. A vida tá difícil para quem é mole. Não precisa roubar, vender coisa. Por mais difícil de ser a vida sempre tem um jeito de ser honesto, sempre teve”. Ao dizer que o filho tem que ser honesto ela acredita que o filho não está sendo “correto” como ela gostaria, e principalmente por estar se envolvendo com o tráfico de drogas, usando e vendendo maconha e cocaína. Isto para a mãe é um desvio de conduta que ela não aprova, quer o filho trabalhador, e tenta de todas as formas fazê-lo ajudar nos trabalhos de pintor que ela e o marido fazem nos fins de semana, para que o rapaz aprenda uma profissão. O rapaz se recusa, e como não consegue persuadi-lo batendo nele, busca apoio na delegacia.

Quando eu soube que Lea iria denunciar o filho na polícia eu disse: “mas tu é louca de denunciar ele? Eles vão dar uma surra nele...”. Neste momento eu entendi que era justamente isso que ela estava buscando. Ela me respondeu que “eu bater não está adiantando, vai ver se os policia pegam ele, ele apanha um pouco e fica melhor. Eu já não agüento mais, não sei o que fazer”. Dizia não agüentar Alison chegar em casa drogado, bater na porta com força quase colocando-a abaixo, porque ela o trancou na rua e ameaça-la de morte, acreditava que se os policiais dessem um susto, ele “melhoraria”.

O efeito da denúncia feita por Lea na delegacia sobre o comportamento de Alison foi rápido. Na semana seguinte eu fui novamente na casa deles e tudo já havia voltado “às boas”. Eu perguntei pelo Alison, e a mãe disse que ele está bem. “Depois que eu levei ele lá, melhorou 100%. Eu tava desmoronando. Foi a solução”. Lea derreteu-se em elogios ao filho, dizendo que ele era um bom rapaz, que lhe ajudava nos trabalhos domésticos e que havia melhorado muito. Particpei da conversa na cozinha de Lea em que todos riam e estavam

muito contentes.

### **“Não é por que mora na favela que tem que ser bandido”**

Podemos dizer que o motivo que leva Lea a desencadear o conflito entre ela e o filho é o fato do rapaz não seguir suas recomendações de ser um homem trabalhador. Ela o quer longe das drogas e do tráfico e para atingir seu objetivo, batia no rapaz.

Semelhante situação foi vivenciada por uma outra informante, que durante meu trabalho de campo falou das dificuldades que havia acabado de passar com seu filho de 17 anos. O rapaz deixou de estudar, estava desempregado e começava a se envolver com os pequenos traficantes de drogas da Chico Mendes. A mãe ficou apreensiva com a possibilidade do filho tornar-se traficante, o que causou diversas brigas entre ela e o rapaz. A solução encontrada por ela foi enviar o moço para viver uns tempos com seus pais e irmãos que moram no interior do Estado. Ela justificava sua atitude dizendo que desta forma ele iria aprender uma profissão, uma vez que seu pai e seus irmãos são marceneiros e propuseram-se a ensinar o rapaz. Isto foi possível porque estes parentes continuaram a manter-se em contato mesmo ela tendo vindo morar há alguns anos em uma cidade tão longe daquela de origem. A mãe continuou enviando dinheiro para o sustento do rapaz, e com isso ela continuava a ser responsável por ele.

A preocupação destas mães com o futuro dos filhos segue a lógica, já constatada por Sarti (1996) e Zaluar (1985), da dicotomia bandidos *versus* trabalhadores. Para Zaluar a identidade de trabalhador é formulada e manifestada como aqueles que se negam a “buscar dinheiro fácil” ou a “botar arma na cintura”, e está carregada de um valor moral superior, contrapondo-se à de bandido. “A imagem do bandido constrói-se com a posse da arma e a opção pelo tráfico, ou pelo assalto como meio de vida” (Zaluar, 1985:149). Por sua vez, dizer que alguém é trabalhador é dizer que é respeitável, que “é membro de uma família para cuja sobrevivência concorre aumentando a renda familiar. O respeito que tem por si próprio e pelos outros, advém daí” (Zaluar, 1985:87).

Mas há uma ambigüidade na identidade de trabalhador, uma vez que esta condição opõe-se à de patrão. Esta oposição invoca, para estes trabalhadores, a condição de subalterno, uma vez que precisam obedecer ordens do patrão e seu salário é pago por ele. Assim, eles são homens respeitáveis que precisam, para tanto, humilharem-se recebendo ordens de outro homem. Na Chico Mendes ouvi dois adolescentes comentando o fato de não

pararem nos empregos por que “não se abaixam para patrão”. Estes jovens trabalhavam pouco tempo em cada emprego, e logo indispunham-se com os chefes e eram demitidos ou demitiam-se, alegando que não aceitavam serem “humilhados”. Assim, a identidade de trabalhador trás consigo o problema de ser mandado e ter que obedecer.

Os jovens vivem o dilema da escolha entre ser trabalhador ou não. Além do problema da “humilhação”, os trabalhos que estes jovens têm acesso, geralmente exige esforço físico, uma longa jornada de trabalho e rende pouca remuneração. Segundo Zaluar uma opção é o caminho da *revolta*, que seria aquela por nós reconhecida como o da violência e do crime. É deste caminho que Lea tenta desviar os filhos.

### “Só batendo mesmo!”

A estratégia doméstica usada por Lea para resolver o “problema” do envolvimento dos filhos com os traficantes de drogas era bater muito neles, acreditando que assim os tiraria das “más influências”. Ela assegura que bater é ainda o método educacional mais eficiente, e quem não apanha não se torna “gente”.

A experiência de bater e apanhar foi amplamente discutida em uma reunião de mulheres do projeto Tecendo Vida, em que todas assistiram a um filme sobre violência doméstica. Provocadas a falar de suas experiências algumas recordavam da infância, outras falavam de seus próprios filhos. Uma das mães presentes à reunião dizia-se indignada com seu filho que fugiu da escola e foi revirar o lixão, achou bolacha que comeu e distribuiu para os amigos. Além disso, chamou a professora de vagabunda, motivo pelo qual foi suspenso das aulas por uma semana. Ela dizia que falta pouco para o menino ser posto para fora da escola, “ele me esgota a paciência, e eu não sei mais o que fazer com ele. Só batendo mesmo. Não é por violência e nem por falta de carinho”. A indignação desta mãe fundava-se principalmente na possibilidade dos vizinhos falarem que ela não dá educação aos filhos.

Ao considerar a surra uma boa solução para os problemas com os filhos, estas mães compartilham com várias outras que moram na Chico Mendes dos mesmos valores sobre educação das crianças. Uma outra informante estava travando um embate com a filha por que a menina estava dando indícios de estar iniciando sua vida sexual aos 14 anos. Segundo ela havia o perigo da menina engravidar e o padrasto estava muito bravo e dizia que não iria sustentar mais nenhum filho de outro homem, uma vez que ele já sustenta sete filhos de sua esposa de leitões anteriores. A última forma de tentar resolver o problema segundo esta mãe

seria sorrar, e dizia: “eu vou ter que bater”.

Bater nos filhos é considerado como um recurso legítimo para educá-los, mas suas próprias experiências de serem surradas quando crianças é lembrada com sentimento de revolta. Duas das mulheres dizem que apanharam muito quando crianças. Uma delas fugiu de casa e casou-se aos 16 anos por causa das surras que levava da mãe. Outra lembra com lágrimas nos olhos que seu pai lhe surrava com vara de marmelo se não capinasse o que ele mandava, e isso a fez sair de casa aos 10 anos. Lembra do pai com revolta, a ponto de não ter ido ao seu enterro. Ambas dizem não bater nos filhos por saberem que é muito ruim. A primeira evita ao máximo sorrar algum de seus nove filhos, o que foi confirmado pelas próprias crianças. Mas a segunda quando está alcoolizada, bate nos filhos fazendo-os muitas vezes sumir de casa por um ou dois dias. Esta mulher tentava regular a vida de sua filha de 11 anos, mas não conseguia fazer a menina obedecê-la. A garota foi sozinha ao Centro de Tradições Gaúchas (em um município vizinho), fato que deixou a mãe muito preocupada. Quando a menina chegou em casa, dois dias depois, a mãe estava bêbada e tentou bater na filha, mas a menina foi mais rápida que a mãe e fugiu. Quando passei em sua casa ela dizia estar “desesperada” por que a menina havia fugido. Dizia que foi dar “conselhos” para a filha e a menina fugiu. Olhei para ela com uma cara séria e ela disse, meio constrangida, que tinha tentado bater na menina. Acredito que o seu constrangimento não decorria da crença de que bater é ruim, pelo contrário, ela considera que surras fazem parte da educação dos filhos, mas sim por ser ainda o início de meu trabalho de campo e ela muitas vezes me confundir com as conselheiras tutelares que freqüentam sua casa. Ela sabia que estas mulheres desaprovam atitude de bater nos filhos.

Em outra ocasião conversei com algumas crianças sobre o assunto, e uma menina de nove anos me disse que sua mãe bate e grita com ela e os irmãos. Perguntei o motivo e ela disse que não obedece a mãe e não ajuda a fazer os serviços domésticos, só os fazendo quando a mãe lhe surra ou grita muito. Disse que seu pai não lhe bate, e nem em seus nove irmãos, e por isso ela gosta mais dele do que da mãe, mas também não o obedece.

Surrar e bater nos filhos além de ser uma forma de mantê-los sob a autoridade dos pais, é uma forma de fazê-los aprender as condutas consideradas ideais pelo grupo onde estão inseridos. Não seria exagerado dizer que as surras tem para este grupo um papel fundamental no processo de “humanização”. Este pensamento foi bem explicitado na fala de Lea em que ela diz que quem não apanha não se torna “gente”. Estas situações também podem ser interpretadas como momentos em que os limites sociais da dor física suportável são vivenciados, estabelecidos, ensinados e reensinados àqueles que fazem parte do grupo. Desta

forma estabelece-lhe um sentido e um valor integrado na visão de mundo deste grupo específico.

Bater no corpo do outro produz uma dor que é socialmente considerada benéfica, dependendo de quem bate. Como as demais sensações do corpo a dor é uma realidade mutável de uma cultura a outra, não explicada apenas biologicamente, mas fazendo parte de um contexto histórico e cultural específico. A dor é integrada na visão de mundo da sociedade, sendo-lhe conferido um sentido, um valor compartilhado pelo grupo social. A dor e sua resposta a ela, também se aprende. A sensação de dor, não sendo um fenômeno universal, depende do momento e da situação em que ela sobrevêm. Segundo as circunstâncias, responde a estímulos iguais de formas diversas (Guerci e Consigliere, 1999). Ainda segundo Koury “os indivíduos sociais apreenderiam os significados culturais da dor antes mesmo de vivenciarem toda e qualquer dor, como uma categoria implícita e inconsciente construída socialmente em um tempo e em um espaço específico” (1999:78). Desta forma, a dor e o sofrimento fariam parte do emaranhado de configurações produzidas e vividas por uma sociabilidade específica, que orientaria o comportamento do indivíduo que sofre algum tipo de dor, para uma reação possível dentro do conjunto, compartilhado pelo grupo social.

Uma informante me diz que brigou com seu cunhado de quatorze anos porque ele gritou e bateu em sua filha “como se fosse um pai”. O bater dos pais é legítimo, assim como o do marido, expresso nas falas de duas moças que diziam apanhar dos pais quando crianças e agora apanharem caladas de seus maridos<sup>53</sup>.

### **As intervenções...**

No caso de Lea o pai é uma figura presente na família, ou seja, ele mora na mesma casa, colabora nas despesas, costuma conversar com os filhos nas reuniões familiares que acontecem na cozinha, defende os filhos quando a mãe lhes bate. Mas ele não toma partido

---

<sup>53</sup>Clastres (1978) ao analisar a função da tortura na sociedade Guaiáqui, nos diz que há uma função para o sofrimento produzido. É no próprio corpo que se escreve a lei, sendo o próprio corpo uma memória, na medida que traz nas cicatrizes os sulcos da lembrança. A coragem pessoal é marcada pelo silêncio imposto ao sofrimento, e a “lei que eles aprendem a conhecer na dor é a lei da sociedade primitiva que diz a cada um: *Tu não és menos importante nem mais importante do que ninguém*” (Clastres, 1978:129-130). Com isso esta sociedade recusa-se a divisão entre ela e um poder separado dela mesma, a um poder que lhe escaparia. É possível sugerir que no grupo estudado o bater dos pais e dos maridos também tem uma função, que está relacionada com o aprendizado das regras que regem a vida no grupo.

neste tipo de discussão doméstica. Será que não lhe cabe este papel? Sua posição de ser “mais do que parente” não lhe permite intromissão ativa?

Mesmo não respondendo diretamente estas questões, posso dizer que bater nos filhos cabe apenas aos pais, só eles tem o “direito” de aplicar o “corretivo” nas crianças com finalidade de educarem. Uma informante, indignada porque um homem bateu em sua filha, disse que era um absurdo uma vez que “os tios que são os tios não batem”. Esta afirmação apontaria para uma possível permissão que tem os tios de baterem nos sobrinhos, mas de fato não lhes cabe este direito. Vi algumas brigas entre cunhados por terem eles batido em seus sobrinhos, em uma delas o tio - irmão do pai da criança - bateu no sobrinho e a mãe se ofendeu e houve discussão e troca de tapas.

Um papel aceito para os parentes nestes casos é o de intervirem nas surras que as mães ou pais dão nos filhos. Esta é uma questão que diz respeito apenas aos parentes, e não cabe aos vizinhos fazê-lo de nenhuma forma, mas entre os irmãos há uma divisão de atribuições. É possível dizer que a interferência dos irmãos é sempre bem vinda. Lea me contava que uma vez chegou cansada do serviço e o filho, na época com 13 anos, “atucanou, mas atucanou mesmo, queria apanhar. Eu dei nele com uma corrente de cachorro, e se meu irmão não tivesse tirado eu acho que tinha matado”. Salientou que o irmão fez muito bem, uma vez que ela estava fora de si e se ele não interviesse ela poderia ter matado o filho, o que não era sua intenção, mas sim manter a autoridade sobre suas crianças.

Em outra casa a mãe irritada porque o filho de 2 anos molhou-se no tanque, bateu-lhe e gritou com ele. A tia do menino, sua irmã, correu para tirar-lhe a criança das mãos. Pegou o menino no colo e embalou-o até que parasse de chorar, não se importando se suas próprias roupas ficassem molhadas pelo contato com as roupas da criança. Logo depois devolveu-o para a mãe que já estava mais calma e continuou embalando o menino.

A intervenção dos cunhados é permitida mas não é tão bem recebida quanto a dos irmãos. Vejamos o caso de Alex. Ele é viúvo e mora com os nove filhos em uma casa dividida com mais três famílias. Alex é o proprietário do imóvel. Uma das famílias é formada por Ione, irmã de sua falecida esposa, com nove filhos e o novo marido. Moram “de favor”, ou seja, não pagam aluguel. Ione não se arrisca a interferir nas brigas de Alex com os filhos, já que tem medo que o cunhado não a deixe mais morar na casa.

Não existem parentes consangüíneos dele morando nas proximidades, apenas a sogra - que sofre problemas mentais e não reconhece mais as pessoas - um cunhado, que não participa e Sofia, irmã de Ione. Sofia mora junto com a mãe, o irmão e alguns sobrinhos, filhos de uma outra irmã que já morreu, em outra casa.



A casa de Alex é freqüentada por jovens homens usuários de drogas e traficantes. Durante as noites estes homens alcoolizados, muitas vezes batem nos meninos e tentam “abusar” das meninas. A grande queixa das cunhadas é que Alex alcoolizado não os defende. Quando há a tentativa de Sofia interferir, Alex reage, chegando a ameaçá-la com um facão, o que já aconteceu duas vezes. Vale ressaltar que a primeira atitude de Sofia foi tentar resolver pessoalmente a questão, indo falar com o cunhado em defesa de seus sobrinhos - que não aceitou a intromissão da cunhada - para logo em seguida procurar ajuda no Conselho Tutelar.

Denunciou-o e ele foi chamado no Juizado de Menores. Máira, a mulher que vivia com Alex durante parte de meu trabalho de campo, tratava muito bem as crianças e responsabilizou-se por elas junto ao Juizado. Ela tentava defender as crianças, mas depois de uma surra que recebeu de Alex durante uma briga entre o casal, deixou a casa e casou com outro homem.

Já no fim de meu trabalho de campo, quando Ione teve a oportunidade de sair da casa onde morava, ela me chamou para conversar e denunciou o cunhado. Dizia que as meninas quase não dormem durante a noite por que os moços que freqüentam a casa neste período passam-lhes a mão no corpo e tentam manter relações sexuais com elas, e os meninos apanham muito destes homens. Ione queixou-se no Conselho Tutelar dando detalhes da situação.

Percebe-se assim, que a interferência dos cunhados é possível, mas não da mesma forma que a dos irmãos. Enquanto a primeira é possível mas recusada pelos afins, a dos consangüíneos é tolerada e até mesmo desejada.

Ainda com relação à interferência dos parentes nas surras dadas pelos pais em seus filhos, há o caso de um avô materno que ofendeu-se com uma surra dada em sua neta pelo pai da menina. Este senhor morava na casa da filha e ajudava a cuidar das cinco crianças da casa quando ela saía para trabalhar. Quando o pai surrou a menina de cinco anos o avô ofendeu-se e brigou com o pai. Da desavença resultou que o velho foi morar na casa de outra filha, uma vez que não concordou com a atitude do genro. Como no caso dos cunhados, a intervenção do avô da criança (neste caso, sogro do pai que bateu) não foi bem recebida, o que reforça a idéia de que a intervenção de um parente por afinidade é geralmente recusada.

Existem famílias que recorrem à polícia para resolver seus conflitos domésticos. Analisando estes casos é possível levantar a hipótese de que os principais recorrentes nestas situações, são as famílias que não tem a parentela morando por perto. Costumam recorrer à polícia como uma estratégia de intervenção no conflito, aquelas famílias compostas basicamente pela unidade doméstica.

### **Moradores e Polícia: relação ambígua?**

Antes de entrar na queixa de Lea na delegacia, faz-se necessário uma breve referência à atuação da polícia na comunidade Chico Mendes e a forma como é percebida esta atuação. Não dá para pensar nos policiais como um braço do Estado atuante na comunidade, apesar de, em alguns casos, cumprir esta função. Os policiais aparecem como indivíduos que estabelecem a relação entre a instituição policial e as pessoas do lugar. Esta relação é marcada por uma aparente ambigüidade: por um lado são recorrentes as **reclamações sobre a atuação dos policiais** que abusam de sua autoridade, batem nos jovens e os prendem sem motivo; por outro temos a **legitimação da instituição policial** quando são feitas referência às fichas na polícia como um definidor do caráter de uma pessoa, principalmente de adolescentes e jovens homens.

Em minhas conversas com os jovens o assunto polícia surgiu muitas vezes e em situações distintas. Laura, filha de Lea, em uma conversa me diz que a polícia batia nos “caras” (pequenos traficantes) e lhes tomava as drogas, e acrescenta sua opinião de que “Polícia é tudo ladrão”. Em outra ocasião Walter contou que estava no campinho tocando violão com os amigos durante a noite e a polícia “bateu” e levou dois dos moços que estavam no grupo. Segundo Walter os “caras estavam limpos e a polícia levou na viatura mesmo assim”, ou seja, eles não portavam armas e nem drogas e foram detidos pelos policiais. Dois dias depois eles apareceram contando que os policiais os levaram para vender munição. Walter diz que “a polícia faz que prende e vende bala”.

Outra história contada por duas pessoas que não se conheciam tem, segundo os narradores, como protagonistas policiais a paisana, ou seja, não estavam em serviço durante o ocorrido. Num carnaval, há aproximadamente oito anos, algumas pessoas pegaram um grupo de meninos que vivia na rua cheirando cola e injetaram gasolina em seus corpos. Dois deles morreram. Entre os meninos que não morreram há um rapaz, hoje com 22 anos, que ficou com sérios problemas mentais. Ele tem ataques semelhantes à ataques epilépticos, que levam a necessidade de intervenção com medicamentos para distúrbios cerebrais.

Não vou discutir aqui a veracidade destas narrativas, uma vez que meu interesse é levantar as representações sobre a atuação da polícia dentro da comunidade. E estas histórias informam sobre uma percepção negativa da atuação dos policiais junto a esta população<sup>54</sup>. Analisando com atenção os discursos sobre a polícia não seria errado supor que a instituição policial não é carregada da mesma carga negativa, ou melhor, que a **referência negativa sobre polícia centra-se principalmente na atuação dos homens** que servem a corporação e não na instituição.

Durante meu trabalho de campo houve um assassinato que foi comentado por todos. Um rapaz foi morto por um outro rapaz, conhecido seu desde o tempo de infância. Ambos “foram criados juntos brincando por aí”. As opiniões sobre os dois moços eram opostas, enquanto o primeiro era caracterizado como sendo um bom rapaz por ser trabalhador com carteira assinada e nunca ter sido “fichado pela polícia”, ou seja, nunca havia sido preso ou detido; o outro era considerado um vagabundo, que não “prestava” e além disso “tinha ficha na polícia”. A falta ou a ocorrência de registros na polícia foi comentada em todas as conversas que se referiam ao acontecimento. E servem, em diversas situações, para caracterizar as pessoas - principalmente os homens jovens - e julgá-las boas ou más.

Em outro caso o “marido” de uma menina, filha de uma informante, é classificado pela própria prima como um “cara que não vale nada, não presta. É metido com drogas, assalto, roubo. Foi preso!” Temos assim, que apesar dos policiais não serem considerados confiáveis, a própria instituição em si não é prejudicada por estas atuações. As pessoas continuam pensando na instituição policial como uma instância possível de se recorrer nas situações de conflito. Por exemplo, Creonice chama a Polícia Civil depois que seu sogro levou uma surra de alguns vizinhos e foi hospitalizado.

Lea também busca a polícia e denuncia o filho por tentar bater-lhe e ameaçá-la de morte. Mas é importante ressaltar que ela não denuncia o envolvimento do filho com drogas, apesar de ser este o motivo implícito de todo o conflito. Ela o faz porque sabe que denúncias do tipo que fez, de ameaça, costuma ser resolvido pelos policiais com uma “boa surra”. Ciente disto, ela estava buscando na polícia um reforço para sua autoridade, embasada na capacidade e/ou possibilidade da polícia de usar a tortura e as surras para alcançar os seus

---

<sup>54</sup> Ver Kant de Lima (1994) que diz que as práticas policiais favorecem atuações ‘ilegais’ dos policiais.

objetivos, e não de agir como um mecanismo da justiça<sup>55</sup>. Com esta atitude Lea usava do medo que a polícia provoca em seu filho e positiva este tipo de atitude, legitimando-a como um dos agentes do exercício do monopólio da violência física legítima<sup>56</sup>.

Procurar apoio em instituições estatais para resolver conflitos domésticos de diversas ordens é um comportamento que pode ser comparado àquele descrito por Douzelot (1986) na França dos séculos XV ao XVIII. Neste caso havia uma colaboração entre as famílias e a administração do Estado para que os filhos seguissem o caminho desejado pelos pais e não provocassem desordens domésticas ou públicas. As famílias eram ao mesmo tempo sujeito e objeto do Estado na medida que sujeitavam-se aos interesses de manutenção da ordem social, e por outro lado o usavam para manter sua própria posição social, punindo os membros que agissem de forma a provocar a humilhação e a desordem. Um dos mecanismos legais usados para reforçar a autoridade paterna eram as famosas *Lettres de cachet de famille*, que permitia ao pai que não aprovasse o comportamento do filho, fazer um pedido ao rei para que lhe confinasse na Bastilha.

O pai poderia, desta forma, buscar “socorro” no Estado em caso de o filho não se portar segundo suas ordens, e estas podiam ser de natureza diversa, como por exemplo, a recusa do filho em casar-se com uma esposa escolhida pelo pai. Este mecanismo do Estado pressupõe a manutenção da dependência social entre os membros da família, a tal ponto que o desvio de comportamento de um dos membros lhe afetasse moralmente. A recorrência à polícia ocorreria então, quando houvesse perigo das desordens provocadas por um dos membros ameaçar a família pelo descrédito público que seria lançado sobre ela, decorrentes da incapacidade de conter seus membros, demonstrando que a família não fora capaz de cumprir seu papel, e, automaticamente, não podendo ser considerada confiável. É um

---

<sup>55</sup> Muniz (1996) fazendo uma análise das recorrências às Delegacias de Mulheres do Rio de Janeiro (DEAMs), compara as instâncias policial e jurídica, e aponta para o desejo destas recorrentes sobre o que seja resolver o problema. É possível enumerar, embasada no trabalho da autora, três níveis de resoluções para os conflitos domésticos: aquele dentro do lar; o policial; e por fim o jurídico. A autora nos mostra como as mulheres que recorrem às delegacias da mulher, após agressões físicas por seus (ex) companheiros o fazem com uma concepção muito própria do que seja a resolução adequada do problema. As mulheres procuram as DEAMs na esperança de uma arbitragem extra-oficial, em que solicitam um tipo especial de julgamento (Muniz,1996:128). E este julgamento pode ser, até certa medida, forjado na instância da delegacia de polícia, uma vez que “as instituições policiais, em virtude de suas próprias atribuições legais, são menos cerceadas pela lei do que o judiciário. Em outras palavras, elas estão mais abertas à utilização de práticas informais - coativas ou não - no processamento do conflito do que a própria justiça. A atuação judicante não-oficial da polícia pode introduzir o acordo informal entre as ‘partes’, onde a lógica jurídica formal (...) apenas poderia oferecer como solução a condenação ou absolvição do réu”. O arbitramento desejado por estas mulheres, e também por Lea, quando recorrem as delegacias para resolver problemas domésticos, não poderia ser feito pelo direito oficial, uma vez que são necessários princípios não-judiciais para resolução do problema.

mecanismo em que “a fim de assegurar a ordem pública, o Estado apoia-se diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo de descrédito público e com suas ambições privadas” (Douzelot, 1986 :51).

Apesar de Lea fazer um uso semelhante da polícia nos dias de hoje, não posso dizer se a polícia tem ou não consciência do uso que esta mãe fez dela. Não acredito que o Estado esteja “usando” o medo de descrédito público e as ambições privadas da família de Lea para tornar menores as desordens sociais provocadas por seus filhos. Em contrapartida Lea tem plena consciência do uso que está fazendo da polícia neste momento: fazer acalmar os problemas familiares, ao menos momentaneamente.

---

<sup>56</sup> Sobre a violência policial e o medo que ela causa nas populações de grupos populares ver Mesquita Neto (1999) e Tavares dos Santos (1997) sobre o uso legítimo da violência física.

**Terceiro caso: Talita**

Em uma reunião de mulheres do projeto Tecendo Vida que aconteceu no Centro Comunitário Chico Mendes encontrei Talita, uma moradora da Chico Mendes, com uma marca na testa de um corte recente. Perguntei o que lhe aconteceu e ela me chamou para conversar em sua casa, gostando do fato de alguém se interessar pelo assunto e de poder contar sua história. Apenas adiantou-me que o marido havia lhe ferido com uma faca.

No dia seguinte fui até sua casa e Talita me convidou para entrar para podermos conversar. Começou falando de sua vida, e me contou sobre seu primeiro marido, seus filhos com ele e sobre o pai de Janice, sua filha de 15 anos.

Talita conheceu o primeiro marido quando tinha 14 anos, apaixonou-se e casou. Ficou casada com ele durante 9 anos, até os seus 22 anos. Moravam em Curitiba e ele era sargento do exército. Quando descobriu que ele tinha uma amante, deixou-o levando os dois filhos do casal, indo para a casa de sua mãe, e “foi se virar”, termo que no decorrer da conversa descobri ser usado no sentido de prostituir-se. Logo depois da separação ela se envolveu com outro homem que lhe incentivava a fazer programas com homens mais velhos. Dois meses depois de ter se separado, o ex-marido pegou as crianças na casa da mãe de Talita levando-as embora e conseguindo a guarda legal dos dois meninos. Ela tentou judicialmente reaver a guarda dos filhos mas não conseguiu, e nunca mais viu as crianças, nascidas em 1974 e 75.

Com o pai de Janice ela não conviveu muito tempo. Conta que teve um “caso” com ele com a intenção de engravidar. Queria uma menina, e quando ela nasceu deixou-o ver a criança apenas uma vez e depois foi embora e nunca mais o viu, com medo que lhe roubasse a filha. Quando perguntei por que não quis casar com este homem ela me respondeu que ele era casado e não iria destruir uma família. Ela justificou o fato dele ter um caso com ela apesar de ser casado porque a mulher dele era doente e não podia manter relações sexuais com ele.

Hoje ela tem 44 anos, vive com o atual marido, João e têm uma filha de nove anos. Moram também na casa a filha de Talita, Janice, e dois filhos de João, com quatorze e quinze anos. Ele foi casado antes e sua esposa morreu, deixando-o com os dois filhos pequenos do casal. Quando João casou-se com Talita ele cuidava dos dois meninos pequenos. Ela disse ter se juntado a ele “por amor”, há doze anos. Período em que a família mudou-se do interior do Estado para Florianópolis. Vieram sozinhos e portanto hoje não tem parentes morando perto.

Ele trabalha com a ajuda dos filhos recolhendo metal na rua e nas oficinas mecânicas, faz uma seleção e inicia o desmonte das peças de carro e vende nos ferro-velhos. Neste trabalho ele não conta com renda fixa mensal, ficando semanas sem receber quantia significativa, mas em um dia de “sorte” pode chegar a receber 300 reais de uma só vez. Ela por sua vez tem trabalhado de doméstica nos últimos meses, recebendo um salário mínimo por mês. Moram em uma casa que está quase caindo sendo necessário o apoio de estacas no lado de fora. Esta casa é dividida em duas partes, a primeira está muito velha e suja e a outra é um cômodo construído recentemente nos fundos. Neste há uma cama de casal, uma de solteiro, uma pequena cômoda e uma mesinha com uma televisão em cima. Este quarto foi decorado com apreço, e um pano branco com desenhos de árvores cobre uma parede com umas frestas largas entre uma tábua e outra, fazendo um efeito de papel de parede. Talita dorme com as duas filhas na parte recém-construída da casa, e o marido dorme com os meninos no outro cômodo.

Na noite em que o marido a feriu com a faca, ele estava dormindo, bêbado, e ela foi até o quarto dele buscar uma calça porque estava com frio. Segundo Talita, ele acordou e pulou em sua direção, envolvendo seu pescoço com o braço, apertando-o e, com a outra mão, tentou enfiar a faca em sua testa. Ela reagiu e conseguiu tirar-lhe a faca da mão a tempo de provocar-lhe apenas um corte não muito profundo acima do nariz. Mas não teve forças para tirar-lhe o braço do pescoço, e ele que quase a matou asfixiada. Diz que o marido só a soltou quando seu corpo amoleceu e ela pensou que ia morrer. Quando conversamos quatro dias depois, Talita disse sentir-se doente, com dores pelo corpo, dor de cabeça e na coluna e o motivo alegado é a “incomodação no fim de semana”, situação em que ela foi esfaqueada pelo marido.

Logo depois de Talita contar-me esta história falou de sua vida amorosa e sexual. Contou sobre o companheiro por quem se apaixonou logo depois da separação com seu primeiro marido, que ele pedia como prova de amor que ela se prostituisse. Ela diz que fazia o que ele queria porque estava apaixonada, mas não gostava. E hoje ela considera que foi um erro de sua vida aceitar que um homem lhe pedisse para prostituir-se.

Sobre o atual marido ela diz que ele quer fazer sexo naquelas horas em que ela não está disponível, não está com vontade. E assim, segundo as palavras dela

“tu tens que fazer aquilo sem prazer. É horrível, dá vontade de morrer, de estrangular, de cortar (faz com as mãos menção de cortar o pênis). Estas coisas tem que ser na hora que os dois estão a fim. Fazer sem vontade, esta é uma hora triste. Isto acontecia muito comigo aqui dentro de casa. Muitas vezes eu tinha

dor, cansada, doente, e ele fica ali me enchendo o saco. E ele só pergunta pra mim assim: como é que você está hoje, tá boa? Mas não é para saber se eu estou boa, entende? É porque ele quer aquilo. Daí isso me revolta, isso me tranca toda. Ele não está pensando no meu bem estar. É que se eu estiver boa ele quer. É assim: eu tenho obrigação. Me usando. Ah! O que é isso? Desta forma eu vou fazer ponto lá na praça, é sem vontade mas é um dinheiro extra que eu ganho. Que é isso?” (19/05/1999)

Depois que ela fez este comentário eu perguntei se agora estão separados ou pensando em se separarem. E ela disse que “agora que aconteceu isso (a facada) ele não tem me incomodado mais, mas ele ainda vai me incomodar. Ele vai tentar me matar de novo. Eu vou dar uma surra nele porque eu vou estar preparada. Para ele aprender a respeitar o ser humano, principalmente o ser humano mulher”.

João costuma fazer sexo com Talita contra a vontade dela e com isso ela sente-se muito mal. Não seria exagero dizer que Talita sente as investidas do marido no sexo como se tivesse sendo estuprada, ou como se ainda estivesse vivendo aquela situação vivida com o ex-companheiro que lhe exigia que se prostituísse. E diz que nada é pior nesta vida do que “ser obrigada a transar”.

Talita diz ainda que se o marido lhe propusesse fazer sexo de outra forma, que chegasse perto e lhe fizesse carinho e falasse “coisas” no ouvido o ato não seria tão desagradável. Gosta de sexo, mas não da forma como o marido faz e principalmente porque ele não lhe pede. Presenciei uma briga, no dia da festa de aniversário do filho, em que ambos estavam bêbados e ela o desqualificava sexualmente dizendo que ele não sabia ser carinhoso. Falava para quem passasse na rua, que ele não era um bom marido e ao invés de “fazer um amor gostoso ficava brigando”.

Ela espera que um dia chegue um “príncipe encantado montado em um cavalo branco” para lhe tirar desta vida. Por outro lado ela comentou diversas vezes que o marido costuma embriagar-se e só age desta forma quando bebe. Dizendo isso ela está primeiro desejando alguém ou uma força irreal para resolver seus problemas, e em segundo lugar, remetendo a um fator externo, a bebida, a culpa do comportamento do marido. Com isso Talita retira parte da responsabilidade dele na atitude que ela não gosta, e parece abrir a possibilidade de ser ele mesmo seu príncipe encantado, bastando para isso que ele pare de beber e que não considere o corpo dela como sua propriedade.

Acredito que ela gostaria que ele a “conquistasse” cada vez que quisesse fazer sexo



com ela. Ele por sua vez não considera o desejo de conquista constante dela e acha que ao casar já conquistou o direito de fazer sexo sempre que tiver vontade. Para recusar-se a isso ela manipula o fato de estar com uma marca na testa, em decorrência das investidas do marido e diz que enquanto estiver com o corte no rosto ele não pode nem ao menos dirigir-lhe a palavra.

Sobre o tempo vivido junto e o início das dificuldades apontadas por Talita é interessante recorrermos a uma matemática simples. Ela diz que durante os primeiros tempos viveram muito bem, mas há oito anos que o relacionamento do casal não é como ela gostaria. E ela diz: “Oito anos que passo trabalho. **Ele não presta. Mas não consigo me livrar dele,** eu mando ele embora mas ele não vai”. Ela disse também que há doze anos que o casal mora junto, e que somente três anos depois tiveram uma filha, que hoje tem nove anos. Talita diz que fazem oito anos que “passa trabalho” com o marido. Comparando as épocas dos acontecimentos acredito que não seria errado supor que os problemas manifestados por Talita começaram (ou acentuaram-se) aproximadamente um ano depois de sua filha nascer.

Se considerarmos a lógica local em que os casamentos fundam-se ou são efetivamente constituídos com o nascimento do primeiro filho do casal, é possível argumentar que os problemas começaram a acontecer depois do casamento ter sido legitimado pelo grupo social onde estão inseridos. João só passou a exigir e considerar um direito seu, o acesso livre ao corpo de Talita, após o nascimento da primeira filha deles. Isto me leva a pensar que, dentro da lógica deste grupo, os homens depois de casados tem direitos sobre o corpo da mulher. Daí a necessidade de Talita acentuar que sente-se doente, com dores, porque neste caso ele deveria ter sensibilidade para não obrigá-la a fazer sexo.

A vizinha Cássia disse ter ouvido a briga de Talita com o marido, mas nem ao menos abriu a janela para ver, dizia: “se quiserem se matar que se matem”. Recusava-se até mesmo a saber o que estava acontecendo. Ela diz que um dos motivos para estar irritada com a Talita é porque a considera culpada por seu próprio marido ter saído de casa, uma vez que ela tinha “olho gordo para cima de nós”, e também porque diz que ela não tem comportamento de mulher casada, quando se insinua para os maridos de outras mulheres.

Talita não consegue nenhuma forma de apoio das vizinhas, e existem dois níveis de respostas para uma pergunta sobre o porquê deste fato. Um deles é o motivo alegado explicitamente, em que a vizinha argumentou que Talita se insinua para o marido das outras. A outra resposta possível pertence ao nível analítico, e não exclui a primeira: Talita não consegue apoio das vizinhas porque suas queixas não são pertinentes, ou seja, devido ao fato da sexualidade não ser responsável direta pela fundação das relações sociais neste lugar, a

queixa de Talita fica sem resposta no grupo onde ela está inserida. Ela parte de uma visão romântica do sexo em que o homem deve seduzir a mulher em cada ato sexual, o que parece não ser uma idéia compartilhada pelas mulheres da comunidade. Desta forma ela torna-se incapaz de socializar seu conflito com o marido. Sua queixa não é considerada pelas vizinhas e não encontra resposta social.

Há um outro fato envolvendo esta família que me foi narrado pelas educadoras do Tecendo Vida e só por elas. Disseram-me que João bate muito nos meninos quando está bêbado e *abusa sexualmente* de seus filhos - os dois meninos e a menina de 8 anos. Sobre este assunto eu não consegui conversar com nenhum dos membros da família.

Os meninos não costumavam parar para conversar comigo, apesar de eu tentar diversas vezes estabelecer um diálogo. Eles ficavam em volta de mim, querendo ouvir o que eu dizia, saber o que eu estava fazendo ali, mas não se aproximavam. Um dos meninos um dia fugiu de casa, depois de uma semana ele foi encontrado em uma cidade do interior do Estado. Quando voltou contou que se “aperreou em casa, nem cachorro quer viver o que eu vivo. Fui a pé andando por aí. Não agüento mais ver o pai e a mãe beberem e incomodarem”. O Conselho Tutelar já chamou João para conversar, ameaçou-o interná-lo em um manicômio para que ele faça um tratamento contra seu alcoolismo, ameaçou tirar-lhe os filhos, mas não houve mudança no comportamento dele.

A menina está sendo acompanhada por uma psicóloga, para onde foi encaminhada pelo Conselho Tutelar. A mãe foi chamada a participar das consultas com a psicóloga freqüentada pela filha, mas recusa-se a ir dizendo que tem que trabalhar naquele horário. E a menina cada vez que vai à consulta, volta muito irritada e provoca brigas na escola, falta a aula, responde aos pais rispidamente ou recusa-se a conversar. O que faz Talita expressar seu desejo de não mandá-la mais aos atendimentos psicológicos<sup>57</sup>.

Não é comum se falar em sexo ou de relações sexuais com os moradores do lugar, as referências ao assunto nas conversas cotidianas são mínimas e aparecem em situações bem específicas. Na maioria das vezes comentadas por pessoas de fora que souberam dos casos em conversas particulares.

---

<sup>57</sup> Talita não fala sobre a situação em que seu marido faz sexo com seus filhos. Não posso dizer se ela sabe do que acontece, mas por ter sido chamada aos atendimentos psicológicos da filha, acredito que se ela não sabia já foi informada. Este é um assunto que provoca muitos questionamentos, e que se eu tivesse mais dados sobre ele iria me arriscar a fazer relações com outros fenômenos percebidos no decorrer da pesquisa, mas não posso desenvolvê-lo aqui por não ter material suficiente para uma análise aprofundada.

Uma das conversas sobre o assunto com Mônica, uma informante de aproximadamente 22 anos, prostituta, que costumava frequentar o Centro Comunitário comentou sobre a atitude do avô paterno de suas sobrinhas de quatro e cinco anos, que “abusou das meninas”. As meninas contaram para a mãe, que levou-as ao médico e depois denunciou o “velho” no Conselho Tutelar. Mônica acha que um homem desses tem que ir para a cadeia, porque é um absurdo ele “pegar as próprias netas”. Já se passou um ano, e hoje o pai e o avô das crianças negam que tenha acontecido. O problema para Mônica é que “as meninas vão crescer com aquilo. Elas tão com medo de homem. Quando meus irmãos bebem elas não chegam perto. Elas também não chegam perto dos tios (paternos)”.

O abuso sexual é comentado por Mônica como algo ruim, que irá prejudicar as meninas mais tarde em suas vidas adultas. Ao comparar a situação do abuso sexual com as de ser surrada pelo pai e a possibilidade de ser surrada também pelo marido, é possível dizer que a surra não é considerada um problema, enquanto o fato do avô masturbar-se nas meninas provocar-lhes-á um trauma. A fala de Mônica demonstra uma separação entre violência e sexo, que geralmente estão unidos nos discursos oficiais sobre violência doméstica. Aponta para a positivação de um e negatização de outro.

A palavra **abuso** no caso de Mônica foi usada para referir-se ao ato do avô esfregar o pênis na vagina das netas e masturbar-se em cima das meninas. É interessante a apropriação que Mônica faz do termo, muito usado no discurso oficial sobre o assunto da sexualidade envolvendo crianças e adolescentes. Isto aponta para a possibilidade de concluirmos que em algumas situações o discurso local sobre *violência* aproxima-se daquele formulado pelo discurso oficial. Mas não se pode dizer que neste aspecto é assimilado completamente, uma vez que considera violência sexual todo ato de caráter sexual em que estiverem envolvidos menores de 18 anos. Quando estive em campo conheci uma menina que teve o marido assassinado e ficou viúva aos 13 anos.

## **Mulher X Marido**

Situações em que os maridos batem nas esposas não são raras entre as famílias moradoras da Chico Mendes. Algumas das brigas de casal resultam em ferimentos que necessitam de intervenção hospitalar.

Uma das minhas informantes, Felícia, casada, com três filhos, em uma das brigas com o marido foi esfaqueada no pescoço e teve a orelha rasgada. Em outra briga levou uma

facada que lhe abriu um comprido corte no abdome, que custou a cicatrizar e três meses depois ainda estava infeccionado. Seu marido tinha sérios problemas de alcoolismo. Felícia também bebia muito e geralmente os desentendimentos com o marido aconteceram quando ambos estavam alcoolizados. Ela tentava demonstrar que tem um bom relacionamento com o marido, quando ele está sóbrio, e me disse que quando ele “não bebe é muito bem educado, têm algumas discussões dentro de casa, mas nada grave”.

A solução proposta por Felícia para o problema do alcoolismo de seu marido foi a internação dele em um manicômio<sup>58</sup>, mas um filho dele de casamento anterior, casado e que mora no bairro, mandou-o para Lages (ou seja tomou a decisão de mandá-lo e pagou a passagem de ônibus), cidade onde moram outros parentes seus. Com esta atitude o filho evitou a internação do pai e cessaram as brigas entre o casal.

Duas outras informantes também brigavam com os maridos e eles lhes batiam. No caso da primeira, Cássia (caso que já foi comentado no segundo capítulo), o marido saiu de casa contra a vontade dela. Quando ela percebeu que não havia mais chance de voltar a viver com ele, começou a contar que ele lhe batia. Sua queixa centrava-se principalmente no fato dele bater-lhe quando estava alcoolizado ou sob efeito de drogas, mas se “davam muito bem dentro de casa” e ela ainda o queria vivendo com ela.

O segundo caso é de Alex (já fiz referência a ele no caso Lea), que costumava bater em Máira, sua companheira há aproximadamente cinco anos. Ela ia embora e ficava alguns dias na casa de amigos e depois voltava. Dizia que voltava por gostar muito das crianças, filhas de Alex com sua falecida esposa. Na última vez que ele a surrou foi preciso que ela fosse internada em um hospital, onde ficou se recuperando dos ferimentos durante quase um mês. Quando saiu, ela foi morar na casa de uma amiga no bairro. Encontrei-a visitando as crianças na casa de Alex uns 15 dias depois de ela ter saído do hospital e perguntei se ela iria voltar para casa, e ela disse que desta vez não voltava, “só agora estou me recuperando. Ele quase me matou”. Este foi o único comentário que Máira fez sobre o caso, sem maiores detalhes e sem dizer o motivo da briga. Não queria falar sobre o assunto. Dois meses depois ela estava grávida e casada com outro homem.

Existem situações que se abrem para a possibilidade de serem analisadas com mais detalhes porque as pessoas falam muito sobre o assunto. É o caso da briga na casa da Creonice, em que todos manifestaram-se diversas vezes e abertamente sobre o caso. Também toda a conversa da Lea sobre o que ela considerava o mau comportamento dos filhos. Por

sua vez, existem outras situações que eu não posso discorrer com fluidez, porque as pessoas não falam muito sobre o assunto, um exemplo são as situações em que as mulheres apanham de seus maridos. Estas, apesar de freqüentes, não são comentadas abertamente, não fazem falar, não produzem discurso.

Acredito que este silêncio instituído sobre o fato dos maridos baterem em suas esposas abre a possibilidade de se analisar estas atitudes como algo legítimo e rotineiro, incorporadas nas práticas cotidianas e que devem ser mantidos na família nuclear.

É possível argumentar que na maior parte das vezes que as surras recebidas por mulheres chegam a público a denúncia ocorreu porque houve uma situação específica que desqualificava e deslegitimava o ato de agressão dentro do contexto da comunidade. A especificidade que marca esta deslegitimação é o fato de o marido espancar sua esposa enquanto estiver embriagado ou sob efeito de drogas, ou quando provocar ferimentos graves e/ou visíveis. Nestes casos abre-se a possibilidade da mulher fazer a queixa pública, e esta ser reconhecida como legítima e provocar manifestações e comentários dos parentes e vizinhos.

---

<sup>58</sup> Não foram poucas as vezes que ouvi referência à internação na Casa de Saúde Colônia Santana, um manicômio onde muitas vezes são internados quem tem problemas sérios de alcoolismo.

### **“O que é violência?”**

A intervenção proposta por agentes sociais que trabalham com a questão da pobreza e da violência doméstica, principalmente nos meios populares, está baseada em um discurso compartilhado por diferentes segmentos da sociedade, e portanto, considerado “oficial”. Este discurso, como já vimos na primeira parte deste trabalho, considera violência toda e qualquer atitude agressiva, seja ela física ou psicológica, perpetrada por um agente agressor mais forte física ou hierarquicamente. Nele são ressaltados como motivos principais da violência os conflitos familiares, e esta traduz-se por ações que causam dor física, perpetrados por um agente agressor em superioridade hierárquica.

Com a pesquisa junto das populações-alvo das atuações de agentes sociais que tratam da violência doméstica, foi-me possível perceber que este discurso, apesar de conhecido não foi totalmente assimilado. Ele é, sim, acionado em alguns momentos, e por algumas pessoas, quando perguntados sobre o assunto. Eu pedi que me explicitassem “o que é violência?” Responderam-me com diferentes argumentos, era comum que me dissessem ser uma pergunta difícil, costumavam pensar muito e algumas vezes para não terem que responder refaziam a pergunta para alguém que estivesse passando no beco ou chegando na casa. Muitos deles recusaram-se a responder depois de pensar sobre o assunto. De outros ouvi respostas bem diferentes, e agora passo a discorrer sobre elas.

Uma informante quando perguntada sobre o que é violência, começou a falar de forma tímida, e depois seu discurso foi ficando solene, importante e próximo daquele que chamei de “oficial”:

“violência gera violência. É falta de civilização. Pessoas que não são civilizadas que gostam de chamar a atenção. A maioria dos jovens, principalmente os de rua ou marginalizados, eles gostam de chamar a atenção da sociedade, de ser maioral. Eles se acham. Querem ser importantes fazendo isso são líderes. Dentro dessa marginalização que existe no Brasil, eles querem chamar a atenção. Nós somos pobres. Mas se os poderosos montassem entidades para não criar marginais. Eu acho que se cada um desse um pouco para botar essas crianças dentro de uma casa com psicólogo e voluntária ... Isso falta. Desses atenção para eles. Isso falta. Eles são infratores por que são rejeitados. Marginais criam marginais. São meninas de rua que criam filhos com exemplo de rua, não tem apoio. Dormindo embaixo da ponte. Se cada um dos empresários fizesse uma

parte, 60% se recuperariam e ficam na sociedade como pessoas comuns.

Abandono e falta de oportunidade carinho levam a marginalidade”.

Quando terminou de falar perguntou se estava **bom**, e eu sorri, disse que sim e agradei. Achei interessante a referência ao “bom discurso”, e ficou claro que ela estava discursando para mim uma fala que ela achou que eu gostaria de ouvir. Esta mulher é Lea, que já conhecemos por causa da briga em sua casa.

Durante a pesquisa ficou claro que existem coisas que só podem ser vistas por um tipo de pessoa no grupo social, e é possível dizer que o entendimento do que seja violência é uma delas. Homens e mulheres concebem como violência atitudes diferentes, e percebem-na de forma diferente.

Para os homens a violência pertence principalmente ao mundo da rua, e está relacionada com possíveis ataques promovidos por “estranhos”, que os esperam na rua para espancá-los. Os homens associavam violência à pancadas, assaltos, brigas. Um adolescente disse que parou de ir dançar em um clube das proximidades por causa da violência, que manifestava-se, segundo ele, em brigas por causa de mulher, arma ou drogas. Apenas um dos homens com quem conversei me falou de violência como uma atitude doméstica, depois de pensar muito e inicialmente recusar-se a falar, disse que violência é **não saber receber uma visita**, ele era solteiro e estava conversando em seu grupo familiar.

Para as mulheres além do espaço da rua a violência pode acontecer também dentro de casa. As mulheres responderam que uma pessoa violenta é aquela que está quieta e quando se fala alguma coisa já “pula”, ou seja, reage rapidamente gritando. O fato de elas sentirem-se agressivas, nervosas e pensarem em agredir alguém também foi caracterizado por algumas informantes como violência. Assim, nestes casos a violência não é caracterizada exclusivamente do “outro”. “Maltratar” as pessoas foi outra referência à violência, e foi-me explicado como espancamento da esposa pelo marido, o que ocorre geralmente quando os homens estão bêbados. Uma das minhas informantes dizia que o ex-marido lhe batia quando estava drogado, outra moça diz que muitos pais e mães bebem e espancam filhos, o que para ela é violência familiar.

Uma moça grávida recém-casada respondeu depois de pensar um pouco: “Prá mim é briga. De casal. Se bem que solteira é a mesma coisa. Apanha da mãe em casa. Casada apanha do marido. Apanha quieta”. E uma mulher que participava da conversa disse que noutro dia havia apanhado quieta de seu marido. Este “apanhar quieta” do marido sendo comparado com o ser surrada pelos pais, leva-me a pensar que há a possibilidade de se reunir

estes dois fenômenos sobre a mesma estrutura. Em ambos há a demarcação da hierarquia e da necessidade de obediência através da legitimidade da surra.

A filha de quatorze anos de uma informante, depois de assistir a um filme sobre violência doméstica na reunião do Tecendo Vida, diz que sua mãe é muito “malvada, bate nos filhos e deixa roxo”. A menina diz que sua mãe é violenta. Sua irmã de 15 anos que também estava na reunião diz que “tem filho que merece”. Sofia que é vizinha delas, e estava sentada no outro lado da sala olha para as moças e diz que tem filho que bate nos pais. A segunda menina riu, e todos acompanharam. O comentário da vizinha insinuava o que todos já sabiam, que a menina mais velha costumava bater em sua mãe.

As estas violências perpetradas por pessoas do círculo familiar as mulheres acrescentaram ainda outras atitudes ocorridas na rua, como o estupro, ou uma paulada dada por estranhos. Sobre as violências acontecidas na rua uma adolescente de quinze anos diz que “o problema é criança de cinco ou seis anos que usam droga, e isso faz a prostituição ser muito grande”.

Além destas respostas à pergunta sobre o que é violência, ouvi outras definições: uma moça disse que “violência é uma coisa comum”, duas meninas de aproximadamente nove anos disseram que é “estudar” e é “brigar”. E um homem conhecido como Zé Doido respondeu sem pensar que “violência é a arma do ignorante. Duvido que se um não quizer dois vão brigar”. As idéias sobre quais atos ou situações poderiam serem consideradas violência para o grupo, muitas vezes desviavam do assunto proposto. Respostas que definem a violência como uma coisa comum, ou como a obrigação de estudar refletem que neste conceito cabe muitas coisas. Muita coisa pode ser considerada violência dependendo do contexto.

Logo no início das respostas se percebe uma falta de reflexão sobre o assunto, traduzido nas falas que dizem ser uma pergunta muito difícil definir a violência, e isto não lhes faz falta. A vivência de situações possíveis de enquadrarem-se em situações de violência não os faz necessariamente identificar estes atos como aqueles apontados pelo discurso “oficial”. Não há um discurso articulado e compartilhado pelo grupo que defina violência e que seja alternativo ao “oficial”. O conceito como tal não é algo manipulado por esta população, uma vez que isto não se configura como uma necessidade do grupo.



## Conclusões

Mais do que pôr um ponto final nesta dissertação, minha pretensão nesta última parte deste trabalho é retomar alguns pontos que foram trabalhados no decorrer do texto e tratá-los aqui de forma sistematizada. Com isso acredito que estarei apontando aspectos importantes a serem considerados nas discussões sobre o tema da violência doméstica.

### **Negativação da violência: utopia?**

Os discursos atuais sobre violência centram-se no esforço de negativizar todo e qualquer ato de violência. Esta idéia embasa os movimentos de defesa das minorias étnicas, das mulheres, das crianças, dos direitos humanos. E é impensável nestes contextos a possibilidade de se analisar atos violentos com uma abordagem relativizadora.

Existem diversos importantes formadores de opinião que direcionam seus estudos no sentido de negativização da violência, e tomo aqui o exemplo do texto de Adorno (1995), que marca bem esta posição. A justificativa do autor ao assumir esta postura baseia-se no fato dele considerar que a positivação da violência leva-nos a acreditar que atos violentos podem ser formas de resolução de conflitos, e isto significaria uma recusa em utilizar os meios legais não violentos que existem para isso, entre eles a justiça. Nos casos de violência urbana, esta recusa acontece, segundo ele, em decorrência das desigualdades sociais que impossibilitam um acesso à justiça igual para todos. Com isso Adorno defende que sem estas desigualdades haveria a possibilidade de todos recorrerem à justiça, o que possibilitaria que a violência deixasse de existir. Isto só poderia existir em um regime democrático.

Esta não é uma posição exclusiva de uma abordagem que privilegia o estudo da violência no âmbito da sociedade e o regime político que a rege. No caso da violência doméstica a desigualdade das posições dentro da família, manifestada na dominação masculina, é considerada a causa privilegiada dos atos violentos. A semelhança que se pode constatar nestas abordagens é que ambas partem do pressuposto que o ideal é que não exista desigualdades hierárquicas nem na sociedade e nem na família.

Diferentes autores que esforçam-se em negativizar a violência propõem-se também a fazê-la menos legítima, o que conseguem porém é torna-la menos visível. Na medida em que na tentativa de deslegitimar os atos de violência, tornam mais difícil sua visibilidade, porque eles ficam assim disfarçados atrás de uma máscara homogênea que o discurso oficial

sobrepõe aos casos, o que geralmente não condiz com as práticas. Ao se negativizar a violência, retirando dos atos violentos a possibilidade de colaborarem na instituição de certas relações sociais e/ou de se configurarem como formas de resolução de conflitos, formam-se discursos fechados que impossibilitam o diálogo entre os agentes sociais que atuam em situações de violência doméstica e as famílias onde ela ocorre.

Este diálogo tornou-se impossível entre outras coisas por não se considerar os envolvidos em situação de violência como sujeitos da ação. As posições dos *negativistas* implica na falta de reconhecimento destes *grupos populares* como sujeitos históricos, na medida em que explicam suas ações como reações a alguma ordem externa. Esta postura é semelhante àquela apontada no início do trabalho, em que há uma recusa em se considerar as mulheres perpetradoras da violência como agressoras, com o mesmo valor que este termo é carregado quando o agressor é um homem. Ao justificar as atitudes das mulheres pela sua posição de vítimas do sistema, se retira delas a possibilidade de serem sujeitos da ação. Nos dois casos, das mulheres e dos pobres, os comportamentos dos atores são considerados como respostas a uma situação social que lhes é imposta e em decorrência, não tem as suas ações reconhecidas.

Depois das análises dos conflitos domésticos em que estiveram envolvidas as famílias estudadas, posso afirmar que estas geralmente não incorporam em suas vivências a possibilidade de considerarem suas atitudes negativas. Isto não acontece por falta de conhecimento do discurso oficial sobre violência, mas por uma recusa em modificar suas formas de comportamento socialmente estabelecidas desde muito tempo. Não é um problema de ignorância, já que sabem muito bem porque batem, mas não manifestam-se no sentido de modificar a situação.

A questão aqui é levantar uma pergunta que sempre me assalta quando leio sobre a violência: a condenação geral possibilita que os fenômenos deixem de existir?

### **A ampliação do quadro de protagonistas**

Uma das inovações deste trabalho é pensar na relação entre a família conjugal e a parentela, no sentido de deixar de centrar-se no conflito doméstico como exclusividade dos membros da família elementar, para pensar na relação desta com a parentela. Estou desta forma reconstituindo um contexto que geralmente é deixado de lado nas análises sobre violência doméstica. O caso de Creonice é exemplar de uma situação em que a parentela é

acionada nos momentos de conflito doméstico entre os esposos, e põem as claras os papéis no sistema de parentesco que define quem pode e deve colocar-se a favor de quem.

Os primeiros a se manifestarem são os consangüíneos, são eles que primeiro tomam a defesa dos parentes de sangue, o que pode ser confirmado na análise do caso Creonice onde a parentela de Álvaro, acionada na cena armada no beco, toma a defesa dele. Também é possível reforçar esta constatação na situação vivida por Alex, que tem suas cunhadas manifestando-se em defesa dos seus filhos e contra ele.

Na falta dos consangüíneos é possível se encontrar um equivalente dentro do sistema, que se manifesta geralmente na forma de intervenção de alguns parentes por afinidade. É o caso de Creonice, que conta com afins e a vizinha em sua defesa. É importante ainda ressaltar que nas *cenas* há um rearranjo temporário das hierarquias existentes quotidianamente no seio da família nuclear. Este rearranjo segue a lógica expressa no segundo capítulo quando comento o conceito êmico de parentes e a relação entre cunhados, em que principalmente as mulheres consangüíneas posicionam-se de forma hierarquicamente superior.

Entre as famílias que não contam com os parentes, como o caso Lea e o caso Talita, é possível perceber a intervenção de outros protagonistas, entre eles os vizinhos, a polícia e o conselho tutelar. Os vizinhos correspondem a uma possibilidade de intervenção na busca de legitimidade social para os problemas domésticos, sempre quando não há parentela apta para isso. Enquanto as intervenções dos parentes partem de posições pré definidas no sistema, a intervenção dos vizinhos é diferente, na medida que eles não tem uma postura prédefinida, e geralmente tomam partido de um ou outro lado do conflito com base em suas simpatias e relações pessoais. Assim, os vizinhos não podem expressar abertamente tudo o que querem e pensam, e não podem bater. Eles influenciam na resolução do caso, na medida que dão ou não ouvidos às queixas, apoiam ou não, manifestam-se ou não, o que reforça a idéia da constituição do grupo com valores próprios.

Nos casos em que há resposta dos vizinhos às reclamações, há respaldo social para a queixa e só depois disto ela pode ser levada para outras instâncias como a delegacia de polícia ou o conselho tutelar. Entretanto existem casos que os vizinhos negam o respaldo, como no caso Talita, e o acontecimento do ato violento não produz uma cena com o posicionamento de diferentes pessoas, não produz discursos e nem mesmo fofoca dos vizinhos.

Ao se ampliar o quadro de protagonistas de um conflito entre marido e mulher, ou mãe e filhos, ele se enfraquece ou se dilui. O conceito de violência, nestes casos, varia de lugar, e pode ser positiva ou positivada. Se observarmos a violência doméstica no contexto das relações entre os "mais do que parentes", há a possibilidade de não se perceber a

positividade que ela possa ter. O principal palco da positividade da violência, nos casos de agressões entre esposos ou pais e filhos, não é o da família nuclear, as consequências positivas são possíveis de serem visualizadas no grupo consanguíneo, na parentela, nos vizinhos. O fato da desavença familiar ser levada para parentela e para outros protagonistas e estes manifestarem-se de forma a influenciar nas resoluções dos casos, me leva a pensar que em outros casos de brigas de casal, por exemplo, pode haver a possibilidade de se entender melhor o que acontece, analisando o papel que os protagonistas têm nestes conflitos, mesmo que este papel não seja expresso abertamente.

### **Eixo vítima / agressor e o seu sentido único**

Como já foi colocado no início do trabalho, a maior parte dos estudos sobre violência doméstica partem de posições pré-definidas de vítima e agressor, que formam um eixo de sentido único da violência. As mulheres, crianças e adolescentes são as vítimas neste contexto, em que o homem com quem elas tem uma relação familiar é sempre o agressor. Neste eixo vítima / agressor pode ser percebida a objetificação irreversível de um dos polos. A vítima, no caso, torna-se objeto da vontade do sujeito que perpetra o ato violento.

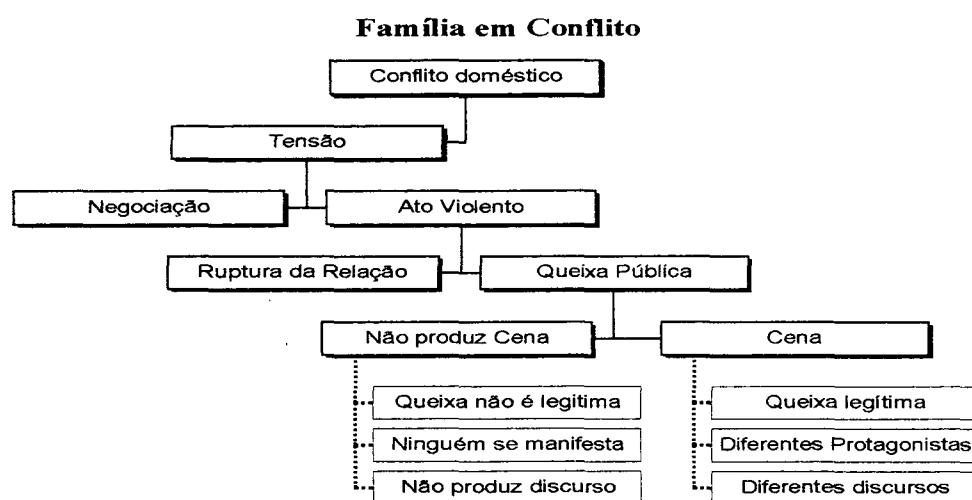
Depois de alguma reflexão com base nos dados colocados neste trabalho, posso concluir que a análise da violência doméstica não pode ser centrada na análise de um único ato violento, mas deve levar em consideração todo o conflito que se estabelece na família e que possibilita o surgimento de atos violentos. É preciso considerar toda a situação que promove ou influencia aquele ato violento e para uma análise deste tipo é fundamental separar conflito de violência e percebê-los como diferentes. A violência se traduz, neste caso, por um ato violento, por um fato em especial, enquanto o conflito abrange toda a situação vivenciada: os protagonistas, a família, os motivos, as queixas.

Neste sentido o eixo vítima / agressor é móvel e se inverte em diferentes momentos do conflito. Os casos em que este eixo é invertido tornam-se, na maior parte das vezes, invisíveis para um ou outro discurso social que tratam do tema. Nas denúncias formais e judiciais há sempre a necessidade de se ter um agressor e uma vítima, é esta a forma que a queixa geralmente assume na instância policial, por exemplo. Isto faz o conflito doméstico desaparecer e deixa a mostra apenas o ato violento.

No caso Lea é clara a reação de invisibilidade das situações de inversão do eixo. O fato dos filhos baterem na mãe é considerado pelas pessoas do grupo uma grande falta de

respeito, mesmo que eles tomem a atitude em resposta à surra da mãe. A atitude dos filhos é inaceitável e isenta de legitimidade. Por sua vez para o *discurso oficial* e para teorias sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, estas atitudes são invisíveis, fecha-se os olhos para a possibilidade dos filhos também baterem nos pais.

O ato violento abre a possibilidade do conflito tornar-se público e chegar na parentela, nos vizinhos e por fim na polícia, **enquanto o conflito por si só geralmente não promove esta possibilidade**, embora seja ele que provoque o ato violento e a possibilidade de queixa. Tomemos o caso Talita para esclarecer esta colocação. Nele o marido alcoolizado tenta matá-la porque ela costuma recusar-se a manter relações sexuais quando ele quer. O fato de Talita não querer fazer sexo com o marido, e tudo que esta recusa provoca, é o que pode se considerar conflito doméstico, enquanto que a facada recebida por Talita é o ato violento que a possibilita explicitar este conflito.



Apesar de no discurso sobre violência as mulheres apresentarem-se como vítimas, as situações que proporcionaram atos violentos não as caracterizam como tal. Creonice não sentia-se vítima das agressões sofridas e o que estava em jogo não era o papel de vítima na troca de socos e pontapés, mas sim os papéis de gênero aceitos socialmente. No caso Lea, ela não era vítima, muito pelo contrário ela entendia a sua situação como uma responsabilidade de mãe: fazer os filhos irem por um bom caminho. No caso Talita, ela não sentia-se vítima da agressão a faca, mas da condição socialmente aceita e recusada por ela, de ter que fazer sexo

com o marido. É possível argumentar que a posição ideal dos personagens no eixo vítima e agressor nos estudos das situações de violência se presta mais a um movimento denunciatório do problema social da violência doméstica, do que a uma análise que traduza as vivências empíricas das pessoas.

### **“Mulher apanha quieta”**

Não são poucos os conflitos conjugais nos quais a “mulher apanha quieta” e, por isto mesmo, não se tornam públicos. Nestas situações, as agressões do marido são consideradas legítimas pelo grupo social onde estão inseridos e uma queixa dela não encontra respaldo entre a parentela e os vizinhos. Isto acontece quando os atos violentos não ultrapassam os limites estabelecidos socialmente, ou seja, quando não deixam marcas no corpo, não resultam em internação hospitalar ou quando o agressor está sóbrio. Estes elementos têm uma implicação sobre o significado êmico de “bater” e “apanhar”, os quais, por sua vez, apontam para uma diferença na atribuição de sentido ao limite do corpo com relação aos atos violentos.

O conceito de violência do discurso oficial parte de uma idéia diferente de corporalidade daquela que vigora entre a população estudada. Naquele discurso o foco é o corpo individual, permeado por uma valorização do indivíduo. Assim, qualquer agressão ao corpo físico é considerada violência. A despeito disto, entre a população estudada, o corpo físico não é individual, antes sim, o corpo é social, ou seja, está inscrito e definido dentro das relações de parentesco. Assim, bater e apanhar dentro de algumas relações estabelecidas socialmente parecem ser legítimos: o bater dos pais é educativo e o do marido dá continuidade a esta relação. É nestes casos que a relação de conjugalidade equipara-se a de consangüinidade em que as relações hierarquizadas são marcadas no corpo do outro. Disto decorre que nestes tipos de casos não se configuram como legítimos em desencadear queixas das vítimas aos parentes e vizinhos, e com isso armar-se uma cena pública com manifestações de diferentes protagonistas.

Com relação aos casos de violência que ultrapassam os limites aceitáveis estabelecidos pelo grupo, há duas possibilidades de desfecho. Quando não se objetiva a manutenção do laço conjugal, a ruptura é uma das possibilidades de desfecho. Nestes casos, os atos violentos não são levados para discussão pública. Um exemplo disto pode ser visto no caso de Alex e Máira discutido anteriormente, no qual Máira após ter sido hospitalizada em

decorrência da surra que levou de seu companheiro Alex, abandonou-o sem comentários. Já quando se objetiva restabelecer a relação conjugal, a queixa é um dos recursos possíveis de serem utilizados.

A **queixa** pública se estabelece quando a vítima, após sofrer uma violência considerada ilegítima, leva seu problema a conhecimento de seus parentes e vizinhos. Assim, a queixa tem o intuito de retratar “uma situação de sofrimento, mediante a soma de condutas inadequadas do outro”(Gregori, 1992: 186), provocando a possibilidade de intervenção pública. Esta queixa é em certo sentido semelhante àquela tratada por Muniz (1996) quando as mulheres que se queixavam nas DEAMs não buscavam acabar com a relação familiar conflituosa, mas sim queriam uma solução imediata para o problema específico.

Em situações dos pais baterem nos filhos, é possível constatar uma lógica semelhante em que os pais apenas perdem a legitimidade de seus atos ao surrarem alcoolizados ou sob efeito de drogas, ou ainda quando passam dos limites socialmente aceitáveis e provocam ferimentos graves. Nestes casos há reprovação social e em alguns deles intervenção de outros protagonistas que não aqueles pertencentes a família nuclear

### **Violência e desestruturação familiar**

As famílias estudadas podem ser consideradas estruturadas dentro dos padrões definidos no segundo capítulo em que constituem-se de um casal com filhos, que formam uma unidade residencial em que as relações são hierarquizadas e complementares. Quando há o conflito e é colocado a público há uma quebra da hierarquia, como já foi tratado anteriormente, e todos são chamados para opinar. Quando este quadro se fecha e o conflito é abafado ou resolvido, volta a valer a hierarquia inicial. Isto demonstra que durante os conflitos as famílias estão necessariamente *desestruturadas*. Como os atos violentos acontecem nestes momentos de conflitos domésticos, e são eles que podem ser levados a público, quando se estuda apenas o ato violento é a família desestruturada que aparece.

Segundo a concepção oficial de violência, a família de Lea está a salvo das situações de violência doméstica. E pode ser considerada uma família *estável*, segundo a definição estabelecida no segundo capítulo, uma vez que todos os filhos são do casal que vive junto há vinte anos. As crises vividas pela família são passageiras e os seus membros não mostram indícios de que pretendem separar-se. O mesmo se pode dizer da família de Creonice, e mais, há na parentela que estabelece relações com esta família nuclear um esforço de legitimação e

manutenção da vida do casal. Para isso os parentes são acionados e se manifestam, sempre considerando o papel possível para cada posição ocupada no sistema. No caso Talita, apesar do conflito doméstico, o casal está junto há doze anos.

O argumento muito utilizado de que em famílias desestruturadas os atos violentos tem maior possibilidade de acontecer, pode ser considerado redundante e sem significado. Primeiro porque o próprio ato violento provoca a desestruturação das hierarquias domésticas, mesmo que temporariamente, e se for desta desestruturação que se está tratando, o motivo da ocorrência do fenômeno está sendo explicado pelo próprio fenômeno. Esta colocação levamos a uma pergunta: em que bases deve ser definida a estrutura e a desestrutura da família? Esta não é uma pergunta de uma única resposta, principalmente porque depende da posição em que se está analisando. No segundo capítulo levanto diferentes propostas teóricas que discutem onde está a estrutura certa para que seja possível considerar que todo o resto está desestruturado.

Não está muito claro o que significa família desestruturada e qual o valor disto para a população local. A família de Lea poderia ser considerada *estruturada* dentro dos padrões de família nuclear de classe média, mas é nesta que o marido fez um filho na cunhada e ela vai embora, o que torna esta concepção ambígua. Em uma mesma família é possível constatar situações opostas, que permitem questionar o conceito de desestruturação, e com isso questionar também o valor deste conceito nas análises sobre violência doméstica.

### **Violência e falta de recursos**

No início deste trabalho discorri sobre a forma como o IPUF concebe estes grupos urbanos, tratando-os como uma unidade que compartilha o espaço territorial de residência e são mais ou menos parecidos em sua situação de pobreza. Esta idéia é apropriada por diferentes personagens importantes no trato do tema da violência doméstica, que considera estes *grupos populares urbanos* o *locus* de onde partem a maioria dos protagonistas de atos de violência doméstica. Como se as populações de grupos mais ricos fossem imunes à violência doméstica.

Ao pensar assim, a elaboração do argumento sobre o motivo de ocorrência é embasada na *falta* que se julga própria destes grupos, entre elas a falta de comida, emprego, ocupação, cidadania, educação. Assim, é remetida a esta população a culpa pela existência de violência doméstica na sociedade contemporânea. Durante a pesquisa de campo minhas



observações levaram-me a questionar este pressuposto, e passo agora a sistematizar algumas informações que já foram colocadas anteriormente, que apontam no sentido oposto ao do discurso oficial sobre violência.

No primeiro caso, mesmo que a justificativa alegada para o início da cena armada no beco seja a falta de comida em casa, a reclamação que vem logo a seguir baseia-se no não cumprimento dos papéis de gênero por parte do marido. Acredito que este segundo motivo explica mais do conflito que estava acontecendo entre o casal. O problema maior era o que ele poderia fazer com o seu dinheiro se houvesse a disponibilidade financeira, e não a falta de dinheiro em si. Assim, é possível argumentar neste caso que a *falta* de comida em casa durante alguns dias foi provocada para que se restabelecesse a relação conjugal nos moldes idealizados na comunidade.

O segundo caso também reforça a desconstrução do argumento de que a falta de dinheiro é responsável pela violência. A família onde acontece o conflito não sofre sérias privações materiais, pai e mãe trabalham, os filhos estão na escola, vestidos e calçados. E, mais importante, o conflito acontece por causa do valor que a mãe dá ao trabalho remunerado como forma legítima de se sustentar a família. No caso Talita também não é possível identificar entre as causas do conflito doméstico qualquer referência ao aspecto econômico. Não há nenhuma referência à qualquer necessidade material da família, isto não é relevante na definição do caso.

É importante ressaltar que não estou pretendendo uma validade estatística para este trabalho, assim como também não penso que sejam representativos de todas as formas que se configuram estes tipos de situações nos grupos populares. Mas acredito que servem para mostrar que mesmo em um lugar onde as famílias costumam passar privações materiais, não se pode justificar automaticamente a violência pela falta de recursos. É inegável que haja no lugar uma propensão a se resolver os conflitos domésticos com recurso a agressões físicas, mas a pobreza não é uma causa eficiente da violência e não dá conta de explicá-la.

## **Gênero e sexualidade**

Nas famílias estudadas pode se constatar a lógica relacional de complementariedade dos papéis de gênero, traduzidas nas tarefas consideradas masculinas e femininas. No primeiro caso a insatisfação de Creonice ilustra a lógica de complementariedade de papéis de marido e de esposa. A desqualificação do outro baseava-se no não cumprimento de suas

obrigações estipuladas nas distinção dos papéis de gênero, e foi justamente isto que foi reestruturado com a falação no beco.

Entre as famílias estudadas existe o ideal de que cabe ao homem trazer os alimentos e bens materiais que supram a necessidade da família. E o fato deste ideal ser compartilhado pelas pessoas do lugar torna possível Creonice reclamar para as parentes mulheres do marido uma falta dele neste sentido. O que não acontece no caso da Talita, que reclama de algo que não é legítimo da mulher reclamar: o sexo com o marido.

Talita é a única entre as mulheres que conversei na Chico Mendes que tem uma teoria romântica sobre o casamento. Abandonou o primeiro marido quando ele teve uma amante, não aceitou destruir a família do pai de Janice, quer fazer sexo por vontade e por prazer. Isto trás dificuldades para sua vida conjugal quando seu marido não parte do mesmo princípio. A conduta do marido é legitimada pelo grupo em que estão inseridos, em que a mulher tem “obrigação” de fazer sexo com o marido e não deve levar a público esse tipo de conflito. Quando Talita recebe a facada é que se abre a possibilidade dela tentar levar para fora da família conjugal o conflito que vive com o marido.

Ela fala de sua vida amorosa passada e reforça que não queria mais passar pela situação imposta pelo seu companheiro que lhe “forçava” a fazer sexo com outros homens por dinheiro, de certa forma ela está construindo uma narrativa que relaciona aquela época com a situação atual em sua vida, em que o próprio marido usa de seu corpo e a força a fazer sexo sem vontade. São situações diferentes, mas em alguns sentidos muito próximas, na medida em que nas duas há o que ela considera um *abuso* de seu corpo, já que o marido não se “importa” com a vontade dela. Normalmente quando há a quebra dos papéis definidos socialmente de marido e esposa por ação ou omissão há maior possibilidade de instaurar-se o conflito. No caso Talita, é ela que considera que seu marido não está agindo corretamente, mas não há respaldo social para sua queixa.

No segundo caso Alison manifestou o desejo de procurar uma moça para fazer um filho nela, o que deixou a mãe muito satisfeita. Acredito que a satisfação de Lea baseava-se na possibilidade do filho, além de cumprir seu papel de lhe dar netos, também formar uma família e passar a cumprir seu papel social de homem adulto e marido. Mas o sonho de Lea de ver o filho fundar uma família ao fazer um filho em uma moça, poderia perfeitamente ser desfeito se a moça escolhida por Alison resolvesse ir embora mesmo tendo um filho dele. Porque esta possibilidade não é descartada, e temos exemplo de mulheres que tomaram este tipo de decisão. Foi o caso da irmã de Lea que foi embora grávida do cunhado, ou de Talita quando engravidou de Janice. A idéia de fazer um filho pode nos levar a pensar na posição da

mulher como um receptáculo, onde o homem é agente produtor. Mas é contraditório já que depois do filho “feito”, ele pertence a mulher. Ela pode ir embora com a criança e é ela que se responsabiliza por sua educação e pelo seu sustento.

Os papéis de gênero são explicitados em comentários feitos abertamente e discutidos em público. Há uma reação possível ao não cumprimento das obrigações determinadas para cada gênero. Por sua vez a sexualidade não é falada de forma aberta e não produz comentários no grupo, somente assumindo um valor constituidor quando se fala em fazer um filho.

Com relação aos temas da violência, sexualidade e infância é interessante pôr em evidência a idéia de abuso sexual manifestada na apostila do curso de capacitação de conselheiros tutelares. É possível levantar dois pontos de divergência percebidos durante o trabalho de campo entre as vivências e percepções do grupo estudado e o discurso oficial: existem noções diferentes de infância e de sexualidade. No discurso oficial abuso sexual é todo ato sexual feito com menores de 18 anos, enquanto na comunidade estudada os jovens iniciam a vida sexual e casam-se muito antes desta idade.

Com relação à percepção sobre sexo manifestada no discurso oficial, é possível dizer que não há uma distinção marcante entre violência e sexualidade. A idéia de sexo é colada com a de violência, o que pode ser constatado na definição de abuso sexual retirada da apostila de capacitação de conselheiras tutelares: abuso sexual é uma das formas de manifestação da violência, e é definido como todo e qualquer ato ou jogo sexual entre adulto e uma criança menor de 18 anos. Enquanto na visão de uma informante o abuso sexual sofrido na infância é algo que irá prejudicar as meninas em sua vida adulta, por fazerem-nas ficar com medo de homem, o mesmo não serve para as surras que as crianças levam dos pais ou as mulheres dos seus maridos. A fala desta informante aponta para a positivação do bater do pai e do marido, já que é considerado uma das formas de educação, fazendo parte da socialização da criança, em oposição à negatização do abuso sexual, separando estes dois conceitos. Vale ressaltar que a idéia de criança que vigora entre o grupo estudado refere-se principalmente aos dez primeiros anos de vida, e de forma alguma são assim consideradas os jovens de treze ou quatorze anos ou mais.

### **Violência: heterogeneidade das classificações**

Volto aqui a uma idéia colocada no início do trabalho sobre a heterogeneidade das classificações dos fenômenos considerados violência. Violência não é uma categoria

universal e há formas diferentes de classificar os fatos que a compõem. Para ilustrar estas diferenças retomo as formas de percepção da violência própria do discurso oficial e como estes atos são concebidos pela população da Chico Mendes. Comparo como cada um traça um quadro dos atos legítimos e aceitáveis que promovem o surgimento de áreas de invisibilidade próprias de cada um deles. Ao apontar as diferenças mais importantes levantadas durante o trabalho, não pretendo dar conta de todas as oposições que marcam o entendimento do fenômeno, mas mostrar que há um ângulo cego instituído em todos os âmbitos, que impossibilita a percepção de certos casos e que está relacionado com o conceito de violência que é operacionalizado.

No primeiro capítulo coloco meu estudo de um caso de parricídio julgado judicialmente e a pouca repercussão social que o caso teve. Acredito que este caso é representativo do estabelecimento de uma enorme gama de possibilidades eminentemente sociais de se perceber a violência. Hoje há na nossa sociedade o que se poderia considerar uma obsessão pelo problema da violência doméstica contra mulheres e crianças. Acredito que isto, de certa forma, colabore para a relativa invisibilidade que teve o esquitejamento do pai pelo filho. A sensibilidade social nestes últimos tempos mudou de direção, o que fez um caso deste tipo não ofender gravemente a sociedade e tornar-se invisível.

No caso Creonice é possível argumentar que, para o discurso oficial, é visível a briga de Creonice com o marido e é invisível os tapas trocados entre ela e a parentela dele. Uma vez que a violência doméstica contra a mulher acontece entre um homem e uma mulher e os casos em que os parentes são envolvidos não são considerados como um grande problema social que exija interferência. Por sua vez na comunidade a briga envolvendo a parentela é vista e legitimada, enquanto o casal desaparece como protagonista principal do conflito, até mesmo porque a esposa não reclama de nenhum ato violento provocado e promovido pelo marido, o que não quer dizer que não tenha existido, já que o casal brigou em casa durante uma grande parte da noite antes de Creonice sair e ir brigar com a cunhada.

Outra situação que o discurso oficial percebe como violência é a mãe bater nos filhos, desconsiderando o motivo para atitudes deste tipo, por sua vez este mesmo discurso não vê quando os filhos batem na mãe como no caso Lea. Entretanto na Chico Mendes o filho bater na mãe é considerado uma grande falta de respeito, é visto e considerado ilegítimo, enquanto que as mães baterem nos filhos é considerado uma forma de dar educação às crianças, legítima e usualmente empregada. Além disso, a inversão do eixo vítima / agressor é invisível para o discurso oficial mas não é para as pessoas da comunidade.

Ainda com relação a este caso, o discurso oficial ilegítima a denúncia de Lea na

polícia por ser uma mãe denunciando o próprio filho e provocando a possibilidade dele ser punido. Na comunidade este ato teve respaldo social e foi considerado um recurso legítimo para que a mãe mantivesse a autoridade sobre o filho.

Os pais baterem nos filhos é considerado violência pelo discurso oficial, em oposição, na Chico Mendes, não o é, desde que fique dentro dos limites aceitáveis socialmente. O fato dos *estranhos* e mesmo dos parentes baterem nas crianças é considerado violência. Marca desta forma, uma legitimidade própria de certos papéis, para baterem no corpo de outros a partir de posições definidas.

No discurso oficial a violência no caso de Talita é a facada recebida por ela, mas neste caso **ela** não percebe este ato como negativo, e, de certa forma o positiva ao usar a marca na testa como argumento para recusar-se a transar com ele. Esta sim, é a situação considerada por ela como uma violência, quase um estupro. A posição do grupo, neste caso, é de “fechar os olhos” ao conflito doméstico, e mesmo a facada, que poderia levar o conflito para a discussão pública, não teve o poder de provocar manifestações.

Por fim, temos que para o discurso oficial, bater no corpo do outro é sempre considerado violência. O corpo é propriedade do indivíduo e qualquer agressão a ele é ilegítima. Entre as famílias estudadas este pressuposto não faz sentido e bater nem sempre é violência, como nos casos de pai bater no filho ou marido na mulher. Mas apenas as posições dos personagens não definem a legitimidade do ato, o pai ou o marido baterem enquanto estiverem alcoolizados ou sob efeito de drogas torna a atitude ilegítima, assim como quando passam dos limites e batem demais, a ponto de provocar ferimentos. Por outro lado é invisível para a comunidade quando a mulher está alcoolizada ou drogada e apanha muito do marido sóbrio. O álcool e a droga retiram das pessoas a possibilidade de agirem conforme o papel legitimado socialmente, tiram qualquer possibilidade de justificativa de seus atos.

O caso do abuso sexual é a única situação em que pude constatar que os dois discursos compartilham da posição de negativização do ato.

Temos assim que o discurso oficial e o grupo estudado estão na maior parte das vezes pensando as situações de formas diferentes. E isto está relacionado com preocupação de denúncia do problema social da violência que assume o discurso oficial, enquanto na vivência dos *grupos populares urbanos* estes mesmo atos são percebidos dentro do contexto em que são produzidos.

**Por fim...**

Tendo-se em vista a atuação dos agentes sociais responsáveis pelo “fim” da violência em relação aos grupos populares urbanos pode-se notar que sua intervenção é pautada por pressupostos estanques e distanciados das experiências vivenciadas quotidianamente pelos grupos alvo da maioria dos projetos de intervenção. De forma geral, a representação do fenômeno da violência do qual partem é pautada por pressupostos que a definem aprioristicamente como algo negativo, fruto de desestruturação familiar e de limitações materiais. Neste sentido, inviabiliza-se qualquer possibilidade de percepção dos atos violentos como uma forma de resoluções de conflito.

Ao me propor compreender como as relações de violência e os conflitos eram resolvidos dentro de um universo cultural alvo de projetos de intervenção com o objetivo de extinção da violência, pude perceber como estes sujeitos atribuem sentido a violência. A esta atribuição específica de sentido estão implicados diferentes valores culturais que conforma o universo simbólico do grupo, tais como: concepções particulares acerca dos limites do corpo físico, do que decorre o que vai ser considerado agressão ou não; a preeminência do valor das redes de parentesco e da vizinhança em detrimento do valor indivíduo; e as formas específicas de configuração das relações de gênero. Tendo em vista estes elementos, meu esforço ao longo desta dissertação foi o de demonstrar que a violência é um fenômeno relacional e constituinte, e não individual e “negativo”. Desta forma ela não está restrita às relações de gênero e à família nuclear, mas é algo que diz respeito à rede de parentesco e aos diversos protagonistas que interferem nas situações de conflito doméstico. Neste sentido, pode-se aventar a possibilidade de entender a violência como algo constituidor das relações sociais.

Assim, creio que a contribuição desta dissertação está em tornar visível a pluralidade de mecanismos pelos quais o fenômeno da violência se manifesta e é compreendido. A violência não é algo que dependa de causas históricas imediatas ou problemas sociais recentes. Antes sim, ela está intrinsecamente relacionada com diferentes aspectos da vida social e, por isto, é um fenômeno plural. Disto decorre que não é um fenômeno natural e está correlacionada com demasiados aspectos da vida social. Assim sendo, para ser alvo de intervenção, há que se levá-los em conta e aprender a lidar com a complexidade que os envolve.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- ABREU, Ovídio de, Filho. 1982. "Parentesco e Identidade Social". In: *Arquivo Antropológico/ 80*, Direção: Roberto Cardoso de Oliveira, Edições Universidade Federal do Ceará/ Tempo Brasileiro, Fortaleza - Rio de Janeiro.
- ADORNO, Sérgio. Sistema Penitenciário no Brasil. In: *Revista de USP* (9), pp 67-77, 1991.
- ADORNO, Sérgio. *A criminalidade urbana violentas no Brasil: um recorte temático*. BIB ANPOCS (35), 1º semestre de 1993.
- ADORNO, Sérgio. *Crime, justiça penal e desigualdade jurídica, as mortes que se contam no tribunal do júri*. Revista da USP, pp.7-11, 1994.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel incluso em uma democracia não consolidada. In: *Sociedade e Estado*, Revista semestral de sociologia, vol X, nº 2, Ed. Relume-Dumará, Brasília-DF, julho-dezembro 1995, pp 299-342.
- ADORNO, Sérgio e PERALVA, Angelina. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, vol 9, maio de 1997, pp 1-4.
- ARENDT, Hanah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1985.
- BOBBIO. *A era dos extremos*, 1992.
- BILAC, Elisabete Dória. 1991. *Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil*. In: Ciências Sociais Hoje, 1991, SP, Vértice, ANPOCS.
- CLASTRES, P. Da tortura nas sociedades primitivas. In: *A sociedade contra o Estado*.

Pesquisas de antropologia política. Ed. Francisco Alves, 1978.

CLIFORD, James. *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge, Harvard University Press, 1988.

CORRÊA, Mariza. 1994. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: ARANTES, Antônio Augusto (et al). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, Ed UNICAMP, Campinas, SP.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In; *Perspectivas antropológicas da Mulher n° 4*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, PP 23/62, 1985.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. Cinco vezes favela - uma reflexão. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos. *Cidadania e violência*, Ed UFRJ / Ed FGV, RJ, 1996. pp.188-217.

DA MATTA, R. As Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, M.C. et alii. *A violência brasileira*, SP, Brasiliense, 1982.

DA MATTA, R. Os discursos da violência no Brasil. In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

DESLANDES, Suely. *Prevenir a violência: um desafio para profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLVES, 1994.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência, gangues, galeras e movimento hip hop*. SP, Anna Blume, 1998.

DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: a violência como "marca". In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências no Tempo da globalização*, Editora Hucitec, São Paulo, 1999, pp164-182.

DONZELOUT, Jack. *A polícia das famílias*, Graal, RJ, 1986.



- DURHAN, Eunice. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas antropológicas da mulher 3*, Zahar, RJ, 1983.
- FELIPE, Sônia T. e PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. *O corpo violentado: estupro e atentado violento ao pudor*; Estudos Sobre Violência 1, Núcleo de Estudos Interdisciplinares da UFSC sobre Violência, Florianópolis, Edição das autoras, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- FONSECA, Cláudia. Aliados e rivais na família: conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. *RBCS n° 4*, vol.2, jun 1987.
- FONSECA, Cláudia. Mulher chefe de família. In: *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, 1(2) 261-8, 1987.
- FONSECA, Cláudia. Pais e filhos na família popular. In: D'Incao, Maria Ângela (org). *Amor e Família no Brasil*, Ed. Contexto, São Paulo, 1989, pp 95-128.
- FONSECA, Cláudia. Bandidos e mocinhos: antropologia da violência no cotidiano. In: *Humanas*, Revista do Instituto De filosofia e Ciências Humanas/ UFRGS, vol. 16, nº1, Porto Alegre, 1993.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*, Ed. Cortez, São Paulo, 1995.
- FONSECA, Cláudia. *Os gatos de Zanzibar*, 1995.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORI, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*, Contexto, SP, 1997.
- FORTES, M. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. *Cadernos de Antropologia 6*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, (1958) 1974.

FREIRE E COSTA, Jurandir. "O medo social", Revista Veja 25 anos. *Reflexões Para o Futuro*. São Paulo, Editora Abril, 1994.

FREIRE E COSTA, Jurandir. *Violência e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Graal editor, 1984.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1989.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n.10, p13-34, maio de 1999.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Míriam Pillar. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo". In: *Trabalho de Campo e Subjetividade*, UFSC/PPGAS, Florianópolis, 1992.

GROSSI, Míriam Pillar. Violência contra a Mulher no Brasil: contribuindo para a reflexão sobre a violência no continente. XII International Congress of Anthropology and Ethnology, México, julho/agosto 1993.

GROSSI, Míriam Pillar. Novas / Velhas violências contra a mulher no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, IFXS/ UFRJ - PPCIS/ UERJ, Rio de Janeiro, número especial/ 2º sem. 1994, pp 473-484.

GROSSI, M. Reflexões em torno do significado da violência nas relações de gênero no Brasil. In: *Boletim Sexualidade, gênero e sociedade*, CEPESP/ IMS/ UERJ, 1995.

GROSSI, Míriam Pillar. Conjugalidade, gênero e violência: algumas contribuições teórico/práticas. Texto apresentado no Encontro "Tendências atuais no Estudo da Violência", UFSC, Florianópolis, 1996.

GROSSI, Míriam Pillar. "Pancada de amor não doi?" Texto apresentado em mesa redonda: Violência e representação. Encontro "Fazendo Gênero na UFSC", 1996.

- GUERCI, Antonio e CONSIGLIERE, Stefania. Por uma antropologia da dor. Nota preliminar. In: *Ilha*, Revista de Antropologia, Florianópolis, vol.1, nº0, out 1999.
- GUERRA, V. N. de A. Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. Ed Cortez, SP, 2º ed, 1985
- GUERRA, V. N. de A. e AZEVEDO, M.A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. Ed Cortez, SP, 2º ed, 1997.
- HERITIER, F. Masculino/ Feminino. *Enciclopédia Einaudi*, Parentesco, Ed Casa da Moeda, Portugal, 1989.
- HITA, Maria Gabriela. 1998. "A família em Parsons: pontos, contrapontos e a perspectiva de modelos alternativos", Texto apresentado no GT05: Família e Sociedade no Brasil, Encontro: XXII ANPOCS, Caxambu.
- JARDIM, Marta. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime: uma etnografia sobre família e trabalho na Grande Porto Alegre*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- JUVÊNCIO, Fernanda de Castro, BAPTISTA, Vanessa Alves. *As Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso em São Paulo e Campinas*. Texto apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador - BA, 1996.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A dor como objeto de pesquisa social. In: *Ilha*, Revista de Antropologia, Florianópolis, vol.1, nº0, out 1999.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (1947) 1967.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*, Ed Brasiliense, São Paulo, 1988
- LARAIA, Roque de Barros (org.). 1969. *Organização social*, Zahar, RJ.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Reflexões sobre o átomo de parentesco". In: *Antropologia Estrutural dois*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1969. "O futuro dos estudos de parentesco". In: Laraia, Roque de Barros (org.). *Organização social*, Zahar, RJ.
- LIMA, Roberto Kant de. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar & UFF, 1994.
- MAGNANI, José Guilherme. *Festa no Pedacço*. Ed. Hucitec, UNESP, São Paulo, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). *Na metrópole*, EDUSP, FAPESP, São Paulo, 1996.
- MARCUS, G. And FISHER, M. *Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. In: *Revista Tempo Social*, vol II, nº1, USP, São Paulo, maio de 1999, pp 157-176.
- MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: *Cidadania, justiça e violência*. PANDOLFI, Dulce et al (org), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999, pp. 129-148.
- MUNIZ, Jaqueline. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: *Violência e política no Rio de Janeiro*, Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1996, pp 125-164.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Coleta. 1996. A Família Brasileira no Limiar do Ano 2000. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n.1/96, IFXS/ UFRJ - PPCIS/ UERJ, Rio de Janeiro.

- PAIM, Heloisa Helena Salvati. *Vivendo como amante de homem casado: entre a legitimidade e a ilegitimidade das uniões extraconjugais*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Faladas e Mulheres Honestas*. Ed. UFSC, Florianópolis, 1994.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. *Violência, comunicação e cultura no Brasil*. Texto apresentado no Encontro "Tendências Atuais no Estudo da Violência", UFSC, Florianópolis, 1996.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história, operários, mulheres e prisioneiros*. Ed. Paz e Terra, 1992.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1969. "O Estudo dos Sistemas de Parentesco", In: Laraia, Roque de Barros (org.). *Organização social*, Zahar, RJ.
- RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *A Inserção do Conselho Tutelar na Construção do Problema Social da Infância e da Adolescência: um estudo de caso a partir do Conselho Tutelar da Microrregião 3 de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- RIFIOTIS, Théóphilos. *O fantasma da violência. Reflexões sobre "forças centrífugas" e um objeto em revolução*. Texto apresentado no GT de violência da ABA-(Merco)Sul, Tramandaí, setembro 1995.
- RIFIOTIS, Théóphilos. *Entre dois amores ... Apontamentos sobre um dilema ético no estudo da violência: cidadania, democracia e diferença*. Texto apresentado no Encontro "Tendências Atuais no Estudo da Violência" realizado na UFSC, Florianópolis, 1996.
- SARTI, Cynthia. "Reciprocidade e Hierarquia: Relações de Gênero na Periferia de São Paulo" In: *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, no. 70, agosto de 1989.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Ed. Autores

Associados, Campinas, 1996.

SILVA, M. E. A. da. *Mulher substantivo masculino*. Campinas, Ed da UNICAMP, 1988.

SILVA, Rita de cássi Oening. A porta entreaberta: dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS / UFSC, 1998.

SOARES, Bárbara M.. *Mulheres Invisíveis, Violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: *Violência e política no Rio de Janeiro*, ISER, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1996, pp 13-58.

SOARES, Barbara Musumeci. *Mulheres invisíveis*. Violência conjugal e novas formas políticas de segurança. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Ed Forense Universitária, RJ, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: Del Priori, Mary. *História das mulheres no Brasil*. UNESP/ Contexto, São Paulo, pp362-400, 1997.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor. Formação da organização policial, consenso e violência. In: *Tempo Social*, vol 9, n 1, São Paulo:USP, maio de 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas*. Ed Papyrus, Campinas / SP, 1999.

VÍCTORA, Ceres. *Agora, me fala da tua família*: uma abordagem etnográfica à estrutura familiar e à composição da unidade doméstica no Brasil e na Inglaterra. Texto

apresentado na XXII Encontro Anual da ANPOCS, GT: Sociedade e Família, 1998.

ZALUAR, Alba. Crime, justiça e moral: a versão das classes populares. In: *Condomínio do Diabo*, RJ, Ed UFRJ, cap 9, 1994.

ZALUAR, Alba. A ilusão dos jovens e o crime organizado. In *Comunicação e Política* (2). ano 1, ed. Nova Série, Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, Alba. NORONHA, José C. ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? In: *O impacto da Violência Social sobre a Saúde*. Rj, Cadernos de Saúde Pública (10), supl 1, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*, organizações populares e o significado da pobreza. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2º ed., (1º ed. 1985)1994.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de Favela*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

WIGGERS, Raquel. *A violência contra mulher analisada através do discurso da mídia*. Florianópolis, Relatório apresentado ao PIBIC/ CNPq, julho de 1996a (mimeo).

WIGGERS, Raquel. *Violência doméstica: filhos contra pais no tribunal de Florianópolis*. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, UFSC, dezembro de 1996b (mimeo).

WOORTMAN, Klass. "Casa e Família Operária". In: *Anuário Antropológico/ 80*, Direção: Roberto Cardoso de Oliveira, Edições Universidade Federal do Ceará/ Tempo Brasileiro, Fortaleza - Rio de Janeiro, 1982.

WOORTMANN, Klas. *A família das mulheres*. Ed. Tempo Brasileiro; Brasília, CNPq, 1987.

WOORTAMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Ed. HUCITEC / EDUNB, São Paulo, 1995.